



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

CELESTE DJASSI

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: limites e possibilidades na Ilha de Bubaque, Guiné-Bissau

São Luís
2022

CELESTE DJASSI

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: limites e possibilidades na Ilha de Bubaque, Guiné-Bissau

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson.

São Luís
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Djassi, Celeste.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS : :
limites e possibilidades na Ilha de Bubaque, Guiné-Bissau
/ Celeste Djassi. - 2022.
151 f.

Orientador(a): Guillermo Alfredo Johnson.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2022.

1. Bolama-Bijaós. 2. Bubaque. 3. Comunidades
Tradicionais. 4. Estado. 5. Turismo de Base Comunitária.
I. Alfredo Johnson, Guillermo. II. Título.

CELESTE DJASSI

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: limites e possibilidades na Ilha de Bubaque, Guiné-Bissau

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção de grau de Mestra em Políticas Públicas.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson (Orientador)

Prof. Dr. Jose de Ribamar Sá Silva

Prof^ª Dr.^a Mônica de Nazaré Ferreire de Araújo

Dedico essa dissertação, de forma especial, à memória do meu pai, Luís Djassi.

Também de forma muito especial, dedico à minha querida mãe, Maria Luísa Mendes, por me permitir vir a esse mundo e por toda sua luta diária para que eu possa estudar e me tornar essa pessoa que hoje sou.

Ao meu padrasto, Saído Candé, pelos cuidados e carinhos.

À minha tia Damiana Mendes (*in momoriam*), pelo apoio e incentivo durante o meu estudo.

Às minhas queridas irmãs, Ernestina, Sonali e Malado, por serem sempre presentes na minha vida.

Aos meus queridos filhos, Marvin Djassi L. A. Sá, Danica Djassi L. A. Sá e Tyler Djassi L. A. Sá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela vida e coragem para enfrentar e conquistar essa batalha diante de tantas dificuldades;

À minha família e, em especial, à minha querida e guerreira mãe, Maria Luísa Mendes, pelo amor e compreensão;

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pela oportunidade, pelo ensino e por toda a minha formação;

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pela bolsa de mestrado. Serei imensamente grata por esse auxílio financeiro de grande importância para a realização da presente pesquisa;

Ao meu orientador, Guillermo Alfredo Johnson, por ter me aceitado como sua orientanda e por ter me acompanhado nessa jornada com sua visão crítica e enriquecedora e de muito aprendizado. Além de ser um profissional com alto nível de profissionalismo, também é uma pessoa maravilhosa, atenciosa, prestativa e compreensível. Tais qualidades foram imprescindíveis para a qualidade e conclusão da pesquisa;

Agradeço com gratidão a todo o corpo decente do programa, como também toda equipe administrativa, em especial, Edson Pereira e Ana Maria;

Às minhas ex-professoras da graduação em Turismo, Prof.^a Graça Cardoso, obrigada pela sua atenção e todo apoio que me deste, quando precisei; e à Prof.^a Mônica Araújo, por ter me proporcionado conhecer mais sobre o Turismo de Base Comunitária, tema do presente estudo;

À professora Lindalva Maia Maciel, na qualidade de Diretora do Centro de Ciências Sociais – CCSO, por ter me disponibilizado uma sala de estudo para que pudesse continuar escrevendo a minha dissertação durante a pandemia de Covid 19;

Aos meus amigos em Guiné-Bissau, Meio Dia Ié Có e Valmir da Silva, por terem me apoiado com materiais e informações para desenvolvimento do presente trabalho;

A todos(as) os meus colegas da turma de pós-graduação, vocês foram importantes durante o meu percurso, especialmente, Lucas Guimarães, Tanielle Abreu e Lorena Camusso, por terem sido tão especiais, incríveis e prestativos. Tenho muita admiração e carinho por vocês!

Agradeço, em especial, aos meus amigos e minhas amigas: Dionísia Gomes Cá, Elke Matos, Aivandra Menout, Cadija Djalo, Antônio Ferreira, Euclides Mendes de Carvalho,

Luizela Lopes, Bruno Pinto, Adjoua Béatrice Koudjo, Joseph Osei e Osmilde Miranda. Todos vocês fizeram parte dessa caminhada, apoiando-me de alguma forma;

Ao meu companheiro, Deolindo Deolino, pelo apoio durante minha trajetória; e também aos nossos filhos Marvin Djassi Sá, Danica Djassi Sá e Tyler Djassi Sá, por existirem nas nossas vidas, fazendo-me ser ainda mais forte para atravessar várias barreiras difíceis e conquistar algo de melhor para nós, como este, e vários que estarão por vir.

Epígrafe

“O futuro dependerá daquilo que
fazemos no presente”.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O turismo, enquanto setor econômico, tem sido reconhecido pelos governos como importante gerador de divisas capaz de oferecer desenvolvimento, geração de emprego e renda, além de contribuir para redução da desigualdade social e regional em diversos lugares do mundo. Entretanto, nem sempre isso ocorre nas comunidades tradicionais, a exemplo da Ilha de Bubaque, localizada no Arquipélago Bolama-Bijagós na Guiné-Bissau, que não usufrui dos benefícios sociais que essa atividade diz proporcionar. Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva analisar o turismo praticado na ilha de Bubaque, região de Bolama-Bijagó, e os recursos naturais e culturais locais que podem promover o turismo de Base Comunitária com a participação integral e efetiva da comunidade. Assim, foram estabelecidos como objetivos específicos: Identificar os impactos do turismo no Arquipélago-Bolama/Bijagós; traçar o processo de formação do Estado da Guiné-Bissau e sua interferência nas políticas públicas; realizar o levantamento dos patrimônios, ambientais, históricos e culturais (material e imaterial) que podem ser transformados nos atrativos turísticos; investigar o potencial turístico da ilha de Bubaque para a realização do turismo de base comunitária; e avaliar a viabilidade de elaboração da proposta para implantação e desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) local. Para tanto, no referencial teórico e conceitual, considerou-se o turismo e a formação do Estado da Guiné-Bissau na interferência da instabilidade política e institucional, consequentemente, ocasionando a falta de política pública para turismo e para implantação do TBC nas comunidades tradicionais; estabelecendo o eixo norteador, o desenvolvimento local a partir do turismo de base comunitária. A metodologia utilizada no referido trabalho é de caráter descritivo e exploratório, com pesquisa bibliográfica, para a qual foi necessária a consulta a *sites*, livros, teses, dissertações, artigos revistas e documentos oficiais. Os resultados mostram que o patrimônio ambiental e cultural (material e imaterial) é tida diariamente nas memórias dos bijagós, na relação com a natureza; na relação com a propriedade da terra; na sua ligação com mata e sítios; lugares sagrados; no fato histórico que remetem ancestralidade bijagó. Constatou-se que ainda não há uma política nacional do turismo e do turismo de base comunitária. Portanto, com a participação da comunidade, visualiza-se o desenvolvimento local e cria-se uma proposta com diretrizes para implementação do Turismo de Base Comunitária – TBC em Bubaque, município de Bolama.

Palavras-chave: Bolama-Bijagós. Bubaque. Comunidades Tradicionais. Estado. Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT

Tourism as an economic sector has been recognized by governments as an important generator of foreign exchange capable of offering development, generating employment and income and contributing to the reduction of regional social inequality in different parts of the world. But, this does not always occur in the traditional communities of which Bubaque Island is inserted, located in Bolama-Bijagós Archipelago in Guinea-Bissau, thus requiring an alternative tourism model that is committed to environmental, social, cultural and economic sustainability and equity in the distribution of benefits generated by tourism. In this sense, this research aims to analyze the tourism practiced in Bolama-Bijagós Archipelago, in relation to the conservation and preservation of natural resources and local cultures, based on sustainable use, with the full and effective participation of communities. As well as establishing the specific objectives: identify the impacts of tourism in Archipelago-Bolama/Bijagós, trace the process of formation of the state of Guinea-Bissau and its interference in public policies, carry out a survey of environmental, historical and cultural heritage (material and immaterial) that can be transformed into tourist attractions, investigate the tourist potential of the Bubaque Island for the realization of community-based tourism and assess the viability of preparing the proposal to implement and develop local community based tourism. For that, in the theoretical and conceptual framework, tourism and the Formation of the State of Guinea-Bissau were considered in the interference of political and institutional instability, consequently causing the lack of public policy for tourism and for the implementation of TBC in traditional communities; establishing the guiding principles for local development based on community-based tourism. The methodology used in this work is descriptive and exploratory, with bibliographical research, for which it was necessary to consult websites, books, theses, dissertations, articles, magazines and official documents. The results show that the environmental and cultural heritage (material and immaterial) are a daily register in the memories of the bijagós, in their relationship with nature; in relation to land ownership; in its connection with forests and sites; sacred places; in the historical fact that refer to Bijagó ancestry. It was discovered that there is still no national policy on tourism and community-based tourism. Therefore, with the participation of the community, local development can be seen, and a proposal with guidelines for the implementation of Community Based Tourism - TBC in Bubaque, municipality of Bolama is created.

Keywords: Bolama-Bijagós. Bubaque. Community-Based Tourism. Traditional Communities. State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Localização geográfica da Guiné-Bissau na África Ocidental.....	44
Figura 2	– Organograma da Gestão Pública do turismo na Guiné-Bissau	78
Figura 3	– As mulheres e meninas bijagós com representação do costume tradicional.....	83
Figura 4	– Meninas Bijagós com vestimenta cotidiana tradicional.....	84
Figura 5	– Divisão Administrativa da região de Bolama-Bijagós.....	85
Figura 6	– Instalação do Hotel Orango em um parque nacional da Ilha Orango na região Bolama-Bijagó.....	86
Figura 7	– Mapa do Sistema Nacional das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau.....	90
Figura 8	– Encontro com atores principais da Região Bolama-Bijagós para viabilização do turismo responsável.....	92
Figura 9	– Hipopótamos no Parque Nacional do Grupo de Ilha de Orango (PNO).....	94
Figura 10	– Área Marinha protegida comunitária das Ilhas Urok.....	96
Figura 11	– Presença de Aves na área marinha protegida comunitária das Ilhas Urok.	98
Figura 12	– Localização geográfica da Ilha de Bubaque no arquipélago dos Bijaós....	100
Figura 13	– Cidade de Ilha de Bubaque – vista aérea.....	101
Figura 14	– Vista da chegada via marítima a Bubaque.....	101
Figura 15	– Representação cultural dos homens bijagós de Bubaque.....	102
Figura 16	– Hotel Ponta Anchaca na Ilha de Rubane, município de Bubaque no Arquipélago de Bolama-Bijagós.....	103
Figura 17	– Embarcações com turistas de pesca esportiva em Bubaque.....	105
Figura 18	– Captura de peixe durante a prática de pesca esportiva na Ilha de Bubaque	105
Figura 19	– Apresentação cultural das mulheres da etnia Bijagó de Bubaque.....	108
Figura 20	– Casas tradicionais de Bubaque nos Vilarejos.....	109
Figura 21	– Casarões do período colonial arruinados.....	113
Figura 22	– Potencial Turístico da Ilha de Bubaque.....	122
Figura 23	– Infraestrutura do porto de Bubaque, vista de chegada.....	123
Figura 24	– Movimento massivo no porto de Bubaque com chegada do navio.....	124
Figura 25	– Dia da feira de Bubaque com exposições dos produtos locais.....	125
Figura 26	– A principal via terrestre de acesso à praia de Bruce em Bubaque.....	126
Figura 27	– Praia Bruce localizada na Ilha de Bubaque.....	127
Figura 28	– Turistas vivenciando o modo de vida local.....	128
Figura 29	– Extração e consumo de vinho tradicional de palma diretamente da palmeira.....	128
Figura 30	– Museu etnográfico de Bubaque.....	129

Figura 31 – Interior do acervo do museu etnográfico de Bubaque.....	130
Figura 32 – Empreendimento turístico Dakosta Island Beach na praia Bruce.....	131
Figura 33 – Fachadas de acesso de hospedagem e restaurante turístico na praia de Bruce.....	132

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1 – Resumo do Patrimônio Ambiental da Ilha de Bubaque.....	118
Quadro 2 – Resumo do Patrimônio Cultural Material da Ilha de Bubaque.....	119
Quadro 3 – Resumo do Patrimônio Histórico Cultural Imaterial da Ilha de Bubaque.	120
Quadro 4 – Resumo da análise geral do destino turístico de Bubaque.....	133
Quadro 5 – Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária em Bubaque.....	136
Tabela 1 – Desempenho do turismo internacional em países da África ocidental.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAC - Autoridade de Avaliação Ambiental Competente
AIR - Transporte Aéreo de Senegal
AMP- Áreas da marinha protegida
AMPC - Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok
CNT - Conselho Nacional de Turismo
DAF - Direção Administrativa e Finanças
DENARP - Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza
DGT - Direção Geral do Turismo
DS/AT. H - Direção dos Serviços das Atividades Turísticas e Hoteleiras
D.S/FUNDO - Direção dos Serviços de Fundo
D.S/MP - Direção de Serviços de Marketing e Promoção
DS/RHPF - Direção de Serviços dos Recursos Humanos, Patrimônio e Formação
EP - Exército Nacional Popular
FA - Forças Armadas
FAL - Forças Armadas Locais
FAN - Forças Armadas Nacionais
FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FORNATUR - Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo
FIBA - Fundação Internacional do Banc D'arguin
FLING - Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné
GEP - Gabinete de Estudo e Projeto
IBAP - Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
IVT - Instituto Virtual do Turismo
KVTP - *Kawaza Village Tourism Project*
MIG - Movimento para Independência da Guiné
MLG - Movimento de Libertação da Guiné
MTA - Ministério do Turismo e Artesanato
MP - Marinha Nacional Popular
MTUR - Ministério do Turismo
NACOBTA - *Community Based Tourism Association*
OMT- Organização Mundial do Turismo
ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas
OUA - Organização da União África
PAI - Partido Africano para Independência
PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PIB - Produto Interno Bruto
PMN/JVP - Parque Nacional de Marinha de João Vieira e Poilão
PNO - Parque Nacional das Ilhas do Orango
RBABB - Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagó
RDAG - Reunião Democrática Africana da Guiné
SET - Secretaria do Estado do Turismo
SNAP - Sistema Nacional das Áreas Protegidas
STM - *Sanguyo Tshwaragano Maragement Trust*
TACV-Transporte Área de Cabo Verde
TAP - Transporte Aéreo de Portugal
TBC - Turismo de Base Comunitária
UNESCO – União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UPLG - União da População para Libertação da Guiné
UPG - União das Populações da Guiné
UICN - União Internacional para Conservação da Natureza
WWF - Fundo Mundial para Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	24
1.1 CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PREMISSAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	24
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TBC E PARTICIPAÇÃO INTEGRADA DA COMUNIDADE LOCAL.....	29
1.2.1 Considerações sobre turismo na África.....	34
1.2.2 Turismo de Base Comunitária no continente africano.....	40
2 CARACTERIZAÇÃO GERAL E A FORMAÇÃO DO ESTADO NA GUINÉ-BISSAU.....	44
2.1 SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E ORIGEM DO POVO GUINEENSE.....	44
2.2 LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E FORMAÇÃO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU.....	47
2.2.1 O surgimento dos movimentos nacionalistas e o nascimento do PAIGC.....	47
2.2.2 O início da luta armada de libertação.....	53
2.2.3 Proclamação da independência e formação do Estado da Guiné-Bissau.....	63
2.3 CRISES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS E SEUS REFLEXOS NO CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU: apontamentos gerais.....	67
2.4 TURISMO NA GUINÉ-BISSAU.....	71
2.5 REGIÃO BOLAMA-BIJAGÓS E O PAPEL DO IBAP NA CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NACIONAIS LOCAIS.....	83
2.5.1 Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango (PNO).....	93
2.5.2 Parque Nacional de Marinho de João Vieira – Poilão (PMN/JVP).....	94
2.5.3 Área marinha comunitária protegida das ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok).....	95
3 CARACTERIZAÇÃO E PROPOSTAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA ILHA DE BUBAQUE.....	99
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ILHA DE BUBAQUE E TURISMO LOCAL.....	99
3.2 SÍNTESE DOS POTENCIAIS E ATRATIVOS TURÍSTICOS DA ILHA DE BUBAQUE E AS CONDIÇÕES EXISTENTES DA INFRAESTRUTURA LOCAL.....	117
3.3 PROPOSTA PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA DE BUBAQUE	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	143

INTRODUÇÃO

Em 2019, na qualidade de estudante guineense, ingressei no curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão com o intuito de aprofundar os meus conhecimentos. Sendo graduada em Turismo na mesma instituição, tornar-se-ia um diferencial ampliar os meus conhecimentos na área de Ciências Sociais e da grande Área de Ciências Humanas, que são áreas interdisciplinares do Turismo.

Desde a graduação, sabia que seguiria um caminho difícil e desafiador. A escolha do objeto de estudo para realizar as produções de conclusão dos cursos de graduação e pós-graduação foi um grande desafio, com certeza encontrei dificuldades durante a realização das pesquisas. Mas isso não me fez desistir, pelo contrário, me fortaleceu, pois creio que são meios e possibilidades que encontro no momento para contribuir com meu país, detectando, e talvez impedindo que os problemas existentes ou que estão por vir recaiam sobre os guineenses ou continuem em obscuros.

O fato é que escolher fazer produção guineense já é difícil e se torna ainda mais complexo, quando o pesquisador se encontra fora do país. Nesse sentido, no meu caso, o motivo de não realizar a pesquisa de campo foi devido à pandemia do Covid-19 que afetou todos e a todos os continentes.

Nessa trajetória, encontrei enormes dificuldades para a coleta dos dados documentais no domínio físico e virtual, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, quando me deparei com diversas instituições que não possuem *site*, e dentre aqueles que possuem, alguns se encontram desativados, como no caso do *site* do Ministério do Turismo da Guiné-Bissau. Além disso, há ainda os que se encontram ativados, mas não dispõem de informações atualizadas.

Destaco ainda que, mesmo perante esses obstáculos, minha vontade com relação ao meu objeto de estudo permaneceu, pois reconheço a relevância dos mesmos, de modo que me deram ainda mais certeza de que estou no caminho certo e contribuindo da melhor forma possível, tanto para o campo acadêmico quanto para o meu país.

Nesse sentido, percebe-se que uma análise das práticas do turismo convencional praticadas no mundo ao longo do tempo e expandindo, principalmente, para as comunidades tradicionais, implica refletir sobre seus impactos a respeito das comunidades envolvidas. Por isso, é necessário estudar para fazer com que essa atividade possa ser aprimorada para se adequar ao estilo de vida dos moradores, sem trazer prejuízos notáveis nos contextos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

O turismo constitui uma atividade em larga expansão em diferentes locais do mundo, sejam em países, regiões ou pequenas localidades, consistindo em uma opção para o desenvolvimento socioeconômico de um destino turístico. Assim, a Organização Mundial do Turismo (OMT) aponta o setor turístico como a segunda maior atividade econômica do mundo em geração de divisas e empregos, perdendo apenas para a indústria do petróleo e derivados. Porém, o potencial econômico advindo das práticas turísticas não tem sido acompanhado apenas por efeitos positivos nas condições socioculturais das sociedades e comunidades tradicionais receptoras (BURSZTYN; BARTHOLO; DELMARO, 2009).

A OMT define o turismo como conjunto das atividades realizadas por um indivíduo ou grupos de pessoas por um período temporário, durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu habitual, e que resulta no caráter econômico, cultural, financeiro, político e social, conduzida de maneira espontânea e sem fins lucrativos (OMT, 2008).

Segundo Bezerra (2003),

O turismo é a atividade econômica mais promissora do mundo e se firma, cada vez mais, como grande gerador de divisas e empregos, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento de várias localidades no mundo. Hoje é inegável a importância socioeconômica do turismo, sendo responsável pela geração de negócios, empregos, e renda [...] além de se constituir em instrumento disseminador da cultura e da conservação do meio ambiente (BEZERRA, 2003, p. IX).

Dessa forma, ao entender que o turismo pode ser positivo em alguns aspectos também não devemos desconsiderar que se apresenta de forma negativa em alguns, causando efeitos negativos em relação aos fatores sociais e ambientais, que estão entre os aspectos mais importantes para humanidade. As atividades laborais geradas pelo turismo, muitas das vezes, são precárias e, conseqüentemente, a renda também, inclusive, promovendo a concentração de renda pelo setor privado, principalmente nas comunidades tradicionais.

Os impactos advindos do denominado “turismo de massa” começam a ser evidenciados a partir de meados de 1970, cada vez mais pautados pelas relações de mercado e acumulação de capital, ignorando, assim, as questões sociais, culturais e ambientais. Contudo, é reconhecida a importância do turismo, mas, por outro lado, não deixa de ser destruidora de atrativos sob os impactos do capitalismo e da globalização, nos destinos e no estilo de vida da comunidade receptora. Essas conseqüências fazem com que emergjam novos tipos de turismo que pretendem ser alternativos ao turismo de massa, como o turismo rural, o turismo de base comunitária, o turismo sustentável, o turismo comunitário etc.

Portanto, do modo como cresce o turismo convencional a nível mundial, vem trazendo consigo os impactos não só positivos, em termos de desenvolvimento econômico, como também impactos negativos no contexto ambiental e cultural, nas comunidades tradicionais. Entretanto, esse desenvolvimento socioeconômico nem sempre beneficia a população residente que, por sua vez, se sente excluída no âmbito do desenvolvimento turístico. Assim, Irving (2009) afirma que,

[...] a percepção de que o avanço no desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais, e tem sido frequentemente responsável por fenômenos significativos de exclusão social, passando exigir medidas de ajustes em planejamentos (IRVING, 2009. p. 109).

Nas últimas décadas, entende-se que o turismo convencional tem se mostrado como gerador de segregação socioespacial, de concentração de renda e de problemas ambientais, o que despertou olhares dos pesquisadores e ONGs mundiais sobre a necessidade de vivenciar outra lógica de desenvolvimento das atividades turísticas.

Para Araujo e Gelbcke (2008), os debates sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) surgiram em razão de diversos fatores, destacando-se, entre eles, a crise socioambiental contemporânea, a qual está relacionada à ideologia desenvolvimentista que se associa ao crescimento econômico. No entanto, faz-se necessário desvendar o falso “desenvolvimento” que nunca chega, principalmente nas comunidades tradicionais, para mergulhar na outra modalidade de turismo que valoriza e preserva a questão socioambiental das populações tradicionais carentes.

Assim, o turismo alternativo de base comunitária se apresenta como aquele que,

[...] busca-se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. [...] esse turismo respeita as heranças culturais e tradicionais locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las (BURSZTYN; BARTHOLO; DELMARO, 2009, p.86).

O TBC, ao contrário do turismo convencional, leva em conta as heranças culturais e tradicionais locais, ao mesmo tempo em que é o meio para recuperar tais heranças. Tem sido concebido com a finalidade de fazer com que as questões socioambientais, principalmente das comunidades tradicionais, permaneçam intactas ou com o mínimo possível de efeitos adversos. Nessa perspectiva, busca-se que a ação antrópica não venha a ter impacto significativo ao ponto de alterar o modo de vida dos moradores locais, sempre baseado no uso

sustentável dos recursos naturais e culturais, nele a questão cultural e ambiental são valorizados em benefício da comunidade.

Ainda para os autores, além do TBC se contrapor ao turismo de massa, ele requer menos densidade de infraestrutura e de serviços, buscando valorizar um vínculo centrado no meio ambiente natural e na cultura de cada lugar (BURSZTYN; BARTHOLO; DELMARO, 2009). Nisso, leva a entender que, no TBC, valoriza-se o rústico e não o luxo.

Para isso, ao se tratar do turismo de massa nas comunidades tradicionais, os efeitos negativos são devastadores. Frequentemente vão alterando a imagem do espaço e os costumes locais e, com isso, levam a descaracterização da infraestrutura espacial pelo setor imobiliário e a perda de sua identidade cultural, que diz respeito à questão social na mudança de hábitos e costumes e as interferências no comportamento local.

No entanto, devido a essas questões, houve a necessidade de colocar em prática um tipo de turismo que dá conta de resolver os problemas sociais e ambientais, particularmente nas comunidades tradicionais. Assim, surgiu o Turismo de Base Comunitária (TBC), em 2003, como alternativa ao turismo convencional, praticado principalmente nas comunidades tradicionais.

Atualmente, percebe-se que o turismo de massas ou globalizado, voltado para os empreendimentos luxuosos de grande e médio porte, já atingiu os países em desenvolvimento, como os da África, sem levar em conta a fragilidade dessas comunidades, em termos de capacidade para se defender da ameaça capitalista que carrega a ideologia do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, social e que não corresponde com as realidades locais, provocando, ainda, efeitos negativos que se tornam ameaçadores aos seus estilos de vida, sem geração de vantagens e oportunidades de desenvolver, de forma sustentável, no domínio ambiental e socioeconômico. Dessa forma, percebe-se que há necessidade de implantar essa modalidade de turismo nos países africanos, todavia, as experiências do TBC não são satisfatórias no continente africano.

Segundo Dixey¹ (*apud* HALLACK, 2013, p. 47), “[...] as evidências de turismo comunitário conduzidas por agências de fomento, ao introduzirem a governabilidade não liberal em comunidades tradicionais africanas, raramente são instrumento *button-up* para alternativa de desenvolvimento [...]”. Ao mesmo tempo, existem evidências empíricas que

¹Louse Dixey, pesquisadora com mais de dez anos de experiências no desenvolvimento de projetos de TBC na África do Leste e do Sul, concedeu uma entrevista ao Instituto Virtual de Turismo – IVT relatando as suas impressões sobre o desenvolvimento e resultado do turismo comunitário no contexto africano. Esse conteúdo foi retirado da entrevista que Dixey concedeu ao Instituto Virtual do Turismo – IVT (sem data), disponível em <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=11623&cat=%C2%A0&WS=0> (HALLACK, 2013, p. 25-41).

apontam que vários projetos de TBC, que foram implantados no continente africano, não tiveram sucesso, tanto na redução de pobreza quanto na conservação ambiental. Vale ressaltar que existem ainda inúmeras comunidades tradicionais africanas que estão assoberbadas e sofrem com diversos efeitos negativos provenientes das atividades turísticas e que, de certa forma, algumas nem sabem o porquê de terem sido inseridas e nem como podem lidar com o turismo. As preocupações são principalmente em torno do modo pelo qual seria possível manter as características dos seus patrimônios culturais e ambientais intactos, com uso sustentável dos mesmos, sob os cuidados dos habitantes locais, que é o caso da Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau², o turismo se apresenta em um estágio embrionário e pouco desenvolvido. O maior destaque se verifica nos interiores do país, os quais se tornaram os maiores destinos turísticos e mais procurados, tanto pelos visitantes nacionais quanto pelos internacionais, em razão do turismo ecológico e cultural.

Como em qualquer arquipélago do mundo, as ilhas atraem cada vez mais os interesses econômicos, em razão das suas grandes potencialidades turísticas que permitem desenvolver um modelo de turismo sustentável, voltado para a defesa dos patrimônios ecológicos e culturais no Arquipélago dos Bijagós.

Com a chegada do turismo no país, o Arquipélago dos Bijagós tornou-se o destino mais procurado entre as 8 (oito) regiões do país, predominantemente a ilha de Bubaque que, por sua vez, tornou-se o destino turístico mais visitado dentre as ilhas. Em razão da sua localização e dos seus recursos nomeadamente exuberantes: praias intactas, fauna e flora que constituem grandes ecossistemas e biodiversidade marinha, e rica cultura ligada à natureza; assim como ainda abriga os casarões históricos com memória da presença portuguesa durante o período colonial. Porém, os moradores do município de Bubaque, atualmente, preocupam-se, principalmente, com o desenvolvimento de maneira sustentável e tem como prioridade a preservação do meio ambiente, que é o produto de consumo principal do turismo local, em especial, o ecoturismo e turismo de natureza. Esse segmento do turismo é o mais desenvolvido e está em constante crescimento no Arquipélago dos Bijagós, principalmente na ilha de Bubaque.

Segundo Peralta (2012),

O turismo em áreas naturais é o segmento da indústria turística que mais cresceu nos últimos anos. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (2004), os segmentos de turismo de natureza e ecoturismo cresceram três vezes mais que a indústria como um todo (PERALTA, 2012, p. 2).

² Guiné-Bissau é um país localizado na África Ocidental e foi um dos países da colônia portuguesa.

Por isso, entende-se que a implantação e promoção do TBC seria a melhor opção para garantir uma economia solidária, um comércio justo, a sustentabilidade ambiental e cultural em benefício de todo arquipélago e, em especial, da Ilha de Bubaque, a mais destacada e sofrida em termo de atividades turísticas e do setor imobiliário. Para isso, faz-se necessário que o Ministério do Turismo guineense elabore políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos projetos e plano do TBC, para garantir os direitos e deveres da comunidade, de forma participativa e decisória em todas as etapas que envolvem o turismo e o setor imobiliário.

De acordo com Djassi (2012) e artigos voltados para o turismo de Bubaque, entende-se que as autoridades tradicionais locais perceberam que a comunidade ainda não está preparada para lidar com o turismo, pedindo intervenção do poder público, para assim trabalhar em conjunto com ONGs e sociedades civis no intuito de promover o desenvolvimento de forma sustentável. Percebe-se também uma preocupação em controlar o crescimento econômico com concentração de renda para que a prioridade seja a preservação do meio ambiente e a cultura, ou seja, produzir desenvolvimento com base na sustentabilidade. O principal foco das autoridades tradicionais é privilegiar a população local e preservar o patrimônio cultural e ambiental local.

Entende-se que antes da existência das práticas turísticas não existiam as ameaças maiores com relação à cultura e ao meio ambiente do município, pois a comunidade, desde sempre, se preocupou e tem sentimento de pertencimento pelos seus valores, assim como tem assumido como próprio o compromisso e responsabilidade com a preservação dos recursos naturais e ambientais. No geral, os moradores compreendem que a sobrevivência, subsistência e os costumes tradicionais da comunidade dependem tanto da cultura quanto do meio ambiente, o que faz do uso sustentável desses recursos o maior e principal foco de preocupação da comunidade.

Todavia, já se sabe que existe uma tentativa de colocar na prática um turismo com a mesma lógica do Turismo de Base Comunitária numa das ilhas do arquipélago, concretamente na Ilha do Orango, assim descrito como Turismo especializado voltado para a valorização de um tesouro patrimonial ecológico e cultural. Essa modalidade de turismo ainda se encontra na fase experimental no Parque Nacional de Orango – PNO (GUINÉ-BISSAU, 2010).

Ainda que essa iniciativa seja louvável e mostre sua importância para a inserção da comunidade nas práticas turísticas e se preocupe com bem-estar da comunidade, gerando benefícios para os moradores, ela ainda não se concretizou, tendo como referência os

princípios e premissas do turismo de base comunitária. Além do mais, há necessidade de fomentar e promover mais projetos dessa natureza, principalmente nas regiões tradicionais que possuem áreas protegidas as quais são alvos do turismo.

Na Guiné-Bissau, as comunidades se deparam com o turismo convencional desordenado, e predatório, nomeadamente na região de Bolama-Bijagós² (Arquipélago dos Bijagós), onde se situa a cidade de Bubaque, objeto do presente estudo, sendo o centro receptor e distribuidor dos turistas para as demais ilhas.

O Arquipélago Bolama-Bijagós localiza-se a cerca de 20 quilômetros ao largo da parte continental da Guiné-Bissau (POLET, 2011), foi reconhecido oficialmente como a Reserva da Biosfera pela UNESCO, em 1996, e pelo governo guineense como área protegida, não só pelas suas características naturais como também pelo modo de vida dos bijagós, seus costumes tradicionais e o caráter sagrado de alguns locais das ilhas. Mesmo assim, esse arquipélago tem baixo índice de desenvolvimento, com precariedade da infraestrutura (saúde, educação, eletricidade, água etc.), devido à ausência de investimento público.

Apesar da região possuir um nível muito baixo de desenvolvimento econômico, esta, por sua vez, é compensada por mecanismos de solidariedade comunitária e redistribuição interna, assim como de regras³ apertadas de gestão de recursos naturais, preciosos para a segurança alimentar (SAID; ABREU, 2011). Portanto, a partir do momento em que o arquipélago está se integrando em nível nacional e internacional, estes mecanismos estão cada vez mais sob pressão, não só dos operadores turísticos, como também da interação com outros agentes externos.

Contudo, tanto as comunidades como algumas ONG's nacionais, em especial Tiniguena (esta terra é nossa), da Guiné-Bissau, quanto os seus parceiros internacionais como Instituto Marquês de Valle Flor (Portugal), FIBA (Fundação Internacional do Banc D'arguin) e algumas associações locais estão cada vez mais juntos à comunidade, acompanhando seus problemas diários e atentos em combater as práticas nocivas e ameaçadoras que o turismo causa, tanto no meio ambiente quanto na sociedade em geral. Seus objetivos são: a educação,

³ O ordenamento das normas tradicionais Bijagós de gestão tradicional das ilhas ou dos territórios é feito pelos Bijagós há (...) anos, e continua sendo tabu e mistério para todos, mesmo para as autoridades governamentais guineenses, a não ocupação ou não permissão de vida humana de forma permanente em certas ilhas. Também, mesmo nas ilhas habitadas, conforme a gestão tradicional Bijagós, há certos lugares nessas ilhas que são reservados, ou parte desses, para cultos religiosos e fanado (circuncisão). Outra restrição tradicional considerada sagrada é a proibição de ter relações sexuais nessas ilhas proibidas, consequentemente também de morar nelas. Sendo assim, "todos os seres vivos que habitam esse espaço estão livres de ação humana" (CARDOSO, 2015. p. 127). O que significa que a permanência e atos sexuais humanos podem contribuir para maldição tanto da terra fértil que é usada para cultivo e cultos religiosos, quanto para preservação das espécies de animais que lá habitam.

a prevenção sanitária, a defesa e a gestão dos recursos naturais com intenção de garantir o desenvolvimento duradouro do arquipélago e ajudar a população a preservar o respeito e a valorização dos seus costumes, e pelo meio ambiente.

Nesse sentido, entende-se que a implantação do modelo TBC seria uma estratégia para inserir a comunidade em todas as etapas, de forma integral e efetiva, na dinâmica turística local, nomeadamente do ecoturismo, que é a mais desenvolvida da região. Com isso, ajudaria e diminuiria as ações de fiscalização e combate por parte do IBAP⁴, as ações provenientes do turismo (pesca turística e concessão das terras para construção de empreendimentos turísticos etc.).

A pesquisa será realizada em torno do papel com o turismo que o Estado da Guiné-Bissau desempenha, a respeito da experiência de Turismo com Base Comunitária no arquipélago dos Bijagós e, em função dessas informações, propor uma metodologia de implementação de um TBC na Ilha de Bubaque.

Para tal, serão consultadas diversas fontes bibliográficas e documentais de acesso público. Dentre as fontes de acesso aberto serão utilizados tanto documentos oficiais do Estado guineense como das instituições internacionais. Em definitiva, para objetivar uma melhor compreensão do objeto de estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para a qual foi necessária consultar *sites*, livros, teses, dissertações, artigos, revistas e documentos oficiais.

Segundo Gil (2002),

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a análises das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44).

Ainda em conformidade com o autor, a pesquisa terá caráter descritivo e exploratório, uma vez que a primeira tem como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno, enquanto que a segunda tem como principal objetivo

⁴ IBAP é o Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas, criado em 2004, dotado de responsabilidade de proteger e gerir a biodiversidade da Guiné-Bissau, por meio do Sistema Nacional das Áreas Protegidas (SNAP). Possui os seguintes objetivos: promover salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade; apoiar a criação e a gestão das Áreas Protegidas e oferecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais (IBAP). Isto é, para fazer frente às transformações atuais climáticas globais e seus impactos negativos sobre a degradação ambiental de biodiversidade local.

possibilitar um maior conhecimento a respeito de um problema, de modo a torná-lo mais claro (GIL, 2002). Ainda de acordo com mesmo autor, como qualquer outro tipo de pesquisa, a pesquisa bibliográfica “desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos valores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimento que o pesquisador dispõe sobre o assunto, o grau de precisão que se pretende conferir a pesquisa etc.” (GIL 2002, p.59), tudo “aliados à facilidade de acesso a esse material e suas disponibilidade”. (CONÇALVES, 2005 p. 59).

A pesquisa bibliográfica “trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa; sua finalidade é conhecer as diferentes contribuições científicas sobre o assunto que se pretende estudar. O objetivo também, é revisar a literatura existente e não repetir o tema de estudo ou experimentação”. (CONÇALVES, 2005 p. 58).

A fim de proporcionar mais clareza sobre o desenvolvimento da pesquisa, este trabalho seguiu a sistematização exposta em subseqüência, sendo primeiro a introdução e, por último, as considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado “Turismo de Base comunitária”, debate os conceitos, princípios e premissas do TBC com foco na sua importância para as comunidades tradicionais já inseridas no contexto turístico e da forma por meio da qual seria possível a sua inserção em todas as etapas das atividades, na busca por uma repartição dos benefícios de forma justa e coletiva.

O segundo capítulo, “Contextualização Geral da Guiné-Bissau e do Arquipélago dos Bijagós”, apresenta historicamente a Guiné-Bissau desde o período pré-colonial até o presente momento. Para compreender a contemporaneidade do Estado na Guiné-Bissau, é necessário retomar os principais aspectos políticos e econômicos do período colonial e a sua importância na formação do seu Estado, pois isso vem interferindo nos dias atuais, no contexto social, político, cultural, econômico e, conseqüentemente, institucional. Também nessa abordagem sobre o potencial do país, destaca-se especialmente o arquipélago dos Bijagós e como este vem sendo perseguido pela indústria turística, principalmente a Ilha de Bubaque, objeto de estudo deste trabalho.

O terceiro capítulo apresenta uma “Proposta para o desenvolvimento do Turismo de Base comunitária da Ilha de Bubaque”, no qual se busca analisar as atuais situações das práticas do turismo na Ilha de Bubaque e, a partir das conclusões, tudo isso somado às potencialidades locais, às ofertas turísticas e às demandas turísticas locais, instituir diretrizes instrucionais como proposta para a implantação e desenvolvimento do TBC para Ilha de Bubaque.

1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Este capítulo traz os conceitos, princípios e premissas do TBC a partir da visão de diferentes abordagens e autores. Em seguida, discute-se a interface do TBC com três campos teóricos: o do TBC no contexto africano; políticas públicas do TBC; e o da participação integrada da comunidade local.

1.1 CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PREMISSAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Nas últimas décadas, o turismo convencional tem se mostrado como gerador de segregação socioespacial, de concentração de renda e de problemas ambientais, o que despertou os olhares dos pesquisadores e ONGs mundiais sobre a necessidade de vivenciar outra lógica de desenvolvimento das atividades turísticas. Assim, o turismo de base comunitária se apresenta como aquela modalidade diferente da lógica convencional do setor turístico e surge como uma contradição do modelo capitalista de desenvolvimento, como parte do circuito inferior da economia (SANTOS, 2008).

O Turismo de Base Comunitária (TBC) também denominado Turismo Comunitário, é compreendido como aquele que insere a população local em todas as etapas dos projetos turísticos, visando o bem-estar comum da população local, proporcionando à comunidade o controle efetivo sobre sua gestão (MITRAUD, 2003). Pode oferecer, de maneira positiva, a geração de mais benefícios para a população local e autonomia nos processos de decisões em relação ao turismo no seu território. No entanto, a comunidade não só pode como deve decidir o modelo de turismo apropriado às suas necessidades e quais mudanças sociais e novos desenhos territoriais estão aptos a aceitar. Tudo isso exige necessariamente que a população esteja à altura de fazer suas escolhas e saiba quais são as implicações destas no futuro.

O surgimento do TBC se deu em 2003, perante a realização do 1º Fórum Internacional de Turismo Solidário, realizado na cidade de Marseille na França. Posteriormente, houve a segunda edição na cidade de Chiapas no México, em 2006, e a terceira, em 2008, na cidade de Bamako, capital de Mali, na África Ocidental.

Assim, essa nova modalidade de turismo surgiu para dar autonomia, controle efetivo e gestão das atividades turísticas para as comunidades tradicionais, pois, assim, de forma associativa, essas comunidades constroem seus arranjos produtivos locais com ofertas de serviços, entretenimentos associados aos seus modos de vida, passeios e dando prioridade ao

rústico e não ao luxo. Valorizando também práticas que visam à sustentabilidade socioespacial e socioambiental, priorizando os valores culturais.

O TBC se assegura e funciona com base em seus princípios que, apesar da diversidade e especificidade no seu campo conceitual, nota-se que os mesmos apresentam princípios comuns, como descrito pelo Ministério do Turismo;

A auto gestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração parceria e participação; valorização da cultura local e, principalmente, protagonismo das comunidades locais na gestão das atividades e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindo do desenvolvimento da atividade turística. (BRASIL, 2010, p. 16-17).

Tais princípios são importantes e fundamentais, fazendo com que o TBC aponte caminhos que levem ao desenvolvimento socioespacial, que não venha a se limitar apenas à questão econômica, como ocorre nas outras atividades turísticas, mas que essa modalidade turística promova trocas de experiências entre visitantes e residentes, em que todos se beneficiem; e o sentido de beneficiar não está ligado diretamente à questão econômica, mas, sim, ao sentido emocional, simbólico e cultural.

Para Coriolano (2009), o TBC também implica na troca de experiência entre turistas e habitantes, voltado não apenas para a questão econômica como também para fortalecer laços de amizade e valorização cultural. Os atributos do TBC são estabelecidos nas maneiras com que a comunidade se organiza e estabelece as leis com suas autonomias, que possa trazer retornos positivos tanto para a comunidade quanto para a sociedade.

Nessa perspectiva, Irving (2009) aponta algumas premissas que emergem como elementos centrais de turismo de base comunitária:

I. Bases endógenas da iniciativa e desenvolvimento local – claramente que o TBC resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem num lugar turístico, e que mantém com este espaço uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Geralmente atores externos funcionam como “indutores” do TBC, mas se a iniciativa não tiver motivação endógena que expresse o desejo dos grupos locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem poderá contribuir para o protagonismo social, condição importante de sentimento, de pertencimento e do poder de influência sobre o processo de decisão – que só pode expressar plenamente, quando o ator social se identifica como agente de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento, fator importante para o TBC;

II. Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos – com a perspectiva da estratégia de participação das comunidades locais no processo de planejamento, implementação e avaliação dos projetos turísticos, mais visíveis são seus progressos de protagonismo social e sustentabilidade das iniciativas propostas, como também mais garantia na conservação e preservação do patrimônio natural e cultural;

III. Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados – em relação ao TBC, parte-se da premissa essencial de que este se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais com a participação efetiva das populações residentes, e que o processo de planejamento deve garantir a “qualidade” ambiental e social do destino local. Assim, seria um equívoco imaginar o TBC como alternativa para substituir o turismo convencional em relação à geração de receita, visto que esse não é o objetivo de iniciativas dessa natureza. Pelo contrário, este “nicho” específico é uma nova filosofia de fazer pensar o turismo;

IV. Geração de benefícios diretos à população – este representa efetivamente um dos pré-requisitos para o desenvolvimento do TBC, uma vez que essas iniciativas devem assegurar que os recursos provenientes do turismo sejam investidos em projetos de melhoria de qualidade de vida da população local;

V. Afirmação cultural e interculturalidade – a valorização da cultura local constitui princípio essencial no TBC, não no contexto da relevância na configuração de um “produto” do mercado, mas com finalidade de afirmação de identidade e pertencimento. Por outro lado, as relações entre visitante e o visitado, estabelecidas através do compartilhamento das múltiplas identidades da qual se expressam, são intercambiadas dentre “quem estar” e “quem vem” e permite a relação local global e a prática da interculturalidade;

VI. O encontro com condição essencial – o “encontro”, estabelecido no TBC, assume o sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. Dessa maneira, os atores locais e os turistas são, ao mesmo tempo, agentes, sujeitos e objetos do processo, no qual estabelecem uma relação de troca, interação. Assim, o planejamento precisa levar em conta o compromisso ético de respeito e engajamento de ‘quem estar’ e ‘quem vem’;

Dessa maneira, entende-se que o TBC é um mecanismo que se pode usar para que um determinado destino turístico, principalmente de área de conservação e de comunidades tradicionais possa manter suas características originais, resgatando os costumes e as tradições em fase de extinção e implementando ações educativas, ambientais e de conscientização, tanto para a comunidade quanto para os visitantes.

No entanto, essa modalidade do turismo é caracterizada pela maneira como uma determinada comunidade se organiza e define suas normas de forma autônoma, para que possa trazer benefícios tanto para o espaço quanto para os moradores locais. Assim, os empreendimentos comunitários se encarregam de promover e valorizar o patrimônio material e imaterial, com o intuito de encontrar possibilidades de emprego e renda, promovendo associativismo e valorizando a cultura local.

Como ressalta Maldonado (2009),

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade [...] na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 25).

Nessa perspectiva, com a participação da comunidade em todas as etapas das atividades turísticas, essa união fará a maior diferença, principalmente em termos de organização e autogerenciamento dos recursos patrimoniais comunitários de maneira sustentável pela comunidade. Ao mesmo tempo, faz-se necessário enfatizar a importância da institucionalização e da promoção de redes de turismo comunitário, tanto nas esferas nacional, regional e setorial. Busca-se, desse modo, entre vários objetivos, promover assistências técnicas e respaldo institucional para facilitar o acesso de pequenos negócios rurais a serviços de desenvolvimento empresarial e de novos mercados, com intuito de encontrar as possibilidades de emprego e renda, promovendo associativismo e valorizando a cultura local.

Nisso, as interações culturais entre turistas e habitantes precisam necessariamente de estímulo nas trocas de experiência de qualidade, principalmente com relação aos turistas em conhecer e aprender o estilo de vida dos visitados, de forma respeitosa, onde todos ganham no processo.

Para Irving (2009), o desenvolvimento do turismo de base comunitário só pode acontecer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo. No entanto, o sentido de comunitário ultrapassa a perspectiva clássica das comunidades de “baixa renda ou tradicionais”, e passa a ser concebido como comum e coletivo. Desse modo, o TBC busca ser o tipo do turismo que promova a harmonia e vínculos sociais, como também o sentido da vida coletiva em sociedade e que, assim, possa promover a qualidade de vida em relação à inclusão social, valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento.

Ainda para a autora, esse tipo de turismo representa a interpretação “local” do turismo em relação às demandas e à realidade do destino, tendo como fator a dinâmica do mundo globalizado e não as imposições da globalização. Nesse sentido, Wada (2003 *apud* IRVING, 2009, p. 111) ressalta que, “[...]nessa forma de pensar o turismo, ‘viajante’ e ‘anfitrião’ interagem em suas tradições, necessidades, desejos e expectativas e suas experiências são resultantes das formas de relacionamento estabelecidas durante o encontro [...]”. Concordando com Irving em relação a essa lógica do TBC posto pelo autor, a autora enfatiza que esse tipo de turismo,

[...] implica não apenas a interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe “*outsiders*” curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para aumento de sua renda e melhoria social, mas, antes de tudo, significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada (IRVING, 2009, p. 111).

Dessa maneira, percebe-se que o TBC, antes de tudo, promove o encontro entre visitante e visitado no qual é estabelecida oportunidade de troca de experiências compartilhadas por ambas as partes em relação aos seus modos de vida. Para isso, entende-se que é no encontro que saberes sociais se produzem e são renovados laços de diferenças e solidariedade que abrangem o sentido de comunidade e pertencimento (JOVCHELOVITCH, 1998).

A implementação do TBC é um segmento do turismo que, de certa forma, traz conforto para as comunidades tradicionais nas quais está inserido, numa prática jamais existente antes. No entanto, aumenta o sentimento de pertencimento da comunidade, fazendo-a se sentir segura no que lhe pertence, na questão do patrimônio (material e imaterial), no caso, o seu espaço e sua cultura, segurança adquirida por estar inserida em todas as fases do processo do turismo.

Isso ajuda a aumentar mais a segurança e a expectativa da comunidade em resgatar e salvar guardar sua cultura e meio ambiente. Além do mais, promove a economia solidária que vai impactar positivamente na vida dos moradores que, muitas das vezes, são povos carentes e, um aspecto de suma importância, sem transformar o caráter local, uma vez que a própria comunidade participa e tem poder de decidir sobre os roteiros turísticos, os quais podem ser adotados de acordo com seu estilo de vida.

Contudo, o Ministério do Turismo do Brasil define o TBC como aquele que,

[...] busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por partes destas por benefícios advindos do desenvolvimento das atividades turísticas [...] (BRASIL, 2008, p. 1).

Nesse sentido, o TBC é entendido como uma estratégia para proteger e beneficiar as comunidades tradicionais que, muitas das vezes, são e se sentem abandonadas pelo poder público. Essa exclusão verifica-se tanto nas suas formas participativas quanto em relação aos benefícios decorrentes das atividades turísticas, o que ocasiona ainda mais precariedade local na questão social e da infraestrutura básica (educação, água potável, saúde etc.), danos ao meio ambiente, descaracterização do território pelo setor imobiliário e a desvalorização ou perda da identidade cultural local.

No entanto, para que o turismo seja percebido de forma positiva, principalmente nas comunidades tradicionais, com o objetivo de mudar a visão e realidade do turismo massivo para o turismo comunitário, é importante que seja voltado para a autogestão da comunidade com geração de benefício para todos, de forma mais justa, e realize o uso sustentável dos recursos naturais e culturais.

Assim, o intuito das experiências de TBC é de dar autonomia às comunidades, tanto para resgatar sua identidade cultural ou preservá-la e fazer com que o turismo seja praticado de forma adequada, respeitando e valorizando a questão cultural, ambiental, social e econômica local.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TBC E PARTICIPAÇÃO INTEGRADA DA COMUNIDADE LOCAL

Ressalta-se aqui a importância de reunir estratégias para viabilizar políticas públicas para o TBC, que é um turismo transformador para comunidade, tanto para os visitantes quanto para os anfitriões. O TBC é importante para desenvolvimento de uma comunidade como também implica na necessidade de criar uma política pública capaz de dar conta das necessidades e problemas que esta precisa eliminar ou minimizar para se desenvolver.

Entretanto, “[...] as políticas públicas do turismo são recursos que devem ser utilizados para que atividade turística venha a ser planejada de forma coerente e eficaz, quando se diz respeito à busca do desenvolvimento local sustentável a partir da mesma [...]” (ALEXANDRE, 2003, p. 3). Por outro lado, pode se entender a política pública como resultado de ações – planos, programas e projetos desenvolvidos pelo Estado – para garantir e

colocar em prática através do investimento com recursos humanos e financeiros, garantindo os direitos e o bem-estar da sociedade. O Estado deveria representar os anseios da sociedade, por isso, é uma obrigação do Estado atender à vontade coletiva.

Dessa maneira, entende-se o TBC ou o turismo comunitário como uma forma de produção de espaço, uma territorialidade, uma atividade rural e uma modalidade de turismo coletivo, realizada pela comunidade do campo ou cidade que ofertam serviços e produtos de forma diferenciada do turismo de massa, onde o foco principal da visitação é o estilo de vida, incluindo as características naturais e culturais dos seus territórios. Nesse contexto, é importante e necessária a implantação de política pública, um instrumento legal para instituição de leis e sua regulamentação.

Nessa perspectiva, Dias (2003, p. 121) ressalta que “[...] a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ações que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum [...]”. Partindo desse pressuposto, leva-se a entender que o estado tem por dever criar as legislações que vão facilitar a vida de todos os envolvidos, essa legislação seria um manual bem detalhado que dá diretrizes de alguns setores essenciais. Baseado nesse entendimento, é que se busca regulamentar algumas diretrizes para o turismo de base comunitária, num determinado território.

Assim, a política de turismo é entendida como um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que implica numa estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as práticas diárias dentro de uma destinação (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002).

Com base nisso, compreende-se que uma política é o resultado de ações concretas através de programas, que sejam desenvolvidas pelo Estado, seja em nível federal, regional ou municipal, e regulamentado dentro dos princípios, isto é, que as possíveis propostas das atividades sejam acordadas unanimemente entre três setores: estado, setor privado e comunidade. Nesse caso, a regulamentação do TBC precisa incorporar a identidade e autenticidade da comunidade local.

Em suma, é muito importante que as comunidades que já realizam práticas turísticas façam ou tenham sido parte de políticas públicas formuladas pelos governos federal, estadual quanto municipais para que estabeleçam diversas formas de aproximação com os gestores desses órgãos, o qual pode facilitar e viabilizar eventuais propostas que busquem a elaboração e/ou gestão de turismo de base comunitária.

Assim, tanto os governos nacionais, estaduais e locais devem assumir papel fundamental através de política pública para otimizar esse tipo de turismo, definindo planos programas e ações bem concretos e claros, nos diferentes itens do planejamento, no intuito de conduzir as coletividades a um nível de capacidade possível de enquadramento das novas condições do mundo sem perder sua identidade (ALEXANDRE, 2003). Isso é um resultado que se pode buscar ao desenvolver ações e programas para garantir algo que já existe, no caso do TBC, que é algo palpável, uma ação concreta de geração de renda e inclusão social para público alvo que são comunidades tradicionais, no caso quem pratica de fato a atividade turística, e ao mesmo tempo garantir e investir tanto no domínio de recursos humanos – por meio de capacitação técnicas, quanto no domínio de infraestrutura. Ou seja, precisa-se que essa política pública determine essas normatizações que vão garantir os direitos de bem-estar do cidadão como todo.

Tudo isso é para impedir ou minimizar os possíveis efeitos perversos que são visíveis e decorrentes no TBC, que vem distribuindo e colocando a vida dos comunitários em risco, com geração de empregos precários e impactos negativos no meio ambiente e cultura local.

Geralmente, nas constituições dos países, através das legislações do meio ambiente, assegura-se legalmente a proteção ambiental e o bem-estar das pessoas, particularmente as que vivem num território que precisa da proteção ambiental como motivos que fundamentam a garantia do mínimo necessário para que se possa dotar de qualidade a atividade de TBC.

O turismo envolve muitos segmentos, de modo que implica na participação integrada de setores envolvidos: pequenas, médias e grandes empresas, organizações não governamentais e comunidades locais. Nesse âmbito, a participação organizada tem avançado significativamente em processos de organização da atividade turística com uma maior tendência de integração da cidadania com o Estado em diferentes níveis (DIAS, 2003).

Todavia, no TBC ou turismo comunitário, a participação efetiva da comunidade envolvida com atividade turística é fundamental para criação da estratégia coordenada de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, entende-se que o TBC promove uma maior participação das comunidades por meio da cooperação, do associativismo e da economia solidária. Com isso, os benefícios provenientes das práticas turísticas ficam na comunidade, podendo estes ser utilizados para a melhoria na infraestrutura, em capacitação e na educação, assim como na saúde dos moradores locais. Entretanto, a participação é um dos desafios encontrados para construção do TBC nas comunidades locais de forma efetiva (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Esse desafio, entretanto, requer planejamento, de modo a inserir a comunidade em todos os setores das atividades. Para Dias (2003, p. 113), “[...] é necessário a participação da comunidade alvo do planejamento não resta a menor dúvida. Os problemas começam a surgir quando se discutem as formas em que se dá essa participação [...]”.

Assim, entende-se que a questão da participação tem relação direta com a definição da cidadania, que dá direito à condição de um indivíduo portador de direito. Partindo dessa lógica, leva a entender que não há direito maior de um indivíduo do que decidir seu próprio destino, é nessa base que o TBC se configura.

Por isso, quando se entra na luta para discutir os vícios de uma política pública de TBC é porque o cidadão portador do direito está incluído e, ao mesmo tempo, representando os setores da sociedade. Sendo assim, é obrigação do Estado garantir o que é do cidadão por direito. Tudo isso começa pelo planejamento que, no âmbito do turismo em nível local, é fundamental que esteja alinhado com planos nacionais e estaduais de desenvolvimento turístico numa estratégia integrada e complementar em que se estabeleçam com clareza as responsabilidades de cada órgão do aparelho estatal entre as três esferas do Estado – federal, estadual e municipal (DIAS, 2003). Nesse sentido, é preciso criar uma instância de governança específica para o TBC.

Assim, os autores sul-africanos afirmam que,

O objetivo do turismo de base comunitária (TBC) é capacitar e emancipar comunidades desfavorecidas. É um caminho para que as comunidades se responsabilizem pelo desenvolvimento do turismo local. (GIAMPICCOLI; MTAPURI, 2019, p.44, tradução nossa).

No entanto, políticas, estratégias e práticas relacionadas às abordagens de TBC podem ser úteis, considerando que os princípios poderiam servir como precursores para alcançar toda a indústria do turismo (GIAMPICCOLI; SAIMAN, 2017).

Ainda, para uma boa orientação e gestão do TBC, é imprescindível e de suma importância traçar os princípios que o rege, a fim de que seus objetivos não sejam pautados no dinheiro e na exploração, mas, sim, no ser humano, como também nas experiências que ele proporciona.

Tudo isso só é possível e concretizado com total envolvimento do Estado principal de um país ou governos regionais. Nesse sentido,

O governo desempenha um papel muito importante na TBC porque os governos preenchem a lacuna entre o setor privado empresa e a comunidade, pois é

responsável por promulgar as leis que regem a conduta tanto visitantes quanto anfitriões nessas comunidades (BRIONES; YUSAY; VALDEZ, 2017, p. 52, tradução nossa).

Entretanto, as regras e leis são cruciais para a preservação dos diversos capitais (naturais, físicos e humanos) existentes nas comunidades (GIAMPICCOLI; MTAPURI, 2019). Dessa forma, entende-se a relevância tanto dos governos nacionais quanto regionais, sendo fundamental também o envolvimento do governo local para determinados fins, como uso da terra, planejamento e regulamentação ambiental. Não obstante, outras entidades podem ter participação no desenvolvimento do TBC, a exemplo do setor privado e organizações não governamentais (ONGs).

Vale destacar que a política, por si só, não garante maior prosperidade para todos, pois precisa ser acionável e melhorar o estilo de vida das pessoas, levando em conta suas possíveis trocas complementares (GIAMPICCOLI; MTAPURI, 2019).

Paralelamente, “[...] o planejamento da atividade turística coloca de uma forma totalmente nova a participação de diversos atores no processo, [...] amplos setores e que, não necessariamente, estão territorialmente relacionados com área a ser planejada [...]” (DIAS, 2003, p. 111). Nesse contexto, Dias (2003) reforça que,

[...] a participação, o envolvimento de amplos setores sociais são fundamentais, pois trata-se em última instância de fortalecer ou redefinir a identidade local, modificar as perspectivas de desenvolvimento e criar uma expectativa positiva em que o comportamento da comunidade é essencial (DIAS, 2003, p. 111).

Ao se planejar uma região, cidade ou um segmento da economia, é relevante e possível considerar uma participação direta daqueles que serão envolvidos no planejamento, como também a integração de diferentes atores não presentes no cotidiano das pessoas e outros que irão fazer parte ao longo da implantação dos projetos e programas delineados no Plano de Desenvolvimento Turístico (DIAS, 2003).

O TBC, sendo uma atividade turística que ocorre dentro das comunidades tradicionais, implica na distribuição de renda para e com a comunidade, na qual os comunitários assumem diretamente o protagonismo das atividades no sentido geral. Ainda, podendo ser considerado como uma forma de turismo sustentável ou recurso da sustentabilidade, o TBC é uma cadeia produtiva da bioeconomia e sociobiodiversidade, realizada sob os princípios da economia solidária e da educação ambiental que, a partir do aspecto do turismo, é visto como fenômeno humano e atividade econômica que estimula a economia local.

A dinâmica de TBC ajuda a entender a importância de preservação e conservação ambiental e cultural, implicando, assim, no turismo responsável e sustentável no aspecto econômico e ambiental, ainda mais no atual cenário de globalização e concorrência no mercado nacional quanto internacional, em que a atenção do Estado é indispensável.

Partindo desse entendimento, Dias (2003) afirma que,

No atual processo de globalização, com o local incorporando-se diretamente na competição global, com a diminuição das possibilidades de intervenção do Estado Nacional, há necessidade de um redimensionamento da participação, pois embora a comunidade local é que deva definir quais os caminhos que devem ser seguidos para seu benefício, há muitos outros setores que se envolvem em aspectos cruciais dos interesses locais: empresas, organizações não governamentais, figuras representativas grupos de pressão etc. que apresentam em vários aspectos dos recursos existentes no espaço local (DIAS, 2003, p. 153).

Atualmente o processo de TBC surge a partir das necessidades sentidas por diversos atores. Trata-se de uma participação que revela a manifestação da cidadania ativa, porém, não formada necessariamente por integrantes da comunidade local. E, geralmente, as organizações não governamentais que, muitas vezes, possuem interesses que extrapolam sua origem geográfica, acabam assumindo a frente e organizando uma base em um grupo de interesse na preservação de determinadas atividades ou patrimônio cultural, ambiental e assim por diante (DIAS, 2003), fazendo com que unanimemente a voz coletiva expressada seja atendida através de uma política pública, visando à integração da comunidade no processo do planejamento para o bem estar da coletividade.

1.2.1 Considerações sobre o turismo na África

Ao longo dos séculos, o mundo vem sofrendo muitas mudanças em todos os continentes, diversos países e lugares do mundo sendo descobertos, colonizados, apropriados e transformados de forma mais radical no contexto cultural, ambiental, social e político. Nessa dinâmica, o continente africano é um dos mais atingidos ou, se é que se pode dizer, o mais atingido de todos. A costa africana tem vivenciado esse movimento desde o início do século XVI (SILVÉRIO, 2013).

Os primórdios da colonização europeia tiveram como importante empreitada a mudança do significado da terra para os diferentes grupos étnicos africanos. No entanto, antes da invasão europeia, a ideia de terras como mercadoria, como valor de troca era desconhecida,

pois esta era dotada de significados míticos e entendidos como *locus* de trabalho e de reprodução social e cultural (SANSOLO; CRUZ, 2011).

Em relação ao território e mercantilização no continente africano, a cartografia europeia serviu como ferramenta de racionalização, de geometrização do território, de meio de desterritorialização cultural, favorecendo a exportação e a mercantilização dos recursos naturais (KI-ZERBO, 1972). Com isso, é importante lembrar que a inserção econômica do continente africano na economia mundial, ao longo da história, percorre uma trajetória de apropriação, exploração e comercialização de suas riquezas naturais, de suas terras agricultáveis, como também da exploração humana como força de trabalho por potências hegemônicas; assim como também esse processo deve ser entendido como uma inserção subordinada aos interesses dominantes e dominadores daqueles países.

Por outro lado, quanto à inserção do continente africano no contexto do turismo mundial, Sansolo e Cruz (2011) ressaltam que,

A inserção do continente africano na geografia do turismo mundial reproduz – como não podia deixar de ser – as mesmas lógicas que moveram a sua inserção na economia-mundo em sentido mais amplo, ou seja, uma inserção subordinada, em grande medida forjada de “fora para dentro” e atendendo, portanto, a demanda exógena (SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 172).

Naturalmente o continente africano é extremamente rico em recursos naturais e culturais, sendo precisamente os principais recursos que são transformados em atrativos turísticos, servindo de mercadorias para fins turísticos e, conseqüentemente, econômicos. De acordo com a história, esses recursos têm sido motivo de atração internacional, principalmente europeia, por muitos séculos até os dias atuais.

Os recursos apropriados pelas atividades turísticas podem ser encontrados em qualquer lugar, quer sejam recursos naturais, culturais, históricos, quer sejam elementos produzidos pelo homem, os quais podem ser transformados nos “atrativos turísticos”, através de sua cooptação pelo mercado para fins econômicos. Perante isso, Sansolo e Cruz (2011) apontam que,

Isto que vem acontecendo com os grandes parques naturais africanos, transformados em áreas de visitação turísticas por um mercado mundial ávido pela diversificação de seus produtos. [...] para além dos safáris, antes voltados à caça recreativa, atividade cultuada pela elite europeia, hoje em busca da melhor imagem, sobretudo de grandes mamíferos, visitantes destinam-se para áreas protegidas na Tanzânia, na África do Sul, em Moçambique e na Namíbia. Também encontram lugar na geografia do turismo mundial países do norte africano, geograficamente muito próximos do continente europeu e cujo patrimônios naturais, destacando-se praias, e cultural têm surgido como principal mote da mobilização de fluxos turísticos

internacionais. Tal é o caso de Egito, Tunísia e Marrocos, principalmente (SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 172).

Exemplo disso é a incorporação de paisagens africanas aos roteiros internacionais do turismo que decorre da produção imaterial desses lugares como “destinos turísticos”, que é produzida no campo da *psicoesfera* (SANTOS, 1996). Isto é, por meios adaptados ao ritmo das propagandas com configurações culturais e esportivas, de critérios estéticos, de possibilidades técnicas e como tática de mercado (SILVEIRA, 1997). Tudo isso se enquadra no modo de produção capitalista. Dessa forma, no capitalismo, tanto a apropriação da natureza quanto sua transformação nos meios de produção ocorrem a nível global (SMITH, 1988).

Entende-se que, mesmo com turismo internacional frequente no continente africano, ainda existe enorme desigualdade entre o continente africano e os países hegemônicos nos fluxos turísticos internacionais. Nomeadamente, o continente europeu, em termos de rendimento econômico do turismo, seus benefícios e estratégia de *marketing*, destaca essas diferenças que fazem com que o turismo seja impulsionador do possível desenvolvimento socioeconômico e socioambiental.

Nesse sentido, para que o continente africano seja inserido e destacado nesse contexto, precisa reunir os elementos essenciais na promoção dos destinos ao turismo internacional, apontados como válidos e fundamentais, como: mobilidade, comunicação, segurança, hospitalidade. Atrativos, boa imagem, *marketing*, eventos internacionais, comodidades, clima, estabilidade política e econômica, política migratória e câmbio, bens e serviços de qualidade elevada, legislação internacional, ações de organismos supranacionais de turismo e acordos internacionais de mútua cooperação são indicados como elementos fundamentais na promoção dos destinos ao turismo internacional (PANOSSO NETTO; PIERI, 2013).

Trata-se de elementos fundamentais para promover o turismo internacional, do qual possivelmente são condições reunidas pela Europa. No caso, tais fatores, apontados pelos autores, seriam as respostas em relação à infraestrutura turística de boa qualidade que justificam um maior fluxo turístico internacional, em específico, proveniente do continente europeu.

Para tanto, em relação ao continente africano, no que se refere à infraestrutura, tanto básica quanto turística, encontra-se em situação precária generalizada, como: educação, meios de transportes, saúde pública, além da segurança ligada a inúmeros conflitos e crises políticas, militares, étnicas e religiosas. Esses conflitos geralmente são pela disputa do território e pela exploração de riquezas minerais, como ouro e diamante, que representam fatores que

impossibilitam o desenvolvimento socioeconômico de alguns países africanos. Por sua vez, tais fatores agravam o normal funcionamento administrativo do aparelho do estado e, conseqüentemente, a falta de políticas sociais, particularmente do turismo, tanto para aumento do número de visitantes quanto para contribuir para o bem-estar das populações locais na base de uso sustentável.

No que tange à permanência da concentração geográfica da riqueza gerada pelas atividades turísticas entre os continentes, vários estudos apontam o continente europeu em lugar de destaque. Sansolo e Cruz (2011) afirmam que o continente europeu ficou com mais de metade da receita do turismo internacional em 2007, em quanto o continente africano auferiu apenas e tão somente 3% dessa riqueza. Ainda, o estudo de Panosso Netto e Pieri (2013) reafirma a posição de destaque do continente europeu em relação ao fluxo do turismo internacional e ao continente africano. Acerca disso, Beni (2011, p.38) afirma que “[...] a Europa continuará a ser o destino preferido do tráfego turístico mundial, como Paris, Londres, Roma e Madri, a cabeça das eternas capitais do velho continente [...]”, deixando para trás outros continentes com qualificações péssimas, dentre eles, podemos destacar África e Oceania.

Nesse contexto, Trigo (2007, p. 10) constata que “[...] a Europa é o maior destino turístico do planeta e com a organização da União Europeia, suas políticas de turismo tornam-se cada vez mais elaboradas e articuladas [...]”.

Em relação ao continente africano, para alcançar o tão sonhado turismo de qualidade, seus países precisam criar políticas públicas que deem conta de eliminar os desafios infraestruturais, sociais, econômicos, tanto interno quanto subcontinental. Além do mais, é de extrema importância fomentar as práticas turísticas sustentáveis, éticas e responsáveis em turismo, na perspectiva macro, entre outros aspectos. No que se refere à região da África Ocidental, na qual localizam os países como Guiné-Bissau, Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Guiné-Conacri, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Togo e Senegal, é considerada uma das regiões mais carentes do continente africano, não se tratando de uma região receptora de destaque (SANSOLO; CRUZ, 2011), ainda que possua potencial turístico para isso.

Sabe-se que o continente africano é constituído apenas por países periféricos, que são menos desenvolvidos e que possuem baixo índice de desenvolvimento econômico e social, por decorrência disso, foram influenciados pelas atividades turísticas com promessas de alcançar o desenvolvimento nos seus países. Em visat disso, Rodrigues (2001) aponta que os mercados constituídos por parte do continente africano [...] e, em especial, aqueles que com

grande reserva de biodiversidade, até então preservada, que funcionavam como reserva de valor, são convidados a fazer parte do cenário global sob a égide do ecoturismo. Lembrando que esses países, ou seja, o continente africano só apostou no turismo por entender que é a via mais rápida para alcançar o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, social.

Atualmente esses valores estão sob pressão, ameaças e até sendo prejudicados pelas ações humanas lideradas pelo turismo, em nome do desenvolvimento, que geralmente não chega às comunidades, particularmente as que residem nas Áreas de Conservação que é utilizado pelo ecoturismo.

Segundo Ourique (2005),

O fato é que, nos países e regiões periféricas, todos os esforços vêm sendo feitos a fim de implementar o turismo. Depois dos sucessivos fracassos dos processos de modernização, o turismo apareceu, especificamente a partir da década de cinquenta do último século, como alternativa de desenvolvimento. Foi assim que África e o Caribe “entraram” nos circuitos do turismo mundial. Uma evidencia foi a produção de “hollywood” na época: vários filmes retratando o continente africano [...] (OURIQUE, 2005, p. 95).

Essa busca pelo desenvolvimento por meio do turismo ainda prevalece em todo mundo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. A questão é que nos países subdesenvolvidos, especificamente da África, ao contrário dos desenvolvidos, digamos da Europa, a situação é pior, e aos poucos o mito do desenvolvimento está colocando os recursos naturais e culturais das comunidades africanas em risco ou, em alguns casos, em extinção. Por incrível que possa parecer, as atividades turísticas estão sendo assimiladas pelos estados africanos e se alastrando cada vez mais para seus interiores, em busca de novas experiências, povos, lugares e culturas diferentes, sem geração dos benefícios para comunidade.

Em relação ao mito do desenvolvimento por meio do turismo, Ourique (2005) destaca que,

O exame da bibliografia disponíveis tanto nacional quanto interacional sobre turismo, entre outras coisas, evidencia a existência de uma ideia dominante sobre essa atividade: trata-se do passaporte para o desenvolvimento [...] especificamente para os países periféricos do capitalismo mundial, constitui-se na última promessa dos defensores da modernização (OURIQUE, 2005, p. 93).

Para o autor, o “[...] desenvolvimento é uma ‘ilusão’ [...] e é o jogo de soma zero: se uma territorialidade está ganhando (isto é, crescendo economicamente), significa que outra territorialidade está perdendo (isto é, enfrentando estagnação e crise) [...]” (OURIQUE, 2005,

p. 94). Essas promessas com ilusão do desenvolvimento fizeram com que os países da África fossem atraídos e, ao mesmo tempo, apostados no turismo. Contudo, é percebido o seu impacto positivo na economia mundial, como também se sabe dos seus impactos negativos, de forma específica, nas comunidades tradicionais.

No entanto, os países africanos, a exemplo da Guiné-Bissau, ao mergulhar na atividade turística, principalmente nas comunidades tradicionais, não tiveram sucesso no alcance do referido desenvolvimento; pelo contrário, de modo geral, o turismo impacta negativamente na comunidade local de forma direta e indireta, isto é, na descaracterização dos hábitos dos seus habitantes, devido aos problemas provenientes do turismo.

Portanto, entende-se que várias experiências do turismo nos países africanos, em sua maior parte, não tiveram bons resultados. Embora seja inegável que a introdução do turismo na periferia acabou por gerar várias “ilhas de prosperidade”, criando um circuito privilegiado de consumo e produção. Porém, essa prosperidade restringiu-se a poucos. Para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta e indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros etc. Ou seja, no geral, as condições estruturais de vida pouco se modificaram, como apontado por Turner e Ash (1991), Bouhdiba (1981) e Saal (1987), significando que, de modo geral, os moradores não se beneficiam do “progresso” que o turismo promete (OURIQUE, 2005).

Apesar de a atividade turística possa reconhecidamente gerar postos de trabalho, gerar divisas, contribuir com aumento da economia, ela também é capaz de usurpar os lugares de receptores de fluxos expressivos através da exploração de mão de obra local e pelo desrespeito aos patrimônios naturais e culturais locais. Nesse contexto, convém inserir um modelo de turismo alternativo de base comunitária, baseado no estilo de vida dos habitantes, no qual os patrimônios serão preservados e conservados, sendo benéfico à comunidade local, tanto em termos de economia solidária como também em termos do uso sustentável dos recursos. Contudo, para além da ação hegemônica dos agentes predominantes de produção dos espaços para turismo, considera-se, também, a existência de contrarracionalidades hegemônicas relacionadas ao turismo no continente africano, mostradas na forma de experiências de turismo de base comunitária.

1.2.2 Turismo de Base Comunitária no continente africano

Como em quase todos os continentes, existem iniciativas de turismo de base comunitária no continente africano que também não estão de fora dessa questão, com isso, percebe-se o aumento do TBC em alguns países africanos.

A pesquisadora e geógrafa britânica Loise Dixey, em uma entrevista ao Instituto Virtual do Turismo – IVT, afirma que existem várias iniciativas em países como Uganda, Quênia, Zâmbia, Namíbia, Botswana e Moçambique. De acordo com a autora, é possível considerar como turismo de base comunitária sempre que:

- As comunidades locais têm o uso e / ou direitos de propriedade de recursos (tangíveis ou intangíveis) utilizados para fins turísticos;
- A comunidade local, por meio de uma entidade representante legal, desempenha um papel direto na tomada de decisão, direção e gestão de recursos turísticos; e
- Os objetivos sejam que a comunidade receba benefícios líquidos, diretamente e / ou indiretamente, de iniciativas de turismo (DIXEY, 2010, *apud* SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 182).

Vale lembrar que os países acima referidos são dos países da África que mais abrigam safáris e savanas, o que faz com que tenham as áreas de conservação protegidas pelos seus estados e comunidades que ali habitam. No entanto, sabe-se que essas áreas atraem os turistas do mundo todo, despertando os interesses dos investidores ligados às atividades como: turismo de observação, ecológico, caça desportiva etc. o que acaba se tornando uma atividade de massa e, muitas das vezes, prejudicial, tanto para comunidades quanto para as próprias áreas de conservação.

Com isso, faz-se necessário minimizar os possíveis efeitos negativos provenientes das práticas turísticas baseadas no uso sustentável, com iniciativas relacionadas com turismo de base comunitária. Assim, Dixey (2010 *apud* SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 182) menciona algumas delas:

- *Kawaza Village Tourism Project* (KVTP) em Zâmbia, que foi organizada e desenvolvida pelos aldeões nas proximidades do Parque Nacional *South Luangwa* (www.kawazavillage.co.uk/);

- *Bulungula Lodge*,⁵ na África do Sul, na região de Cabo Oriental, (<http://www.bulungula.com>). Trata-se de uma pousada pertencente a um casal sul-africano que estabeleceu uma parceria com o Vilarejo Nqileni, o qual detém 40% dos direitos sobre a pousada;

- *Sanguyo Tshwaragano Maragement Trust (STMT)*, em Botsuana. Trata-se de uma empresa em que 50% das ações pertencem à comunidade. O foco é o turismo fotográfico no limite sul do Moremi Gme Reserva no Delta do Okavango;

Em Uganda, existe a *Uganda Community Tourism Asssociation*, a qual vem apoiando a formação, organização e a promoção do turismo de base comunitária. A maioria das iniciativas localiza-se próxima às áreas protegidas.

Na Namíbia, existe a *Community Based Tourism Association – NACOBTA*, responsável pela organização do turismo de base comunitária do país e formado em 1995 por comunidades que desejavam trabalhar com turismo.

Para além dessas iniciativas na região turística do sul africano, existem outras várias iniciativas do TBC em alguns países da África ocidental, como Mali, Senegal e Cabo Verde, que no decorrer da pesquisa foram constatados nos artigos publicados. Porém, por sua vez, Cabo Verde, que é um dos países que mais se destaca no turismo internacional dos polos turísticos insulares africanos⁶, localizado na África Ocidental, região da qual a Guiné-Bissau faz parte, tem implantado vários projetos e iniciativas do TBC nas comunidades locais com denominações diferentes, mas com a mesma finalidade, dentre eles mencionamos três iniciativas nas três ilhas: Projecto Turismo Sustentável, Turismo Solidário e Desenvolvimento (Atelier Mar) e Iniciativas em Projetos (BRITO, 2010). Além dessas iniciativas, provavelmente existem outras diversas espalhadas pelo país, como também em alguns lugares da África, as quais ainda não são do nosso conhecimento.

Muito embora a implementação dos projetos de TBC no continente africano tem progredido em defesa cultural, ambiental e pela economia solidária nas comunidades africanas, ainda existem obstáculos na questão gerencial e financeira dos mesmos, uma vez

⁵ Bulungula ajudou a formar várias microempresas na comunidade que oferece atividades de turismo e fornecem outros produtos para a pousada e seus visitantes. Dentre os produtos e serviços ofertados, vale destacar os passeios a cavalo, canoagem, pesca, massagem, escultura em madeira, uma horta orgânica e o *Ilanga Fire Restaurant* (DIXEY, 2010 *apud* SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 185).

⁶ Nos Polos turísticos insulares, entre as seis nações insulares africanas quatro se destacam na geografia dos fluxos turísticos internacionais, ou seja, Madagascar, a maior delas, juntamente com a Seychelles e Ilha de Maurício todos no Oceano Índico e as Ilhas de Cabo Verde no Atlântico. Essas Ilhas-Estados são conhecidas por suas praias paradisíacas, bem como belo exotismo de natureza tropical. Naturalmente, o turismo internacional tem forte impacto sobre esses lugares, marcado pela sua excepcionalidade geográfica e ambiental (SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 180).

que tais questões são um dos mecanismos mais importantes para execução eficiente e eficaz dos resultados das iniciativas de forma permanente.

No entanto, ao relatar o TBC no contexto africano em relação aos resultados de alguns projetos implantados e, de modo a compreender a complexidade e a dificuldade de se desenvolver o TBC, na sua entrevista, Dixey afirma que,

[...] as principais razões para o baixo desempenho dessas iniciativas: o fraco espírito empreendedor e a falta de capacitação, especialmente na gestão de negócio; a falta de acesso ao mercado; a sazonalidade; os desafios da governança; a dependências em empresas e financiadores externos; as dificuldades de desenvolvimento do turismo comunitário em áreas periféricas do turismo, e o conflito estabelecido entre a garantia de viabilidade econômica, a maximização da participação comunitária e a falta de apoio institucional coordenada (DIXEY *apud* HALLACK, 2013, p. 48).

Entende-se que, com a introdução da governabilidade neoliberal em comunidades tradicionais africanas pelas agências de fomento, dificilmente são fomentadas e aplicadas ferramentas *botton-up* como alternativas de desenvolvimento locais. As evidências empíricas comprovam que vários projetos de TBC não contribuíram com a diminuição da pobreza e a conservação ambiental, consequências provenientes de vários fatores envolvendo a falta de experiência por parte da comunidade. É frequente que a maioria das pessoas envolvidas nunca teve contato com o mundo dos negócios e da gerência, o que faz com que seja indispensável o apoio financeiro e institucional do Estado para capacitá-los. Essa carência na preparação, tanto para aumentar suas participações ativas nas iniciativas, como também no desenvolvimento do TBC, interfere nas possibilidades de gerar resultados satisfatórios.

Para isso, vale ressaltar que, uma vez que as comunidades se encontram despreparadas para lidar com o TBC, mediante sua implantação associada com a falta de orientações dos especialistas na área, principalmente do apoio do Estado em termos econômicos, legislação e capacitação dos habitantes para orientá-los no desenvolvimento seguro do TBC, raramente os fins dos projetos serão eficientes e satisfatórios, como vem descrevendo Dixey (*apud* HALLACK, (2013),

[...] muitas iniciativas na África foram mal concebidas e/ou mal implementadas. Ao darem funções inadequadas e inacessíveis a população que não tinha mínima experiência em gestão de negócios turísticos, essas intervenções resultam em desperdícios técnicos e financeiros. As comunidades, por sua vez, sem retorno desejado, tiveram suas expectativas frustradas, endividamento, desilusões e agravamento dos seus conflitos internos (DIXEY *apud* HALLACK, 2013, p. 48).

Embora as estatísticas negativas em relação à implantação do TBC na África estejam trazendo preocupação em relação a sua execução e gestão por parte da comunidade, esse modelo de turismo ainda é a melhor saída para uma comunidade tradicional com patrimônio conservado, em estado de ameaça pela atividade turística. Porém, o preparo em termos de capacidade (crítica, gestão e viabilidade financeira) deve e precisa estar à altura da comunidade para que tenha o sucesso em seu desenvolvimento.

No entanto, as finalidades do TBC, de conservação ambiental, diminuição da pobreza, capacitação e participação comunitária, poderão ser atingidas se as iniciativas forem economicamente viáveis e capazes de sobreviver no mercado altamente competitivo do turismo. Dessa forma, a viabilidade financeira representa o maior desafio dessas iniciativas.

Em relação à viabilidade financeira, Dixey (*apud* HALLACK, 2013) afirma que,

O princípio de competitividade nos negócios tem sido constantemente negligenciado em favor da pressão pelo atendimento às necessidades de subsistência, tomada de decisões coletivas, formas tradicionais de poder e governança e as prioridades de conservação ambiental. Como resultado, as iniciativas de TBC se tornar economicamente insustentável e perpetuaram uma situação de “subdesenvolvimento” (DIXEY *apud* HALLACK, 2013, p. 47).

As iniciativas do TBC, mais do que nunca, precisam ser bem organizadas e articuladas, como também exige criar um planejamento estratégico que consiga dar conta de provável ato de descuido e, assim, instruir e capacitar a comunidade em como lidar com os recursos financeiros para que possam se manter no mercado competitivo. Uma vez que a falta de estratégia de inserção dos projetos no mercado turístico também é assinalada como uma das principais causas de decadência e mortalidade das iniciativas, depois do fim do apoio financeiro externo (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012). Todavia, é importante definir as estratégias de gerenciamento e comercialização do TBC, tanto para lidar com a administração dos recursos financeiros, como para crescer e permanecer no mercado com suas próprias pernas por um longo período do tempo, mesmo depois do término do apoio financeiro interno ou externo.

Para isso, a comercialização e venda do TBC deve conhecer o mercado turístico, principalmente seus clientes-alvo, baseados nos seguintes propósitos: programas de voluntariado, visitação a projetos socioambientais e apoio à iniciativa de TBC que representem práticas convergentes às motivações do turista responsável, comprometidos com os mesmos propósitos do TBC, para que não se percam ou fracassem no mercado.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL E A FORMAÇÃO DO ESTADO NA GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo, pretende-se analisar alguns dos fatores que interferem na implantação e execução da política estatal, partindo-se do pressuposto histórico da formação do Estado da Guiné-Bissau, no denominado período pós-colonial. Visa principalmente analisar os principais fatores sociais, econômicos, políticos, com o objetivo de entender as causas da fragilidade das políticas públicas do estado guineense e, particularmente, das políticas públicas do turismo em prol do desenvolvimento e do bem-estar social.

2.1 SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E ORIGEM DO POVO GUINEENSE

A Guiné-Bissau é um país localizado na costa Ocidental da África (figura 1), fazendo fronteira ao norte com Senegal, e a leste e sudeste com a Guiné Conacri. Este território possui uma área de 36.125 km² e uma população total de 1,9 milhões habitantes (BANCO MUNDIAL, 2021), e é banhado pelo Oceano Atlântico de Norte a Oeste, possuindo, assim, (8) oito regiões administrativas das quais uma delas se encontra no Arquipélago Bolama Bijagós.

Figura 1 – Localização geográfico da Guiné-Bissau na África Ocidental



Fonte: <http://unilab.edu.br/noticias/2012/04/16/cplp-condena-golpe-militar-na-republica-da-guine-bissau/>

Antes de se constituir um país com território definido, a Guiné-Bissau fazia parte do reino Mandinga. Nesse período, a política do reino Kaabu se expandia com suas influências para as demais regiões próximas, como Casamance, no atual Senegal, ao norte, até a atual Gâmbia; e ao sul, até Guiné-Conacri (MENDY, 2012). Os Mandingas são descendentes diretos do Império do Mali que existiu entre o século VIII e XVI, chegando, assim, ao território da atual Guiné-Bissau no século XIII. Ocuparam, dessa forma, o leste do país (Gabú), tendo como capital “Kansala”, que se tornou independente depois do desmoronamento do império do Mali no século XVI (o império Gabú existiu entre o século XIII e XIX) (MENDES, 2010). O reino Kaabu, tributário do império do Mali, foi “[...] fundado pelo lendário guerreiro mandinga, Sundiata Keita, no século XIII [...]” (MENDY, 2012, p. 16). Depois dos Mandingas, foi a vez da etnia Fula, que marcou sua presença no século XV na Guiné-Bissau e rapidamente criou laços comerciais com os portugueses, mediante sua chegada (LOPES, 1982). Essa relação estabelecida se prolongou ao longo dos séculos até o acontecimento da luta armada.⁷ Portanto, desde cedo, verificou-se no território guineense a formação social do povo guineense quanto às distinções étnicas – os animistas (constituído pelos Balantas, Bijagós, Mancanhas, Manjacos, Papeis e Felupes); e os islamizados (Fulas, Mandingas e Biafadas). Essas separações ainda hoje são percebidas com fortes repercussões na realidade guineense (KOSTA, 2007).

Com o aumento do comércio de escravos no final do século XVI, ocorreu a desintegração dos reinos do Oeste africano, o que influenciou os colonizadores a explorar essas rivalidades étnicas, colocando novos produtos com instauração do comércio muito vantajoso para eles (LOPES, 1982). A queda desse grande império do Mali, no século XVI, que antes integrava administrativamente o Império da Gana⁸, além de ter sido provocada pela

⁷ Os Fulas são muçulmanos nômades, estando disseminados por quase todo continente africano. Era uma das etnias mais avançadas no momento de chegada dos portugueses, tendo já grandes laços comerciais ao longo da costa ocidental africana. Foi graças ao apoio dos portugueses e ao desenvolvimento dos seus laços comerciais com Fulas que lhes permitiu adquirir as armas de fogo necessárias para alterar a correlação de forças e a eliminação dos Mansas (rei Mandingas), mesmo quando da chegada dos portugueses a Guiné-Bissau, os Mandingas é quem estavam no poder, mas Portugal apoiou os Fulas, permitindo-lhes que pusessem fim ao reinado dos Mandingas em 1867. Este apoio foi retribuído durante a luta armada (MENDES, 2010), no entanto, durante a guerra de libertação nacional, os Fulas faziam parte dos grupos étnicos que pertenciam à sociedade vertical, ou seja, que se mantiveram féis aos portugueses, ou melhor, que estavam nas zonas controladas pelos portugueses. Durante a luta, Cabral considerava os Fulas, Mancanhas e Manjacos como traidores, por terem apoiado os portugueses (CABRAL, 2008) e, para ele, era mais fácil mobilizar os Balantas e grupos similares do que fulas para a luta contra o regime colonial (RUDEBECK, 1995).

⁸ O império de Mali, antes de se constituir como um império, era considerado um dos reinos mandingas que se integrava administrativamente no império da Gana, que estendeu suas fronteiras a uma grande área da região ocidental africana. O império Gana abrigava em si um vasto território que se estendia da atual Mauritânia até ao Mali, passando pelo Senegal, entre os séculos III-XIII (KOSTA, 2007). “Após a vitória de 1240, Sundiata Keita reorienta-se em direção ao leste, atacando os Mossis e Songóis. Consuma-se, então, o grande Império de Mali,

crise política interna e pela intensificação da pressão das potências coloniais, como França, Inglaterra e Portugal, também contribuíram nesse processo com disputas pelo domínio sobre o território, com definição de novas fronteiras. Desse modo, essa desintegração dos reinos e os conflitos fizeram com que a maior parte dos povos do atual território da Guiné-Bissau, exceto os crioulos, seja oriunda de certas populações que, na época, conviviam naquela região da África Ocidental, concretamente na Sengâmbia pré-colonial (AMPAGATUBÓ, 2008).

No entanto, a imigração desses povos para a atual Guiné-Bissau decorreu de vários fatores, como os movimentos migratórios na região, decorrentes da queda do império Gana e do Mali, assim como das grandes guerras que aconteciam dentro desses impérios Gana, Mali e Sonhai, que faziam partes de toda essa região da África Ocidental, a região Sengâmbia pré-colonial. Esse processo resultou, assim, na emigração dos povos que habitavam nessas regiões para atual Guiné-Bissau, e, dessa forma, acabou juntando várias etnias que tiveram suas participações ativas na formação de diversos povos com culturas e línguas diferentes dentro do único território que hoje é conhecido como Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo, esses povos virão fazer parte da estrutura da Força Armada da Guiné Bissau, no período da luta pela libertação nacional (AMPAGATUBÓ, 2008).

Para Ampagatubó (2008), em relação à formação social da Guiné-Bissau,

Este será um longo e complexo processo de gestação e formação social guineense através das relações e ou interações interétnicas (em uma primeira fase) e mais tarde com a colonização dos europeus, sobretudo os portugueses, quem possibilitou a formação de grupos sociais heterogêneos (AMPAGATUBÓ, 2008, p.81).

Como a maioria dos países da África, a Guiné-Bissau foi colônia portuguesa⁹ durante vários séculos e conquistou sua independência unilateralmente em setembro de 1973, sendo apenas reconhecida um pouco mais tarde por Portugal, em setembro de 1974. O país apresenta clima tropical normalmente quente e úmido, com duas estações no ano, uma seca e outra chuvosa. As temperaturas médias variam entre 24,5 °C, mínima em janeiro, a 27 °C, máximo entre abril/maio, apresentando uma amplitude térmica fraca ao longo do ano, aumentando gradualmente para o interior (GUINÉ-BISSAU, 1999).

O país possui ampla diversidade étnica, linguística e cultural, com valores, costumes e culinárias diferentes, dentre alguns aspectos. De acordo com Scantamburlo (*apud* AUGEL,

que estendia as suas fronteiras em direção a territórios que atualmente fazem parte do Mali, Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau e Guiné Conacri [...]” (MENDY, 1997, p. 20-21).

⁹ A Guiné-Bissau é um país da África Ocidental que foi descoberta no século XV (1446) pelo português Nuno Tristão. E foi colônia portuguesa durante cinco séculos.

2007), “[...] refere-se a 27 grupos étnicos [...] ainda informam serem as 27 línguas étnicas na Guiné-Bissau [...]”, sendo importante frisar que esses dados não são unânimes entre os autores¹⁰.

De acordo com o artigo 1º da Constituição da República (1996), “[...] a Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laica e unitária [...]” (GUINÉ-BISSAU, 1996). Contudo, “[...] a Guiné-Bissau tem uma história de fragilidade política e institucional que remonta ao tempo da sua independência em 1974. É um dos países do mundo mais propício a golpe de estado e politicamente instável [...]” (BANCO MUNDIAL, 2021). Tais fatos contribuem negativamente para o desenvolvimento do país, no contexto político, social, econômico e ambiental, cujas questões podem ser entendidas a partir do surgimento da formação do estado da Guiné-Bissau.

2.2 LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E FORMAÇÃO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU

A análise desse subcapítulo incide sobre a luta armada de Libertação Nacional da Guiné-Bissau até o processo da proclamação e construção do novo Estado Nacional pós-colonial. Analisa, principalmente, os fatos norteadores dessa ação armada, como também os seus efeitos na Força Armada pós-independência e na sociedade guineense. A descrição desse processo visa contribuir com a compreensão do atual cenário político, social e administrativo, ligado às crises institucionais e, conseqüentemente, os seus reflexos nas políticas públicas estatais.

2.2.1 O surgimento dos movimentos nacionalistas e o nascimento de PAIGC

O processo da formação do estado da Guiné-Bissau está relacionado com o processo de colonialismo português que permaneceu no continente africano por vários séculos. Entretanto, Gomes (2010) afirma que o imperialismo colonial chegou ao fim por volta de 1950, na África, momento de transformação provocado pelos *movimentos de libertação nacional* no contexto africano do Segundo Pós-Guerra (VILLEN, 2013, p. 11)¹¹.

¹⁰ Atualmente a percepção comum que se tem do país é que alguns desses grupos étnicos tem desaparecido, tanto seus povos como suas línguas também.

¹¹ Tal período é, em geral, chamado pela historiografia de “descolonização” e remete ao desfecho dos sistemas coloniais, ocorrido somente no final do século XX (VILLEN, 2013, p. 11).

Nesse período, tanto a França quanto o Reino Unido fizeram uma transferência de poder, de forma pacífica e negociada, com as populações colonizadas, como apontam os casos da África do Sul e Senegal. Porém, os países africanos da colônia portuguesa, no caso a Guiné-Bissau, continuavam a sofrer muitas violências e resistências do imperialismo português (VILLEN, 2013) que vigorava com sua autoridade sem limites nem piedade. Além do mais, recusavam negociação e impediam qualquer forma de obtenção de independência para o povo africano, por via pacífica, mesmo com pressões internacionais sobre a liquidação efetiva de toda forma de imperialismo. E, assim, o colonialismo português permaneceu no continente africano até meados de 1970.

Diante disso, mediante a continuação dos abusos, violências e opressões, impostos pelo colonialismo português às suas colônias, em especial à Guiné-Bissau, começaram a idealizar a necessidade de criação de um movimento nacionalista que se encarregaria de delinear e executar o plano da independência, sendo a única saída encontrada pelos dirigentes nacionais para libertação do seu povo da escravidão e submissão do colonialismo, o que acabou por desencadear uma luta armada¹² pela independência entre as forças coloniais e os movimentos de libertação nacional da Guiné-Bissau¹³.

De acordo com Mendes (2010), é importante valorizar os aspectos que são transversais a todas as colônias portuguesas, uma vez que existem obstáculos de diversas naturezas. Vale ponderar os seguintes aspectos transversais: “a educação colonial”, sobretudo pelos missionários, protestantes e católicos (PINTO, 2001); a Liga Africana, fundada em Lisboa em 1920, que funcionava como centro social e intelectual para os africanos que estudavam nas universidades portuguesas; a sintonia com a evolução política nos Impérios Britânicos e Francês; o movimento a favor da descolonização; o crescente anticolonialismo das Nações Unidas; o clima da guerra fria entre as duas superpotências (Bloco do Leste, Ex-União Soviética e o Bloco Ocidental dos Estados Unidos da América); aumento da emigração branca para as colônias; aumento de repressão nas colônias; a Casa dos Estudantes do Império,

¹² Vale ressaltar que houve várias tentativas de negociação da independência pela via pacífica por parte do PAIGC antes de optar pela via armada para libertar a Guiné-Bissau, e Portugal negava qualquer forma de negociação. “O caso da independência das colônias africanas evidencia com clareza que não se tratou de uma retirada voluntária do governo português; ao contrário, somente a atenção à dinâmica da resistência nos territórios africanos, em particular naqueles sob domínio português, [...] o que originou lutas concretas de libertação [...] africanas” (VILLEN, 2013, p. 32-33).

¹³ Tratando-se das colônias portuguesas, os movimentos nacionalistas que nasceram nestes países foram, em grande medida, frutos das movimentações do núcleo de estudantes africanos em Portugal, pois interessa lembrar que em 1951, foi fundado, em Lisboa, o Centro de Estudos Africanos, onde decorriam debates sobre situação das coloniais, do condicionamento políticos das culturas negras e a renascença dos valores culturais negros (SILVA, 1997, p. 29-30).

fundada em 1944, e o Centro de Estudante, criado em Lisboa no ano 1951; e, posteriormente, considerado pelo Mário Soares como berço das chefias africanas, suas participações em forças políticas antissalazarista (PINTO, 2001; MACQUEEN, 1998). Corroborando Mendes, todos esses aspectos são indicadores importantes que nos facilitam a entender o nascimento dos Movimentos de Libertação Nacional que estiveram na luta armada desencadeada contra o colonialismo português e que contribuíram de modo decisivo para oficialização da queda do regime salazarista em 25 de abril de 1974.

Para tanto, Mário de Andrade (1980) afirma que, no

[...] contexto mais amplo do *pan-africanismo* e de *lutas afro-asiáticas*, que tomaram forma os movimentos de libertação nacional nas colônias portuguesas. Em torno da metade dos anos 1950 se formaram partidos políticos que começaram a difundir a *ideia nacional* e a assumir, clandestinamente e em um contexto rigidamente controlado, o papel de polo unificador para mobilização popular na luta contra a dominação colonial portuguesa. A *estratégia da unidade* pan-africana é assumida nas colônias portuguesas pela *Frente Revolucionária Africana para Independência das colônias portuguesas* (Frain) (ANDRADE, 1980 *apud* VILLEN, 2013, p. 41).

No entanto, o desfecho dos sistemas coloniais, ocorrido apenas no final do século XX, ficou marcado como período de mudança, provocada pelos movimentos de libertação nacional, no contexto africano do Pós-Segunda Guerra, momento conhecido mundialmente e historicamente como era de “descolonização”. A questão da descolonização teve repercussão externa, devido à influência dos efeitos negativos do nazismo, como também com a emergência das organizações internacionais que se apresentavam supostamente como “neutras”, de modo indispensável e com base no apoio à manutenção da “paz mundial” e de “ordem mais justa”, apesar dessa nova “ordem” mundial proclamada está ainda fortemente calcada pelo sistema de dominação colonial, alimentado com discursos de *harmonia*, da satisfação das necessidades e dos “benefícios” do colonialismo para África, na visão oficial do governo de Salazar, segundo teórico e político Adriano Moreira. E, por outro lado, da *contradição* na perspectiva transformadora de Amílcar Cabral, de levar à tona a denúncia dos reais efeitos do colonialismo, de sua ligação com o sistema capitalista e da afirmação dos projetos políticos para construção de uma sociedade nova e livre de qualquer sistema de dominação (VILLEN, 2013). Esses dois pontos de vista, absolutamente divergentes, tornam-se úteis para compreender os reais pensamentos do centro (sistema colônia português) e o outro da periferia, do revolucionário Amílcar Cabral sobre o sistema colonial.

Foi nesse contexto que Amílcar Cabral, nascido em 1924 na Guiné-Bissau, na região de Bafatá, filho de pais cabo-verdianos, desempenhou, de forma decisiva, a criação de uma

estrutura política, revolucionária e anticolonialista para independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Entretendo na qualidade de conselheiro do governo colonial português para agricultura e floresta na Guiné-Bissau, torna-se encarregado de um Censo Agrícola entre 1952 e 1954, nas diferentes regiões do campo¹⁴. Essa experiência permitiu-lhe conhecer de perto a realidade econômica, sociocultural e política das diferentes etnias, ao mesmo tempo, a necessidade de conhecer e reconhecer os fundamentos essenciais das motivações para uma luta contra a dominação colonial, a qual se tornou a sua marca do pensamento político. A partir desse momento, Amílcar Cabral começou sua mobilização popular por meio da primeira Associação Esportiva, Recreativa e Cultural da Guiné-Bissau, criado por ele com objetivo de sensibilizar, tanto as elites guineenses, como os cabo-verdianos, pela causa do nacionalismo. Porém, essa associação é logo considerada pelas autoridades portuguesas como clandestina, e Cabral se vê obrigado a deixar o país.¹⁵

Dois anos depois, participou da Conferência de Bandung, quando teve contato com outros dirigentes anticoloniais e conheceu o quadro afro-asiático de discussão e apoio aos movimentos anticoloniais. Assim, Cabral começa a aplicar sua existência à causa da libertação nacional da Guiné e Cabo Verde, na qual tinha como teoria entender a realidade do país para transformá-la. A partir de então, criou inicialmente o Partido Africano para Independência (PAI), em 1956, transformado no já mencionado PAIGC (VILLEN, 2013).

Segundo Silva (1997), o PAIGC foi criado em 19 de setembro de 1956, detalhando ainda que:

A 19 de setembro, numa reunião restrita, em Bissau, promoveu a criação do Partido Africano da Independência (PAI), com ambicioso objetivo de “liquidar” o colonialismo português e alcançar a independência imediata da Guiné-Bissau e Cabo-Verde e a união dos povos guineense e cabo-verdiano, numa perspectiva de unidade africana (SILVA, 1997, p.33).

A referida citação comprova a política desenvolvida por Cabral no seio do PAIGC, com o intuito não só de liquidação do colonialismo, mas, também, de um processo mais amplo e complexo que vai muito além da conquista da independência. Estende-se com um

¹⁴ Em 1945, Amílcar Cabral consegue uma bolsa de estudo em Lisboa, formando-se em agronomia em 1950. Após dois anos da conclusão do curso e depois de ter dispensado uma vaga de professor assistente no próprio instituto onde se formara, regressou para Guiné-Bissau, país natal, e foi contratado pelo Ministro de Ultra Mar como conselheiro do serviço agrícola e florestal. Ainda mais importante, foi responsável pelo primeiro recenseamento agrícola da Guiné-Bissau (FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, 2007).

¹⁵ “Os africanos não tinham [...] o direito de votar e nem mesmo de serem eleitos no seu próprio território, uma vez que este era governado ‘exclusivamente pelos pelas instituições não indígenas’. Qualquer organização de caráter político dos africanos era condenada à clandestinidade [...]” (VILLEN, 2013, p. 140).

trabalho de educação político-cultural, com a finalidade de ajudar o povo africano a entender o seu direito de possuir a própria história, ou seja, de se tornar protagonista do próprio destino. Entretanto, na base disso, a política do PAIGC se fundamentava em dois momentos, sendo, no primeiro, a formação de uma consciência nacional através da união entre africanos da Guiné-Bissau e Cabo-Verde; e, no segundo, a realização da unidade africana de forma geral (VILLEN, 2013).

O fato é que já existiam na Guiné portuguesa partidos como: Movimento para Independência da Guiné (MIG); Movimento de Libertação da Guiné (MLG); União das Populações da Guiné (UPG); União da População para Libertação da Guiné (UPLG); Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG) e Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné (FLING), que fora constituída pela união de vários grupos políticos (UPG, RDAG e a UPLG) (MONTEIRO, 2013).

Entretanto, apesar da existência dos primeiros movimentos nacionalistas que empenhavam seus esforços contra a dominação portuguesa na Guiné-Bissau, o PAIGC se tornou um símbolo maior com destaque internacional, obtendo, assim, ajuda dos armamentos dos países socialistas na luta armada contra o colonialismo português (no caso Checoslováquia, Rússia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, dentre outros). Ainda em comparação com os demais movimentos nacionalistas com caráter revolucionário e anticolonial nas outras colônias portuguesas, como Angola, Moçambique e São Tomé Príncipe, o PAIGC foi considerado maior, devido às múltiplas vantagens do referido partido em vários aspectos, somado com a incomparável formação e experiência do seu fundador Amílcar Cabral (MACQUEEN, 1998). Contudo, “[...] o grande êxito do PAIGC foi o de conseguir impor-se como movimento dominante, política e militarmente, tanto a nível interno como externo [...]” (MACQUEEN, 1998, p. 59). É importante salientar que o PAIGC de Cabral ficou marcado como partido revolucionário, com forte e grande participação das massas populares, caracterizando-se não só pela busca da destruição imperialista, no combate contra a dominação econômica, política e armada, como também pelo fator cultural que, nas palavras de Cabral,

A cultura é o elemento que não pode ser totalmente dominado ou destruído pelas ações imperialistas, pois o fator cultural de resistência independentemente da violência material de dominação permanece indestrutível, enquanto pode emergir a qualquer momento da história para modificar sua direção [...] meios para alcançar a independência e a emancipação se contrapõe de forma imediata a tese colonial que defendia a cultura como elemento legítimo de dominação [...] de levar civilização ao mundo extra europeu para plasmar os “povos sem cultura”. É uma força de reação,

ou seja, uma arma de combate ao imperialismo e comoventemente, de transformação da toda sociedade colonizada [...] (VILLEN, 2013, p. 160-161).

Nota-se que a política de Cabral enxergava as manobras imperialista de justificar suas ações comportamentais (materiais e culturais), usadas para negação do processo histórico da sociedade dominada; isto é, necessariamente a negação do seu processo cultural ou de tornar amenas as diferenças culturais dos colonizados e atuar em função do propósito evolucionista de levá-los à condição de cidadãos assimilados (VILLEN, 2013).¹⁶

Após alguns anos, um acontecimento marcante contribuiu de forma decisiva no rumo da luta anticolonial dirigido pelo partido que, até então, assumia formas pacíficas de reivindicações, conhecido popularmente como massacre de Pindjiguiti. Fato este que ocorreu no dia 03 de agosto de 1959, devido à primeira e principal ação política que foi a realização de uma greve pelos trabalhadores portuários (estivadores e marinheiros) contra o governo colonial para reivindicar aumentos dos salários, cuja resposta do governo português culminou com massacres a tiros, provocando, assim, cinquenta mortos e centenas de feridos pelas mãos do exército colonial.

Depois desse acontecimento brutal do governo português, veio a certeza convincente, de modo definitivo, aos dirigentes do PAIGC de que, em face da violência da dominação colonial, só seria possível responder por meio da violência para obtenção da independência. Assim, a autora salienta que,

[...] depois dos assassinatos dos estivadores portuários e de marinheiros em greve, os Bissau-guineenses acompanharam de perto os reflexos da repressão do regime colonial. Com objetivo de neutralizar a repressão colonial após Massacre de Pindjiguiti, a elite intelectual reformulou as estratégias junto às massas populares. Desse modo, surgiu a necessidade de uma organização mais consistente para enfrentar a administração colonial: a via armada. (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 146).

Nesse contexto, o PAIGC intensificou sua mobilização da massa popular com forte expansão e organização dos camponeses do interior do país para aderir à luta pela libertação nacional, utilizando-se, assim, de novas estratégias para alcançar a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, tendo como base a unidade e a luta sem distinções étnicas, nacionalidades e religiosas entre o povo guineense e cabo-verdiano. Mediante isso, foram

¹⁶ Cabral acreditava na influência que a cultura pode exercer para mudar a história. As reivindicações culturais do movimento da negritude são interpretadas por ele como um embrião que permitiu o desenvolvimento sucessivo das lutas de libertação nacional (VILLEN, 2013 p. 186). Para Cabral, um dos erros mais graves, se não mesmo o mais grave, cometido pelas potências coloniais na África terá sido ignorar ou subestimar a força cultural dos povos africanos (VILLEN, 2013, p. 185).

necessários alguns ajustes para que as estratégias planejadas fossem executadas da melhor forma possível, e segura, traçando-se as seguintes: a) evitar manifestações urbanas e deslocar as ações do partido para o campo, mobilizando as massas camponesas; b) preparar-se para o início de uma nova fase – a luta armada; c) transferir a direção do partido para o exterior (Conakry); d) formar o maior número possível de partidos (SILVA, 2006). A partir dessas deliberações e com o apoio da população, o PAIGC começou a aplicar suas ações ofensivas contra o governo colonialista.

Todavia, mediante a insistência do governo colonial português com seus crimes ao povo africano, Gibson (1974 *apud* VILLEN, 2013) se refere dizendo que toda violência perpetrada em Estado português teve, na verdade, a finalidade de fazer que ‘o mito da harmonia se afogasse em sangue’, uma vez que suas respostas foram apenas na base da ‘brutalidade’, ‘arrestos de massa’, ‘violência genocida’, ‘massacres de larga escala’ e ‘extermínio’ que, para o autor, não são palavras exageradas, uma vez que emergem dos fatos mesmos e são usadas pelos historiadores para descrever a ação da polícia do regime e o *estado de violência* no qual vivia a população civil africana nas colônias portuguesas.

Perante esse cenário doloroso, vivido há vários séculos pelos africanos, os seus limites começaram a chegar ao fim nos anos 1950 e início de 1960, logo após o esclarecimento de não operacionalidade dos métodos pacíficos de resistência empregados inicialmente pela colônia portuguesa. Foi nesse âmbito que a adesão à luta armada pelos movimentos nacionalistas teve lugar, abrindo, assim, ao mundo suas campanhas de críticas e denúncias dos crimes e propagandas enganosas do regime colonial português e, ao mesmo tempo, reivindicando o reconhecimento internacional e, no domínio jurídico, a legitimidade da guerra de libertação nacional (VILLEN, 2013).

A partir desse momento, a declaração de guerra foi pública e internacionalmente anunciada e, de forma particular, o PAIGC deu início à guerra de libertação nacional.

2.2.2 O início da luta armada de libertação

A luta de libertação nacional teve início em 23 de janeiro de 1963, com ataque ao quartel do Titi na zona sul da Guiné-Bissau, que se expandiu para diferentes regiões do país, marcando, assim, o início da luta armada. O conflito se prolongou por dez anos até a proclamação do estado da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973, sendo reconhecida a sua independência por Portugal em 1974.

Todavia, a união de diferentes etnias, movidas através do laço da solidariedade e de pertencimento a uma pátria, foi decisiva para o começo da luta, uma vez que contavam esses guerrilheiros com conhecimentos e experiências de guerrilha de pacificação realizadas entre 1915 a 1930, ordenado pelo colonialismo português (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Dessa forma, foi necessário mais ainda aperfeiçoar estrategicamente os métodos de luta armada para liquidação do regime colonial e domínio total do país.

O sucesso da guerra a favor do PAIGC não demorou, que pode ter sido devido às vantagens do Sul do país, por conta das particularidades geográficas, como também das suas condições naturais. Nesse sentido, “[...] o Sul é considerado o chão dos Nalus e Balantas, etnias que são conhecidos pela tradição agrícola, em particular, o cultivo de arroz. Em vista disso, dominavam a geografia da região principalmente no referente à travessia dos rios que dividiam as tabancas uma das outras [...]” (CENDÉ, 2013, p. 168). De acordo com a mesma autora, a luta armada, conduzida no ano de 1963 em Guiné-Bissau, é o marco oficial da unidade africana. Nesse mesmo ano, tendo em vista a necessidade de se criar as novas diretrizes políticas que orientassem as organizações rumo às independências das colônias africanas, foi preciso que

[...] os líderes nacionalistas dos estados independentes decidiram reunir-se em Adis-Abeba (Etiópia), a fim de criar um Comitê da Libertação Africana, que objetivava coordenar e encaminhar os movimentos de libertação nacional para continuar a luta para libertação total do continente (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 168).

Dada a importância dessa reunião dirigida pelos líderes africanos, como Kwame N’krumah de Gana, Sekou Turé de Guiné-Conacri e Abel Gamal, Nasser do Egito, entre outros, em solidariedade com outros irmãos dos movimentos africanos com luta armada em curso, decidiram criar a Organização de Unidade Africana (OUA)¹⁷ no dia 25 de maio de 1963, com o objetivo de renovar votos de solidariedade para com os países colonizados e mobilizar o apoio internacional com o intuito de dar fim ao colonialismo nesses territórios.

¹⁷ . Contudo, após o reconhecimento da OUA pelo ONU em 1972, fixando, assim, o dia 25 de maio, institucionalizada como o Dia da África, de tal modo considerado ponto de partida pelos nacionalistas africanos com foco a uma África forte e unida, com a finalidade de estabelecer uma união coletiva que permita encarar qualquer problemas e dificuldades africanos, assim, promovendo desenvolvimento (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Entre os objetivos definidos pela OUA, destacam-se: eliminar o colonialismo de forma geral e soberania dos Estados; integração econômica e cooperação política e cultural no continente africano; coordenação e intensificação dos esforços de cooperação para oferecer aos povos africanos melhores condições de vida; erradicação de todas as formas de colonialismo e promoção da cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos Humanos. Porém, apesar das boas intenções elaboradas pela OUA com objetivo de bem-estar social do seu povo, essa organização, desde o seu nascimento, encontrou amplas dificuldades (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Um dos principais desafios da OUA, sem dúvidas, seria administrar e reorganizar a questão étnica de cada Estado africano (VAN- DÚNEM, 1997 *apud* CANDÉ MONTEIRO, 2013). Questão que até hoje é vivida na Guiné-Bissau.

Apesar disso, a luta armada em Guiné-Bissau estava seguindo em ritmo pesado, tendo com favoritismo ao PAIGC, e que, em julho de 1963, seis meses depois do início da guerra, o então Ministro da Defesa português, General Gomes de Araújo, surpreendeu os demais membros do regime e os observadores estrangeiros, ao admitir publicamente que uma parte importante do território estava dominada pelo PAIGC. Entretanto, em fevereiro 1964, o domínio do Sul PAIGC foi confirmado, o que abalou seriamente a moral dos portugueses, no qual reinava o pessimismo no comando português local com a declaração do comandante militar Brigadeiro Louro de Sousa, informando ao narrar a situação de guerra ao Ministro das Colônias, que simplesmente a “guerra estava perdida” (MACQUEEN, 1998).

O PAIGC gozava de inúmeras vantagens: tinham alguns grupos étnicos revoltados contra os portugueses, no caso os camponeses Balantas de Sul do país, que tinham histórico de oposição ao regime português, sendo um dos últimos grupos a ser “pacificado” em 1915; o país tem fronteira com Guiné-Conacri, onde instalava a base do partido que facilitava a chegada dos armamentos de guerra. Para Candé Monteiro (2013), os guerrilheiros do PAIGC dispunham de domínio do conhecimento territorial, o que lhes facilitou obter as estratégias de emboscadas, favorecendo-lhes se apropriarem dos materiais de guerra das tropas portuguesas. Essas vantagens deixaram o colonialismo português furioso, levando-o a intensificar com brutalidade os ataques, não só na zona urbana, como também no interior do país, principalmente contra os habitantes do Sul, que eram colaboradores diretos do PAIGC, como forma de conter suas ações (CABRAL, 1997). Nesse sentido, Amílcar Cabral (1997) descreve o seguinte,

Alarmados perante a intensificação da nossa ação, as forças portuguesas desencadearam então em todo país, mas, sobretudo no Sul, a mais violenta repressão militar e policial contra as populações, principalmente contra os suspeitos de pertencer ao nosso partido. Eles aprisionaram, torturaram, e assassinaram patriotas, massacraram populações sem defesa e incendiaram as tabancas (AMÍLCAR CABRAL, 1997, p. 37).

Essas repressões não intimidaram o PAIGC, ao contrário, fizeram com que o desenvolvimento de luta fosse fortificado no interior do país, demandando a organização em estruturas correspondentes às frentes – norte, sul e leste¹⁸ – no contexto militar, subdivididas

¹⁸ As primeiras indicações dos combatentes nas frentes foram da seguinte maneira: Nino Vieira dirigiu o Sul, [...] e o seu companheiro Rui Djssi, encarregaria de comandar o Centro-Sul [...]. Osvaldo Vieira, Chico Mendes, Manuel Saturnino Costa e Hilário Gomes (Lolo) respondiam pela Frente Norte [...]. Para a Frente Leste, foi confiada à responsabilidade de Domingos Ramos, Vitorino Costa, Bobo Queita, tendo Pascoal Alves como adjunto que seguiu se para região de Gabu no leste do país. O setor autônomo de Bissau, foi denominado de

em sub-regiões e unidade de guerrilha. Essas estruturas estão baseadas de acordo com a divisão administrativa do país. Entretanto, vale salientar que, em todas as diferentes frentes do país, a luta armada não foi desenvolvida da mesma forma, devido às cautelas que eram necessárias tomar, principalmente nas regiões em que a maioria não apoiava o PAIGC, assim, relatados pelos ex-combatentes.¹⁹

Em resposta a essa ofensiva, em 1964, os guerrilheiros desencadearam uma ação intensa contra os colonialistas portugueses no sul do país, nomeadamente na Ilha do Como. Essa ação, denominada Batalha de Como, foi uma das mais importantes ofensivas já realizadas pelo PAIGC, como também foi uma das batalhas mais duras e bem-sucedidas do país, durante setenta e cinco dias, quantificando grandes baixas ao colonialismo português (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Segundo Azevedo (1977, p. 110-112),

Dos três mil soldados envolvidos no ataque, dois mil haviam sido transferidos há pouco de Angola para a Guiné. Ao contrário dos que chegavam direto de Portugal, já vinham temperados pela luta contra guerrilheiros africanos. Acostumados ao calor, aos insetos, tomando regularmente suas pílulas semanais contra a malária [...]. Os soldados atacaram por seis pontos diferentes com a cobertura de aviões. Esquadrilhas de jatos bombardeavam a margem da mata, separada do mar, em alguns lugares, por mais de três quilômetros de areia e pântano com vegetação rasteira. Com a ilha cercada por mar e pelo rio que a separa do continente, os portugueses pegaram os guerrilheiros em má situação. Os tucas avançaram em todas as frentes, protegidos pelos aviões e pelo fogo das canhoneiras. Avanço rápido nos primeiros momentos [...]. Os portugueses tiveram duas preocupações logo no início: bombardear tabancas onde os guerrilheiros poderiam encontrar apoio e queimar plantações de arroz, como medida preventiva. Era época de colheita. Se o arroz fosse destruído, os defensores da ilha não teriam meios de se alimentar, caso resistissem mais do que estava previsto. A fome dos guerrilheiros poderia ser uma aliada preciosa, independentemente da quantidade de cola que tivessem guardado nos bolsos. E balantas, banhus e bijagós tiveram que abandonar suas palhotas destruídas, as bolanhas incendiadas, e refugiar-se em volta da base. Os portugueses nunca avançavam sós. Eram sempre precedidos pelos aviões, pelas bombas, e se

Zona zero que ficaria sob comando de Luciano N'Dao, Constantino Teixeira e Pedro Ramos (CABRAL, 1984, p. 105).

¹⁹ Nas palavras de ex-combatentes (Coronel Manuel Saturnino Costa; Carmem Pereira e Francisca Pereira) da pátria, depreende-se que, dentre as frentes, a frente Sul (abitada pela maioria étnica Balanta e Nalus) foi a quem mais aderiu os objetivos do partido e integrou-se de forma mais rápida com os combatentes e prestou-lhe todo o apoio contra as forças coloniais, o que ficava que, ao aceitarem fazer parte das fileiras da luta “massa popular”, evidentemente estavam recusando a soberania portuguesa e automaticamente sua dominação cultural (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Enquanto que na frente leste (povoado pelos Fulas) havia uma forte colaboração dos chefes de tabancas (aldeias) que eram intermediários e confidentes do regime colonial, e por outro lado, na sua maioria eram aliados dos portugueses e mantinham ligações estreitas com o regime colonial, tal relação acontecia de forma diferente, ao ponto que os moradores e chefes tradicionais se colocavam no lado oposto da mobilização de luta de libertação, impedindo, assim, as ações da guerrilha, e com isso denunciavam qualquer força que não fosse a das tropas coloniais (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Em relação a isso, ex-combatentes afirmam que “[...] tudo em troca de bom emprego, concessão de bolsas de estudo para seus filhos, dentre outras vantagens sociais ou econômicas [...]” (PAIGC, 1974 apud CANDÉ MONTEIRO, p. 171).

acostumaram a esperar pela segurança tecnológica da força aérea para tentar algum ataque (AZEVEDO, 1977, p. 110-112).

Apesar da incomparável supremacia militar do colonialismo português²⁰, os guerrilheiros do PAIGC ganharam a luta na Ilha de Como, nisso, este território passou a ser considerado como parte das regiões chamadas de “zonas libertadas”, sob domínio do PAIGC. Para Cabral (1977), a vitória em Como constitui

[...] uma grande vitória militar que em certa medida foi a base de outras vitórias conquistadas às nossas forças (*sic*) no decorrer do ano de 1964 [...] além disso, Amílcar afirma que a Batalha de Como constitui de maneira eficaz para aperfeiçoamento de diversos aspectos da nossa vida e da nossa luta, porque foi a Batalha de Como que criou-nos novos problemas políticos e militares reveladores de maneira inesperada de deficiências e perigos pra o nosso partido e para nossa luta (CABRAL, 1977, p.42).

A partir desse momento, o desenvolvimento da luta armada era atribuído à necessidade de nova organização da estratégia do partido, tanto no domínio político – em que tinha a necessidade da criação de uma estrutura básica (Escolas, Postos de Saúde, Comissões de Aldeias etc.) nas áreas libertadas da Guiné, para atender às demandas da população local; como no domínio militar, que, de igual modo precisava ser reestruturada, de acordo com a evolução da luta armada (PINTO, 2019). No entanto, é importante frisar que essas zonas libertadas representavam como um Estado bissau guineense dentro do Estado colonial, constituindo, assim,

[...] um palco de internacionalização política de Amílcar Cabral e da sua política de combate ao colonialismo português. Nesse território é que Cabral desenhava todas as estratégias do funcionamento do Estado nacional Bissau-guineense e da promoção da cidadania digna e humana. Não obstante, nessas zonas, consideradas estado livre, é que se concentravam as visitas das mais distintas instituições africanas e internacionais para conferir de perto o sucesso da ideologia de Amílcar (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 178).

Sendo um Estado em curso, Cabral objetivava, com isso, garantir o bem-estar das populações, assegurando, assim, todos os esforços, até então conseguidos, rumo à independência. Nesse contexto, Cabral afirmava que,

²⁰ “Enquanto os oficiais portugueses, que dirigiam a luta portuguesa, saem das academias militares após sete anos de preparação, para além de curso que lhes são dados – curso de base -, nós tivemos que mobilizar para o combate de jovens vindos das cidades ou campos, alguns deles sem nenhuma instrução e que foram obrigados a adquirir no decurso da própria luta a experiência necessária para enfrentar os oficiais portugueses [...]” (CABRAL, 1974, p. 70).

O partido revolucionário tinha o objetivo de assegurar que o esforço sacrificado despendido na conquista e na conservação de uma área libertada tivesse a sua recompensa clara, visível o mais depressa possível e o mais eficazmente possível em benefícios positivos que todos pudessem partilhar. Esses benefícios eram as escolas elementares, as clínicas do mato e outros serviços sociais que na medida do possível, foram criados dotados de pessoas e abastecidos (DAVIDSON, 1976, p. 76).

Diante disso, Cabral resolveu convocar o I Congresso, chamado de “Congresso de Cassaca”, em fevereiro de 1964, no sul do país, com o objetivo de se reorganizar tanto politicamente quanto militarmente, isto é, para salvaguardar os princípios e condutas do partido que estavam se perdendo aos poucos.

Assim, o Congresso de Cassaca foi organizado por vários motivos, mas o mais preocupante centrava sobre os desvios dos princípios do partido e da conduta por parte de alguns de seus integrantes nas bases da unidade da guerrilha. Nisso, foi discutida a questão de ordem disciplinar, sobretudo dos abusos excessivos e intimidação das populações por parte dos guerreiros. Dentre os abusos cometidos pelos guerreiros, podem-se destacar: acusação de feitiçaria seguida de assassinato, estupros das mulheres, maus tratos etc. Para o combatente Jose Lopes²¹, muitos acusavam os homens de tabanca (aldeia) de feitiçaria, no entanto, quem fosse acusado era fuzilado e o acusador, por sua vez, casava-se com esposa do acusado. Com conhecimento dos referidos atos, Cabral organizou o Congresso de Cassaca imediatamente. Para os efeitos, uma das decisões do congresso foi mandar matar os combatentes que acusavam outros de feitiçaria, efetuar prisões e transferência dos acusados (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Em relação a isso, Manuel Saturnino Costa²² fala que o Congresso de Cassaca serviu para reorganizar o partido e suas estruturas de luta, comprovando que a luta armada só teria sentido se aliasse com as populações, e preconiza a guerrilha totalmente no seio das massas populares, condenando qualquer forma de militarismo (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Dessa forma, a correções dos erros cometidos por alguns guerreiros do partido foi importante para que o partido pudesse continuar com seus objetivos e princípios, firme na luta, pois é isso que os diferencia do regime colonial, aliás, só assim o apoio das populações seria garantido e os objetivos alcançados.

Enquanto isso, Cabral alega que

²¹ Entrevista concedida pelo “José Lopes, Bissau guineense, combatente de liberdade da pátria. Bissau, abril de 2011”. (CANDÉ MONTEIRO 2013, p. 174).

²² Entrevista concedida em abril de 2011 em Bissau (CANDÉ MEONTEIRO, 2013).

A aplicação prática das resoluções e decisões do nosso congresso permitiu-nos realizar progressos notáveis no decorrer do ano de 1964, que transformaram significativamente a situação do nosso país. Por outro lado, submetendo as deficiências e os erros cometidos no seio do partido a uma crítica severa e uma autocrítica sincera, o nosso Congresso determinou as medidas necessárias a eliminação dessas faltas. A nossa organização tornou-se, no decorrer de 1964, mais forte do que nunca (CABRAL, 1977, p. 43).

Por meio da realização do Congresso de Cassaca, surgiram algumas importantes modificações no domínio militar e político. Porém, no domínio político e administrativo, foram criados comitês especiais de administração (estado civil, justiça, saúde etc.) com finalidade de suprir as carências das populações e controlar as atitudes abusivas (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Enquanto que, no domínio militar, foi preciso a reestruturação e redistribuição das Forças Armadas por meio de criação de comandos inter-regionais “[...] divididas pelas três frentes (norte, sul e leste) de combate, cada uma das quais dispunha de um comando militar único [...]” (GOMES, 2010, s.p), e de um órgão central da administração da luta armada (Conselho de Guerra), visando orientar e acompanhar o desenvolvimento das ações da guerrilha. Nesse contexto, foi criado um exército popular e das milícias responsáveis pelas vigilâncias das zonas liberadas, como também a formação de quadros militares especiais (armas pesadas, armas antiaéreas etc.) (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Para Pinto (2019), essa reestruturação feita pelo partido, em 1964, foi valiosa para conquista da independência. Por outro lado, vale salientar que a criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo – FARP²³ foi uma das mais importantes decisões realizadas no Congresso de Cassaca, como relata Gomes (2010),

Uma das decisões mais importantes do Congresso de Cassacá de 1964 foi o da criação de um exército nacional capaz de substituir o grupo de guerrilha que vinham atuando desde 1963, que já não mostravam capazes de cumprir com os objetivos propostos pelo partido, e que até então constituíam as forças principais. A instauração de um braço armado bem organizado marcou, desta forma, o início de uma nova fase na Guiné em termos militares (GOMES, 2010, s.p).

A renovação e substituição dos guerrilheiros por um exército nacional bem formado militarmente foram fundamentais e importantes na performance da luta, uma vez que este se encontrava à altura e de prontidão para atender às necessidades principais do partido,

²³ De acordo com PAIGC, as FARP são Forças Armadas Revolucionária do Povo, compostas pelas mulher e homens da Guiné-Bissau e Cabo Verde, militantes ou não do PAIGC, que de armas em mãos e, devidamente organizados, lutam pela libertação total da africana, pela defesa, segurança, integridade e progresso das regiões libertadas, pela realização completa do Programa do Partido, ao serviço do nosso povo. As FARP são, portanto, em seu conteúdo, na sua atividade e nos objetivos da suas ações, um instrumento político-militar do PAIGC, cuja função principal na situação atual do nosso povo é a luta armada (CABRAL, 1970).

demonstrando todas suas fortalezas, qualidades e capacidade para obtenção da independência. Assim, Cordeiro (2008) afirma que,

A luta pela independência foi conquistada graças ao importante desempenho das Forças Armadas (FA) que foram instrumento da libertação do povo Guineense. Por isso, a sua influência política está enraizada desde o início do surgimento da República, já que é considerada a origem do Estado da Guiné-Bissau (CORDEIRO, 2008, p. 81).

Vale ressaltar que, as “[...] FARP antecedem o surgimento do Estado-Nação na Guiné-Bissau [...] foram as FARP o baluarte principal do partido em termos de ações militares e na estruturação das unidades de luta [...]” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 176). A obtenção da independência e a proteção das populações das áreas protegidas são duas responsabilidades das FARP.

Ainda, assim, em 1966, as FARP passaram por uma nova mudança na sua estrutura, com articulações bem definidas, da seguinte maneira: a) as guerrilhas; b) as unidades de exército popular; c) o Conselho de Guerra; c) os comandos de frente (GOMES, 2010). Entretanto, a estratégia das ações da luta, posteriormente em 1970, exigiu outras reestruturações nas FARP, devido à necessidade de adaptação às estruturas militares com a nova realidade instituída pela luta armada; nesse sentido, as FARP eram incumbidas de definir, de formas concretas, as funções de cada um dos seus componentes, no sentido das regras que deveriam orientá-las e suas ações. Dessa forma, encontraremos as novas estruturas do seguinte modo: as Forças Armadas Nacionais (FAN), formada pelo Exército Nacional Popular (EP); a Marinha Nacional Popular (MP); e as Forças Armadas Locais (FAL) (GOMES, 2010).

As estratégias de luta pela libertação nacional não se limitavam apenas às reorganizações evolucionistas das forças armadas, do seu projeto visionário de unidade ética e unidade binacional, mas, também, às alianças estratégicas constituídas com países diferentes que apoiavam e financiavam a luta contra o regime português. Com isso, o PAIGC recebia apoio da OUA e da ONU no reconhecimento da legitimidade política de Guiné-Bissau e Cabo Verde, para obtenção da liberdade, autonomia e soberania nacional (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Nos fins de 1966, o PAIGC já controlava 60% do território, expandindo suas ações políticas e sociais nas zonas libertadas, contando, assim, fortemente, com a ajuda dos países de alta potência, como: Checoslováquia, China, Bulgária, Hungria, Alemanha Oriental, Noruega, Suécia etc.; como também de alguns países africanos que já se encontravam

independentes, tais como: Líbia, Marrocos, Gana, Guiné Conacri, Argélia, Senegal, Congo, entre outros (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Todas essas ajudas foram importantes, tanto para o desenvolvimento da política social, no abastecimento de insumos, como militar, no fornecimento de fardamentos, carros, médicos – especialmente de Cuba –, na luta contra o colonialismo português.

Segundo Candé Monteiro (2013),

[...] foi possível identificar as contribuições das teorias marxistas de acentuado caráter socialistas, adquiridas sobretudo nas relações de proximidade com países tais como União Soviética, China, Cuba, etc. e das correntes ideológicas pan-africanista, além das personalidades que lhes inspiraram como Martiniquense Frantz Fanon, os africanos Patrice Lumumba, Kwame N’krumah, Gamal Abdel Nasser [...] o presidente cubano Fidel Castro [...], que contribuíram e inspiraram o trabalho prático e a política revolucionária da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 183).

Entende-se que, tanto os apoios dos países socialistas quanto dos africanos, são primordiais nas articulações e sucesso da luta. No entanto, em “[...] 1967 marca a decadência do colonialismo português na Guiné-Bissau [...]” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 185), devido à expressiva derrota na Batalha de Como, assim como também à inauguração da primeira emissão da Rádio Libertação, que fazia campanhas fortalecedoras contra o colonialismo e também para conquistar outras pessoas que, até então, não tinham aderido à ideologia da luta, dentre outras ações (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Um ano depois, em 1968, o PAIGC conquistou e concluiu a libertação da região do Boé, na frente leste do país, originando, assim, o pedido de demissão do então governador militar Arnaldo Schultz em 1969, o qual foi substituído pelo comandante António Spínola. No mesmo ano, com a visita do presidente de Portugal em Bissau, os colonialistas foram surpreendidos com uma ousada investida dos militares do PAIGC que atacaram o aeroporto de Bissalanca em Bissau (capital do país) (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Claramente que, apesar do governo colonial usar todas as estratégias e sua supremacia militar para a permanência do domínio colônia, isso não anulava as ações dos guerreiros, que continuaram mais fortes do que nunca, em particular, no âmbito militar – sempre eram armados com novas munições e seus avanços e domínios nas fortalezas dos territórios dos adversários se concretizavam a cada dia –, o que evidenciava o sucesso do PAIGC. Tudo isso, obviamente, indicava que os dias do regime colonial na Guiné-Bissau estavam perto do fim.

Entretanto, isso causou tensões no seio do exército colonial, originando deserções de alguns soldados das suas fileiras. Não obstante, entre as colônias portuguesas, a Guiné-Bissau

constituiu uma das colônias onde a luta obteve o nível mais alto, gerando repercussões nacionais e internacionais, referida nas falas do jornalista do “Time” de Londres da seguinte forma: “[...] é o país que se tornou o Calcanhar de Aquiles da política colonial portuguesa [...]” (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Apesar de todos os progressos no desenvolvimento durante a luta, o PAIGC teve perdas importantes dos seus principais combatentes na guerra contra o colonialismo português, como é o caso de Domingos Ramos, Chico Mendes, Vitorino Costa, Titina Silá, Pansau, Na Isna, Quinta Kinté, Canha Nan Tunguê, dentre outros, que são mártires e heróis da luta de libertação.

Contudo, o PAIGC continuava apelando pelo reconhecimento da independência para os dois países nas Nações Unidas, até que, em abril de 1972, convidou a delegação do Comitê da Descolonização das Nações Unidas para uma semana de estada na zona libertada²⁴. E a “[...] manifestação simbólica acabou por legitimar a referida independência junto da Assembleia Geral das Nações Unidas em outubro de 1973 [...]” (MACQUEEN, 1998, p. 64-65), para Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Ainda, em 1972, já com 70% dos territórios libertados, colocava o desempenho do partido numa posição favorável a de um estado independente. Em suma, o PAIGC se manteve focado em seus objetivos principais, de tornar os dois países independentes e de formar um novo Estado, o que o partido vinha articulando depois dos dois acontecimentos marcantes de 1964: a Batalha do Como e o I Congresso do Partido. Foi por meio destes fatos que o partido reformulou a sua estrutura para o progresso da luta, criando bases para a geração do futuro embrião do Estado.

No entanto, como a maior parte do território do país era controlada pelo PAIGC, isso lhe confere a legalidade da proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, obtida nas bases dos princípios prezados pela ONU, reconhecida por mais de 80 estados, fato que tornou a permanência de Portugal ilegal na Guiné-Bissau.

²⁴ Em abril de 1972, Amílcar Cabral participou da quarta comissão dos assuntos gerais da ONU, quando reforçou a existência das zonas libertadas na Guiné-Bissau, apelando pelo apoio à descolonização total da Guiné-Bissau e Cabo Verde, como também pediu o reconhecimento dos delegados dos países membros da ONU das zonas libertadas da Guiné-Bissau, considerado por ele como um Estado independente dentro do Estado colonial. (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Um dos apoios da ONU ao PAIGC foi em 1967, decidindo através da resolução 2395 (XVIII) do parágrafo 12 da Assembleia Geral usar medidas restritivas contra Portugal, devido à utilização de alguns métodos na repressão dos movimentos independentes na Guiné-Bissau. As restrições da ONU se baseavam nos ataques de forças militares coloniais aos civis nos territórios controlados pelo PAIGC, com objetivo de aliciamento forçado das populações para aderirem ao sistema colonial, ou seja, passar a fazer parte da força militar colonial (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

2.2.3 Proclamação da independência e formação do Estado da Guiné-Bissau

Durante uma assembleia, em 24 de setembro de 1973, foi proclamada a independência unilateral da Guiné-Bissau pelo PAIGC em Madina de Boé, no sul do país. Este acontecimento marcava o nascimento de um novo Estado independente que tinha o reconhecimento de mais de oitenta (80) Estados, não obstante a recusa de Portugal²⁵ em reconhecer a independência e o novo Estado. Depois de alguns meses, em 25 de abril de 1974, Portugal viria a reconhecer a independência e a proclamação do novo Estado (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Por sua vez, em 24 de setembro de 1974, o PAIGC proclamou o Estado da Guiné-Bissau.

A partir desse momento, a luta armada de libertação, que durou 11 anos, chegou ao fim, embora com a maior perda, dolorosa, do seu líder Amílcar Cabral, assassinado em 20 de janeiro de 1973 em Conacri, onde mantinha sua base militar²⁶.

Em relação à morte de Cabral, Candé Monteiro (2013) declara que,

[...] constitui um dos maiores golpes que o PAIGC sofreu durante todo o percurso da luta, visto que ali morreu não apenas um ideólogo do partido como também todo o projeto visionário de um Estado Nacional centrado na justiça, liberdade, igualdade, de todos os cidadãos e na unidade binacional (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 192).

Em relação ao projeto visionário da construção de um Estado, Cabral já havia projetado a estrutura do novo Estado da Guiné-Bissau, constituída por: Constituição da República, Principais Órgãos do Poder, Métodos Eleitorais, a Composição da Assembleia

²⁵ Para Portugal, “[...] a verdadeira questão da Guiné-Bissau era mais o reconhecimento do que a descolonização e tinha menos a ver com a transferência de poder porque, na realidade essa transferência já se verificara. A recusa de Spínola de enfrentar essa realidade na semana que seguiram ao 25 de Abril, não só atrasou a regularização com a própria Guiné-Bissau, como complicaram todo o processo de negociação em África. Durante as duas negociações (em Londres e em Argel) [...] Portugal teve que optar para umas das soluções ‘reconhecer a independência ou recomeçar a guerra’. Essa última solução era praticamente inaceitável, e Portugal acabou por reconhecer a independência em 10 setembro de 1974 [...]” (MENDES, 2010, p. 32-33).

²⁶ No seio do PAIGC as desconfianças eram perceptíveis, até Cabral pressentia isso no meio dos caboverdianos e guineenses, não obstante, após vários alertas de planos e conspirações para lhe assassinar, o próprio Cabral sabia que o seu assassinato não era coisa impossível dentre os companheiros, ainda mais que o seu projeto visionário estava quase no fim e isso não era visto com bons olhos por alguns. Alguns dos seus combatentes afirmaram que a morte de Cabral tem ligações internas no partido, outros diziam que a sua morte estava ligada ao privilégio que dava para os caboverdianos, de que mandava caboverdianos estudar no exterior enquanto que os guineenses ficavam para estudar na escola piloto, nessa visão parece ter morrido por não atender aos desconfortos dos guineenses no tocante à unidade com os caboverdianos. Por sua vez, os caboverdianos acreditam nas hipóteses de que Cabral fora assassinado por guineenses dissidentes do PAIGC, instigados pela potência colonial, enquanto que alguns guineenses acreditam que foi uma morte por ordem de Sekou Touré, que teria ciúmes da sua crescente reputação como o mais importante dirigente radical da África Ocidental (CANDÉ MONTEIRO, 2013; MACQUEEN, 1998). Vale ressaltar que, apesar de várias acusações sobre a morte de Cabral, até hoje não foi comprovado a veracidade do envolvimento direto de tais acusações (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Nacional Popular, como também princípios que regem esse aparelho (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

É importante lembrar que a Guiné-Bissau é o primeiro país dentre as colônias portuguesas na África a autoproclamar-se como um Estado independente e soberano. Essa singularidade da formação do Estado da Guiné-Bissau “[...] deve-se ao fato de ter sido o único Estado na África formado por descolonização sob a forma de declaração da independência unilateral, pronunciada na sequência de uma luta armada de libertação [...]” (SILVA, 1997, p. 68).

Após a independência total, o PAIGC começou um movimento de “limpeza” para eliminar os que consideravam traidores que, segundo Candé Monteiro (2013), essa fase baseava-se na opressão e ajustes de contas, tanto dos que participaram do movimento de libertação, quanto dos bissau-guineenses que colaboraram com o colonialismo português.

Entretanto, durante a luta armada, Amílcar Cabral e o próprio PAIGC consideravam Fulas, Manjacos e Mancanhas como “traidores” por terem apoiado os portugueses (CABRAL, 2008, p. 107). Isso fez com que depois da luta houvesse um movimento de “limpeza” para eliminar todos os “traidores” incitados pelo Cabral durante seus discursos: “[...] eliminamos o imposto colonial em todo país e castigamos com justiça aqueles africanos servidores dos colonialistas [...]”. Apesar desse discurso, Cabral poderia não estar a pensar nas milhares de execuções que aconteceram no comando africano, como dos outros apoiadores, que aconteceu depois da sua morte (CARDOSO, 1995). Foi dessa forma que o PAIGC interpretou o referido discurso, expandindo maiores problemas pelo país todo.

Entretanto, para a tão sonhada construção do novo Estado da Guiné-Bissau, só teria direito a uma função no aparelho do estado quem teve participação na luta de libertação nacional, desse modo, as distribuições dos poderes estavam atreladas às funções desempenhadas pelos membros do partido durante a luta, ou seja, os cargos do governo são destinados para os mais destacados dirigentes do partido.

Nesse sentido, o começo da formação do novo Estado deparava com maiores desafios administrativos que, segundo Semedo (2011),

O início da primeira república onde assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente com as contradições que esta requer, sobretudo, a distribuição dos cargos públicos e a garantia do bem-estar dos cidadãos. E a situação era complexa, porquanto, além de ter sido a primeira vez que o partido realmente teria contato com a exigência do governar, também apresentava escassez de militantes com qualidades técnico-administrativas necessárias para fazer a máquina pública funcionar (SEMEDO, 2011, p. 96-97).

Nesse impasse, o PAIGC, por meio do Decreto Lei Nº 3/73 de 24 de setembro, dispõe a nomeação do governo restrito apenas para militantes que desempenharam função política durante a revolução, ocupando ministérios, enquanto que a maior parte dos que tinham mais destaque nas habilidades militares concentraram-se nos quartéis ou foram designados a desempenhar a função de governadores nas regiões ou de diretores gerais nas repartições públicas (SEMEDO, 2011).

No entanto, essa função política durante a luta era desempenhada pelos “intelectuais revolucionários” do partido – constituídos pelos caboverdianos, os quais antes eram funcionários no período colonial e ocupavam os cargos governamentais do novo Estado. Por sua vez, os guineenses, a maioria com baixo nível de escolaridade e alguns analfabetos, não tinham cursos superiores aptos para as necessidades administrativas, em sua maioria eram camponeses, pedreiros etc. antes da luta de libertação.

Essas desvantagens dos guineenses, ausentes nos cargos do governo, devem-se ao modo diferente de tratar os colonialistas tinham com os dois países perante à educação, com privilégios mais para os caboverdianos do que para os guineenses nesse quesito.

Acerca desse assunto, Pinto (2019, p. 30) aponta que “[...] em Guiné-Bissau, a abertura oficial do primeiro Liceu Honório Barreto (atual Liceu Nacional Kwame N’krumah) foi em 1958, enquanto que em Cabo Verde já havia sido criado em 1892 [...]”. Este fato pode ter contribuído para o maior número de integrantes dos cabo-verdianos nos aparelhos administrativos do Estado colonial, quando do novo Estado pós-colonial.

Retornando ao período pós-independência, marcado por fraquezas e desafios emergentes com a proclamação do novo Estado que, para Pinto (2019), esses desafios

[...] decorrem da forma como se verificou o processo da transferência político-administrativo do poder para o PAIGC em Guiné-Bissau, processo pelo qual o PAIGC preferiu a retirada total dos colonialistas portugueses (a independência total), sem, contudo, poder contar com a experiência administrativa de Portugal na implementação do novo Estado (PINTO, 2019, p.29).

Ou seja, tanto Portugal como o PAIGC, durante a assinatura da independência, não levaram em consideração as condições peculiares das colônias, ainda mais no “[...] caso específico da Guiné-Bissau, onde ainda não se formara uma estrutura técnico-administrativa nativa para assegurar a existência do novo Estado e dar comunidade aos desafios da governação [...]” (SEMEDO, 2011, p. 97).

O fato é que “[...] a independência deixou atrás de si, o vazio econômico, monetário, administrativo e técnico, em resultado do que os novos países independentes se viram

condenados a bater no fundo e recomeçar do zero organizativo, empresarial e funcional [...]” (SANTOS, 2005, p. 7-13). Em relação a Guiné-Bissau, “[...] o tesouro do Estado guineense estava vazio e as expectativas eram enormes. Tudo tinha que ser feito ao mesmo tempo [...]” (RUDEBECK, 1997, p.2-12), assim, com a

[...] ausência de sinais de desenvolvimento do país e o PAIGC mergulhando nas próprias contradições ideológicas. Foi sem dúvidas a razão que justifica o adiamento do desenvolvimento que promete o ideal projetado de nação tensionado por Cabral de promoção de bem-estar social, político e cultural de Bissau-guineense (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 219).

No entanto, as contradições ideológicas do PAIGC, sustentadas através de um regime de partido único, acabaram não atendendo às expectativas do seu povo em relação ao cumprimento das promessas de mudanças sociais, ao direito pela liberdade de expressão, à cidadania integral, aos direitos sociais e políticos e ao bem-estar social das pessoas, assim como também à construção de uma economia sólida e permanente. Tudo isso leva a entender que o governo do PAIGC, ao se apropriar do poder, não foi capaz de desenvolver um diálogo sobre a identidade cultural, nacional e muito menos a unidade binacional.

Sendo assim, com a construção do novo Estado, mediante a unidade bilateral, foi nomeado Luís Cabral²⁷ para presidente da República – tanto da Guiné-Bissau quanto de Cabo-verde. De acordo com Candé Monteiro (2013, p. 224), “[...] o governo de Luís Cabral institui o regime de privilégio²⁸, criou hierarquias entre os caboverdianos e os bissau-guineenses, o que seria contrário à ideologia preconizada pelo programa do partido, que postulava a unidade do povo sem distinção [...]”. Dessa forma, vale relembrar que “[...] o princípio de unidade bilateral implica, pressupõe, segundo o programa do partido e o

²⁷ Luís Cabral foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau, meio irmão de Amílcar Cabral, foi um dos fundadores do PAIGC e dirigente político durante a luta armada de libertação nacional.

²⁸ Desde o período colonial já se verificava certos privilégios dados aos caboverdianos, especificamente na área de educação, e bons empregos etc., o que não se aplicava para os guineenses na mesma proporção. Com a independência, esses privilégios continuaram de forma que as duas nações recebem tratamentos diferentes em todos os contextos (político, econômico, social). De acordo com os relatos dos membros do partido, a aplicação da política contrária ao que preconiza a unidade bilateral, como, por exemplo, as decisões tomadas na Guiné-Bissau eram totalmente contrárias ao que se decidia em Cabo Verde. Outro exemplo, em Cabo Verde, a constituição não permitia a um bissau-guineense ser presidente da República, na Guiné-Bissau, o texto da constituição da República foi elaborado para que se permitisse que um caboverdiano fosse presidente, além da aplicação da pena de morte em Bissau, que inexistia em Cabo Verde. E, ainda, com um número significativo dos quais eram caboverdianos e os seus descendentes ocupando todas as chefias dos ministérios do governo, acompanhados de insensibilidade com modos arrogantes de tratar os guineenses e por não ter havido apoio popular da unificação entre as chamadas “repúblicas irmãs” e que, eventualmente, resultaria na ruptura dos dois países (MENDY, 1993).

pensamento de Cabral, a unidade nacional de um e outro povo [...]” (PEREIRA, 2003 *apud* CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 224).

Destaca-se que a unidade bilateral já vinha tendo crise entre cabo-verdianos e guineenses durante a luta de libertação e que piorou com o assassinato de Amílcar Cabral. Essa crise só foi acumulando desde o período da luta até a pós-independência. Por alguns motivos, os guineenses já sentiam um certo “privilégio” dos cabo-verdianos e dos seus descendentes no comando da luta, como também no governo do Estado da Guiné-Bissau.

Esses motivos, dentre outros, tornaram as relações dos caboverdianos e guineenses insustentáveis, culminando com o golpe de Estado liderado pelo João Beraldo Vieira (Nino Vieira), que justificava o golpe como “Movimento Reajustador” de 14 de novembro de 1980.²⁹

O uso da expressão “movimento reajustador” e não golpe de Estado foi devido ao fato de que “[...] não se tratou de um mero golpe de palácio [...]”, mas, sim, um reajustamento, por priorizar o combate às injustiças, a resolução de crise econômica e a satisfação das mais prementes necessidades do povo [...]” (MOITA *et al.*, 1980 *apud* CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 225).

Portanto, esse movimento rompeu definitivamente com as relações da Guiné-Bissau e Cabo Verde, após vários anos juntos lutando pela mesma causa – a independência.

A partir da década de 1980, o país viveu diferentes fases de uma política de desenvolvimento de inspiração socialista e liberações da economia até a década de 1990, ano em que o país se abriu para o processo democrático para substituir o regime do partido único e autoritário. Essa transformação do processo de uma política monopartidária, ditatorial, de partido único, para multipartidária, ao longo dos anos, sofreu várias crises políticas e institucionais, assuntos que será abordado no próximo subcapítulo no decorrer do texto.

2.3 CRISES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS E SEUS REFLEXOS NO CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO NA GUINÉ-BISSAU: apontamentos gerais

Com a transição democrática, percebeu-se que um conjunto de contradição mal resolvidas, tanto dentro das organizações do partido no poder mediante regime do partido único, como também no seio da sua força armada, da qual a FARP tem sido apontada como

²⁹ O denominado “Movimento Reajustador” de 1980 – constituído por um grupo de elementos Bissau-guineenses do PAIGC que, liderado pelo general Nino Vieira, depôs Luís Cabral, primeiro presidente da Guiné-Bissau – foi fatídico para a ruptura de unidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde, pondo em causa o legado de Amílcar Cabral de unificação dois países (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 226).

protagonista de diferentes crises profundas e obstáculos na era democrática do país, impedindo, assim, a institucionalização da democracia (SEMEDO, 2011).

Entretanto, desde sua independência, o país vem apresentando sucessivas crises políticas, militares e administrativas. Eventos que vieram interrompendo e mergulhando o país, cada vez mais, numa instabilidade social, política, econômica, administrativa e democrática. São esses fatos que “[...] a várias décadas não permitiram criar condições de execuções das políticas públicas ambiciosas e sustentáveis [...]” (GUINÉ-BISSAU, 2011-2015, p. 16). Esses “[...] episódios fizeram com que o país ocupe 177º lugar entre os 187 países classificados pelo Relatório UNDP de Desenvolvimento Humano, com esperança de vida de 54 anos de idade [...]” (OZORIO; DE LIMA, 2019, p. 33).

Esse cenário acaba formulando negativamente a ideia de lugares como estes, propícios aos golpes de estado, instabilidade militar e política, e, em relação ao turismo, torna difícil de se destacar como um destino turístico, como afirma Glaesser (2008),

A imagem de um país é construída sob a dependência de seu sistema político e sob suas relações com outros países [...] por exemplo, os turistas norte-americanos classificam o Iraque, a Somália, a Líbia, o Líbano e a Síria como destino de risco, devido a constantes tensões políticas (GLAESSER, 2008, p. 87).

Com essa situação, é inegável que a instabilidade impacta negativamente no desenvolvimento de um determinado país, região ou município, uma vez que esta estremera as possibilidades do desenvolvimento socioeconômico, causando e aumentando cada vez mais a pobreza nos lugares mais afetados.

Como é o caso do arquipélago dos Bijagós, que sofre com falta de políticas públicas do turismo, nomeadamente do turismo comunitário, devido à instabilidade institucional-administrativa de longo tempo, causadas pelo PAIGC, e que teve suas consequências alastrando-se nas instituições administrativas.

Segundo Helder Proença³⁰ acerca da exacerbação no seio do partido,

[...] com a tomada de independência, o processo de abertura da política também não conseguiu apagar crispações produzidas durante a ditadura resultante de luta pelo o poder dentro da estrutura do PAIGC. Não obstante, a transição do regime foi acompanhada por conflitos não ou mal resolvidos e que um dado momento do processo começou a manifestar-se com requintes de violência institucionalizada caracterizada pelo domínio do poder militar, sobre o poder constitucional civil. E o cenário da produção e reprodução da violência se sustenta no aperfeiçoar de práticas

³⁰ Entrevista concedida no dia 17 de agosto de 2008 por Helder Proença. Foi acusado por uma tentativa de golpe de Estado e, em seguida, assassinado por militares no dia 5 de junho de 2009 (SEMEDO, 2011, p. 113).

ilegais individuais ou de grupos que procuram inibir a ação de Estado no processo da consolidação das instituições (PROENÇA, *apud* SEMEDO, 2011, p. 113).

Tal visão negativa é confirmada visivelmente, também, por falta de pessoal qualificado com ideias visionários na área do turismo, da infraestrutura básica (educação, saúde, saneamento básico, energia etc.), de políticas eficientes e, conseqüentemente, da precariedade ou falta de uma política pública de qualidade no contexto social, ambiental, econômico, político e cultural do país. Tudo interfere negativamente na melhoria das condições de vida das comunidades, sem geração de benefícios concretos onde é desenvolvido o turismo, ainda que seja colocado como um dos quatro setores de crescimento econômico pelo Estado da Guiné-Bissau, segundo o Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (GUINÉ-BISSAU, 2011-2015, p. 194).

Tudo isso se deve à falta de planejamento e interesse por parte do Estado para com esse setor (GUINÉ-BISSAU, 2011). Para constatar essa imagem negativa que se tem do país, o endereço eletrônico (site) do Ministério do Turismo Nacional se encontra desativado, ou seja, inexistente, o que impede que a maior instituição do Estado do Turismo trabalhe com campanha publicitária e dê visibilidade e promoção ao país internacionalmente.

Nesse sentido, Mayerhofer (1995 *apud* GLAESSER, 2008) afirma que,

A imagem de um país é um resultado de uma informação generalizada que o consumidor observe constantemente. Ela é constante torrente de informações sobre acontecimentos políticos, econômicos e sociais, bem como das impressões que foram acumuladas sobre os produtos daquele país. Disso resulta uma imagem de um país que não está especificamente voltada para o turismo (MAYERHOFER, 1995 *apud* GLAESSER, 2008, p. 86).

Dessa forma, o turismo, pelas suas próprias características, não se encaixa nos lugares que não oferecem o mínimo de segurança, paz e infraestrutura, tanto para o seu povo quanto para os visitantes, o que contribui para o enfraquecimento das suas atividades turísticas. Assim, mesmo com potencial para desenvolver o turismo rentável ao seu povo, a Guiné-Bissau ainda se mostra estar longe disso.

Para tanto, o atual cenário precisa ser modificado, isto é, a partir do momento em que os órgãos públicos de turismo perceberem essa prática como uma oportunidade para geração de emprego, divisas, renda e economia da comunidade, contribuindo de forma positiva para a redução da pobreza e, ao mesmo tempo, promover a sustentabilidade. Ademais, precisa ser idealizado com seriedade, considerando os seguintes fatores: planejamento, sustentabilidade,

entidades privadas, integração da comunidade, operadores turísticos, instituições públicas que lidam diretamente com turismo, políticas de educação patrimonial, dentre outros.

Para compreender a fragilidade e a necessidade de políticas públicas e sociais na Guiné-Bissau, faz-se necessário entender o processo da construção do Estado pós-colonial.

No entanto, a verdade é que, do ponto de vista histórico, o processo de construção do Estado guineense foi marcado por disputas violentas de luta de poder, um cenário peculiar de confrontação – quer do ponto de vista social, quer étnico ou político – que contribuiu para bloquear construções de consenso em torno da política governativa (SEMEDO, 2013).

O maior problema do país é de não conseguir se desvincular, ou mesmo se distanciar do passado caracterizado pelas lutas fratricidas que se transformou no presente, ou seja, toda a possibilidade de fazê-lo se desenvolver no contexto social, político, econômico e cultural, está presa ao histórico de sucessão de conflitos, ainda viva nas ações políticas dos seus principais atores (SEMEDO, 2013).

De modo geral, é perceptível que um dos entraves ao desenvolvimento do Estado na Guiné-Bissau está relacionado à falta de uma elite intelectual independente, com boas ideias que sirvam de base orientadora a um processo de desenvolvimento sólido; de um poder político comprometido em promover o bem estar de todos; como também à falta de potencial econômico, capaz de dinamizar o mercado em prol da geração de emprego, como nas questões relacionadas com a implementação de políticas públicas eficazes para todos setores – econômicos, sociais, políticos e culturais (SEMEDO, 2011).

É importante ressaltar que o reflexo do passado colonial pode ser considerado uma das possíveis explicações para entender o atual cenário da Guiné-Bissau, de certa forma, uma vez que o início das crises que hoje trava o desenvolvimento do país é o resultado do seu processo de formação colonial que, por sua vez, deixou uma péssima herança para o povo guineense. O fato é que a guerra de libertação foi realizada no território guineense, em um período no qual a maioria da população, ou seja, dos guerrilheiros eram analfabetos ou com o mínimo de nível de escolaridade, o que era insignificante para o colonialismo português. No entanto, devido à experiência de luta de alguns elementos, fez com que alguns se sentissem corajosos e poderosos, a fim de arranjar qualquer motivo e pegar nas armas para resolver seus problemas e justificar suas ações.

Contudo, vale ressaltar que a via da violência, sobretudo armada, não é o meio adequado de se resolver os problemas, ainda mais num território com uma população menos esclarecida. Isso porque essa experiência de luta é um fato comprovado de que mais cedo ou mais tarde terá suas consequências no futuro, caso esse que a Guiné-Bissau está atravessando.

Diferentemente de Cabo Verde, que não viveu tal experiência de luta armada no seu território e que estava mais avançado em termos de alfabetização, nível básico, avançado e até no curso superior, o que resultou num maior número de formados e intelectuais que desempenharam funções de destaque durante a luta de libertação nacional e que hoje dão exemplo de boa administração institucional. Isso vem fazendo da democracia sua arma poderosa para desenvolvimento do país em vastos setores, alcançando, assim, bom progresso depois da luta, e, até hoje, nunca teve um conflito militar, que hoje assola a Guiné-Bissau de forma particular, a exemplo da prática turística.

2.4 TURISMO NA GUINÉ-BISSAU

Apesar de Guiné-Bissau possuir potencial natural e cultural para explorar o turismo, por ser rentável e benéfico ao país, contudo, a sua população ainda possui uma série de situações a serem superadas para desenvolver essa atividade nacionalmente. O povo guineense ainda não se sente impactado positivamente pela atividade turística no que refere aos seus benefícios palpáveis.

Essas potencialidades culturais e ambientais são percebidas como vantagens e meios para conseguir melhores condições econômicas e sociais, não só da cidade, como também das comunidades tracionais. Nestas últimas, a carência é maior, ainda que disponham do potencial ambiental e cultural intactos para ser transformados nos atrativos que possam reduzir essa carência que, nas palavras de Cooper (2007), trata-se do efeito multiplicador, dependendo do investimento no planejamento do setor turístico, envolvendo políticas públicas de desenvolvimento.

Embora o turismo se encontre numa fase incipiente no país e caminhando aos passos lentos, o país reúne as características naturais e culturais que “[...] constitui-se um forte potencial comparativo, altamente propício para promoção do turismo responsável de base comunitária com foco na valorização dos Patrimônios natural e cultural [...]” (GUINÉ-BISSAU, 2020, *online*).

Nesse sentido, é indispensável fazer planejamento, pois este remete à organização do futuro, independentemente do tipo. “Na realidade, trata-se de orientar a atividade presente para determinado futuro, partindo-se sempre do pressuposto de que existem várias alternativas possíveis” (DIAS, 2003, p. 87).

Entende-se que o planejamento é importante instrumento de ação dos governos em todos os níveis – federal, regional ou municipal, para promover o desenvolvimento

econômico, em base sustentável. E no que diz respeito ao turismo, contudo, atualmente é apontado como uma das principais atividades econômicas mundiais e parte fundamental de qualquer processo de desenvolvimento que, cada vez mais, contribui para qualidade de vida do ser humano. Entretanto, em que pesem os importantes impactos positivos do desenvolvimento turístico, há problemas que devem ser melhorados e que podem acarretar consequências graves para qualquer localidade, os quais só poderão ser impedidos com rigoroso planejamento das atividades e participação ativa de vários atores, destacando-se: a comunidade receptora, órgão da administração pública, setor privado, visitantes e ONGs (DIAS, 2003). E, assim, poder minimizar os possíveis impactos negativos no domínio ambiental e social advindos das atividades turísticas.

Atualmente, os turistas são muito mais exigentes em relação a serviços e produtos. Com isso, os países que querem ser competitivos, enquanto destinos turísticos, tanto a nível nacional como internacional, devem obedecer tais exigências, baseando-se no planejamento e criando programas de desenvolvimento locais. Deve-se pensar em políticas públicas que envolvam parcerias entre três setores (estado, setor privado e comunidades locais) para atender tais exigências e cativar os visitantes, e, com isso aumentar a receita, no intuito de gerar benefícios.

A Guiné-Bissau, praticamente, não dispõe das informações sobre demanda turística do país, o que impede as análises em relação ao perfil dos visitantes (motivação, origem, faixa etária, renda etc.). Segundo dados turísticos sobre a chegada dos turistas internacionais, a Guiné-Bissau encontra-se numa condição desfavorável, apontando baixo impacto do turismo na economia do país, ocupando a 185ª posição mundial, em termos absoluto³¹, como se pode ver na Tabela 1, em comparação com outros países da África Ocidental.

Tabela 1 – Desempenho do turismo internacional em países da África ocidental

Países	Chegada internacional	Receitas (em milhões de USD)	% do PIB ³²
Guiné (Conakry)	900.000	16,6	0,16%
Gâmbia	246.000	53	2,8%
Guiné-Bissau	52.800	18,9	1,3%
Senegal	1.376.000	555	2,3%
Serra Leoa	55.000	41	1%

³¹ <https://www.worlddata.info/africa/guinea-bissau/tourism.php>

³² <https://data.worldbank.org/indicator/ST.INT.ARVL?view=map>

Cabo Verde	180.000	169	9,9%
------------	---------	-----	------

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Banco Mundial (2020).

Claramente que a Guiné-Bissau ficou em último lugar entre os países da África ocidental em relação ao fluxo dos visitantes internacionais, devendo-se considerar que os países bem colocados optaram por turismo de massa, como Senegal, Gâmbia e Cabo Verde, com construção de resorts, sol e praia (OZORIO; DE LIMA, 2019).

Entretanto, “[...] com relação à receita gerada pelo turismo internacional, o país encontra-se somente à frente da Guiné Conacri, com aproximadamente 18,9 milhões de dólares, o que representou 1,3% do PIB do país no ano 2019 [...]” como mostra na tabela 1.

Outros dados indicam que o segmento turístico majoritário do país é o da pesca desportiva, com maior procura pelos europeus, atividade que ocorre mais no arquipélago Bolama-Bijagós (OZORIO; DE LIMA, 2019, p. 45).

Levando em conta a disposição de recursos que o país abriga nos diferentes lugares, se estes estivessem atrelados com política de turismo bem formulada, instituídas com o intuito de promover tanto o turismo interno quanto externo, seria possível receber mais visitantes e, assim, o turismo poderia contribuir mais para o PIB nacional, fazendo com que os resultados fossem mais satisfatórios em relação aos dados atuais.

Outro caso também que contribuiu negativamente para esses dados acima citados pelo Plano Diretor, em relação ao crescimento do turismo e seu PIB, está relacionado com as sucessivas demissões do governo executivo (primeiro ministro). Exemplo disso é a demissão de quatro (4) governos durante um único mandato, entre junho de 2015 e dezembro de 2016, o que acaba mexendo com a estrutura organizacional de cada ministério, ocasionando as mudanças e substituições ministeriais. Esses acabam formando sua própria equipe que, provavelmente, vão ter visões diferentes dos substituídos.

Tal situação acaba afetando o país, conseqüentemente, todos os ministérios e, em especial, o ministério do turismo, no que se refere à troca de recursos humanos e ao andamento de projetos em curso.

Vale destacar que o turismo foi mencionado no Plano Estratégico e Operacional *Terra Ranka*³³ (2015-2020) como um dos setores que pode contribuir para o desenvolvimento humano e crescimento econômico do país.

³³ “Terra Ranka” em língua tradicional (crioulo) significa o país “começa a caminhar”. Esse documento expressa a visão do povo guineense com os planos e as prioridades nacionais com uma estratégia de desenvolvimento ao longo prazo de 2015-2025 [...] a fim de reconstruir o país, consolidar as instituições democráticas e lançar as fundações para a estabilidade e desenvolvimento socioeconômico sustentável (GUINÉ-BISSAU, 2020, *online*).

Nessa perspectiva, o governo, por meio do Plano Estratégico Operacional *Terra Ranka* (2015-2020), prevê a criação de Zonas Turísticas Especiais (ZTE) na região de Bolama-Bijagós, com o intuito de criar condições para um desenvolvimento imediato e sólido das ofertas turísticas desta região, em sintonia com a meta de fazer dele um destino de referência mundial para o turismo de pesca desportiva e ecoturismo de alto nível (GUINÉ-BISSAU, 2020, *online*).

Não obstante os esforços e dedicações desse governo de 2014 em elaborar um plano estratégico, permitindo a participação da comunidade, em geral guineenses, e apresentado o mesmo numa mesa redonda em Bruxelas para os parceiros internacionais que se comprometeram em apoiar o país financeiramente com 1.3 milhões de euros para executar o referido Plano; mais uma vez esse plano não chegou a ser executado, “[...] devido a sucessivas mudanças do governo, resultado da instabilidade política e governativa [...]”. (GUINÉ-BISSAU, 2020, *online*).

Nos últimos anos, apesar de diversos bloqueios políticos e administrativos, tem-se trabalhado muito na elaboração dos planos e estratégias que visem modernizar e garantir o desenvolvimento durável e sustentável desse setor turístico. Como isso, tem sido criado: Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Guiné-Bissau (2016-2021), Guiné-Bissau terra de Biodiversidade; Carta de Política Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo na Guiné-Bissau e Plano Diretor de Turismo e Zoneamento Turístico da Guiné-Bissau e Bijagós (GUINÉ-BISSAU, 2020).

Esse Plano tem como objetivo “[...] dotar o Governo da Guiné-Bissau de um documento para orientar a política do sector turístico na RBABB³⁴, através da definição de eixos estratégicos, planos, programas e projectos para o desenvolvimento do Turismo Responsável a curto, médio e longo prazos [...]” (GUINÉ-BISSAU, 2020, *online*).

É fundamental e de extrema importância que a Guiné-Bissau disponha de documentos que orientem as políticas públicas do turismo nas áreas das reservas da biosfera, uma vez que o país possui 26,3% do seu território declarado como protegido. Esses percentuais são próximos aos da Costa Rica, país reconhecido devido aos seus diferenciais por possuir políticas avançadas voltadas à conservação, possuindo, assim, características de um mercado de ecoturismo reconhecido mundialmente (GUINÉ-BISSAU, 2020, *online*).

³⁴ Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós.

Para impulsionar as atividades turísticas na Guiné-Bissau, o Plano Nacional do Turismo prevê levar em conta quatro aspectos importantes:

(1) Um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios; (2) Um turismo que maximiza os efeitos multiplicadores, em termo de geração de rendimento, emprego e inclusão social; (3) Um turismo que aumente o nível de competitividade da Guiné-Bissau e Bijagós, através da aposta na qualidade de serviços prestados; (4) Um turismo que promova a Guiné-Bissau, e Bijagós no mercado internacional, como destino diversificado e de qualidade (GUINÉ-BISSAU, 2020, *online*).

Apesar de todos os esforços para o desenvolvimento do turismo, economicamente e ambientalmente viáveis e sustentáveis, na Guiné-Bissau, praticamente, essa atividade ainda não possui o destino turístico em grande escala internacional para os emissores, como também as ofertas para conduzir o turismo de forma adequada e segura.

Em relação às ofertas dos serviços turísticos, Ozorio e De Lima (2019) ressaltam que,

A oferta turística atual na Guiné-Bissau, em linhas gerais, é incipiente e caracteriza-se pela falta de articulação entre os serviços oferecidos. Um visitante que chega de forma independente ao país com interesse em atividade em ecoturismo, por exemplo, certamente precisará estar disposto a “garimpar” informações turísticas e enfrentará desafios para visitar a maior parte dos destinos do país, sobretudo na parte continental (OZORIO; DE LIMA, 2019, p. 41).

Muito embora o país ofereça e desenvolva o ecoturismo e a pesca esportiva, estes segmentos careciam dos serviços nacionais que conectasse o consumidor ao produtor, o que pode ser confirmada nas afirmações de Ozorio e De Lima (2019),

São poucos os serviços disponíveis de atendimento ao visitante, a oferta de meios de transporte é escassa, as condições de acesso são más em muitos casos, assim como praticamente não existem operadoras de turismo receptivo que ofereçam roteiros de ecoturismo pelo país. Os poucos operadores turísticos existentes são principalmente focados na pesca esportiva (OZORIO; DE LIMA, 2019, p. 41).

Ainda, as agências que se encontram no país trabalham com venda de passagens aéreas, principalmente para residentes e estrangeiros, e os poucos operadores turísticos locais existentes são focados, em sua maioria, na pesca desportiva (OZORIO; DE LIMA, 2019).

Assim, foi possível perceber que alguns programas dos operadores turísticos dos países vizinhos (Senegal, Togo, Gana) são os que comercializam a Guiné-Bissau, oferecendo serviços aos turistas de países europeus. Dessa forma, alguns desses programas são de longa duração, realizadas por terras, e de curta permanência na Guiné-Bissau, o que faz com que o país sirva de passagem para outros destinos, como Senegal, Gâmbia, Mauritânia e Marrocos

(OZORIO; DE LIMA, 2019). Os principais destinos mais comercializados por essas operadoras é o arquipélago de Bijagós (Rubane, Bubaque, PN Orango, PN João Vieira e Poilão, Canhabaque etc.) (OZORIO; DE LIMA, 2019).

Para ter noção da precariedade do turismo no país, a capital (Bissau) não dispõe de atrativo turístico específico de lazer, capaz de estimular o turismo e a permanência dos turistas por, pelo menos, um dia útil, ao não ser os turistas de negócios.

Além disso, o país não tem infraestrutura adequada para desenvolver o turismo, devido aos problemas existentes, principalmente, na precariedade do saneamento básico. A infraestrutura existente não permite realizar o turismo de qualidade e seguro, por motivos como a falta da água potável em algumas localidades, principalmente nas regiões onde o turismo é mais praticado. As carências, nesse sentido, se estendem pela eletricidade, a saúde, o tratamento de esgoto, a limpeza urbana, a segurança pública, a educação etc.

Vale lembrar que existe o Conselho Nacional do Turismo (CNT), um órgão responsável para constituir políticas e regulamentos do turismo, fazer assessoramento e consultas junto aos membros do governo com tutela do setor turístico e administrar-se pelo aparelhado no presente diploma legal, assim como outros ainda virão a ser instituídos e aprovados.

De acordo com o artigo 2º do seu regulamento, compete ao CNT:

- a) Participar na formulação da Política Nacional do Turismo;
- b) Emitir pareceres e as recomendações, todas as questões do Turismo Nacional;
- c) Analisar e dar parecer sobre as legislações existentes e as propostas legislativas;
- d) Pronunciar-se sobre projetos de empreendimentos turísticos que sejam financiados ou incentivados pelo Estado;
- e) Propor ações visando o desenvolvimento do Turismo.

O fato é que não basta formular política que defina as ações do estado do turismo, mas, sim, sua implementação. O país precisa consolidar a estabilidade política e administrativa que, nos últimos anos, tem atormentado não só o povo guineense, como também tem impedido que as políticas sejam executadas da melhor maneira possível, afetando a manutenção da infraestrutura da capital e das demais regiões do país que se encontram em condições precárias.

Na capital guineense, o turismo mais visível é o de negócio, sendo, assim, os turistas de lazer procuram algumas regiões onde possam ser praticadas essas atividades, em especial, nas Ilhas de Bijagós, onde se pode encontrar turismo cultural e ecoturismo.

Um dos maiores desafios do turismo do país tem relação com a baixa demanda que inviabiliza oferta de mais voos para Bissau. Segundo o Banco Mundial (2011), existem vários obstáculos para solucionar antes que o turismo tome o seu lugar como fonte de crescimento diversificado e redução da pobreza. As restrições fundamentais incluem: (i) problemas de acesso para e no interior do país, que é bastante restrito, com apenas uma companhia aérea internacional (TAP) e uma companhia aérea regional (TACV), fato que se verifica até os dias atuais.

As companhias que operam no país são: TAP (Transporte Aéreo de Portugal); TACV (Transporte Aéreo de Cabo Verde); e AIR Senegal (Transporte Aéreo de Senegal). A Air Senegal é a única que opera diariamente com ligação a Dakar (capital de Senegal), num sistema compartilhado de voo com TACV. Vale ressaltar que, atualmente, a maioria dessas companhias está com operações suspensas para Guiné-Bissau e apenas uma companhia (TAP) vem operando regularmente com dois voos semanais.

Devido ao número limitado de companhias e de voos disponíveis, torna-se ainda mais difícil a procura dos turistas. Por ser um país dependente nesse setor, os serviços que são prestados por algumas companhias são de péssima qualidade e não disponibilizam aos viajantes nenhum sítio eletrônico de reclamação na Guiné-Bissau.

Outro ponto mais lamentável na promoção do turismo nacional é a desativação do *site* do Ministério do Turismo, que começou a funcionar recentemente, no dia 24 de março de 2009, e, em poucos anos, o mesmo já se encontra desativado, dificultando a promoção externa dos atrativos turísticos que o país possui. Outro fato curioso é que existem funcionários nas diferentes repartições do Ministério do Turismo que trabalham diretamente com turismo, mas que não possuem formação técnica nem superior nessa área para desempenhar as funções que lhes são delegadas.

O agravante é a instabilidade política e militar já mencionada anteriormente. Os potenciais investidores e parceiros estrangeiros abandonaram o país porque perderam todos os seus bens durante conflito político e militar de 1998. Enquanto que alguns dos investidores nacionais não conseguiram reestabelecer seus negócios. Como cita o Banco Mundial (2011), “[...] a instabilidade política e a baixa capacidade das instituições têm dificultado o desenvolvimento do sector privado [...]”.

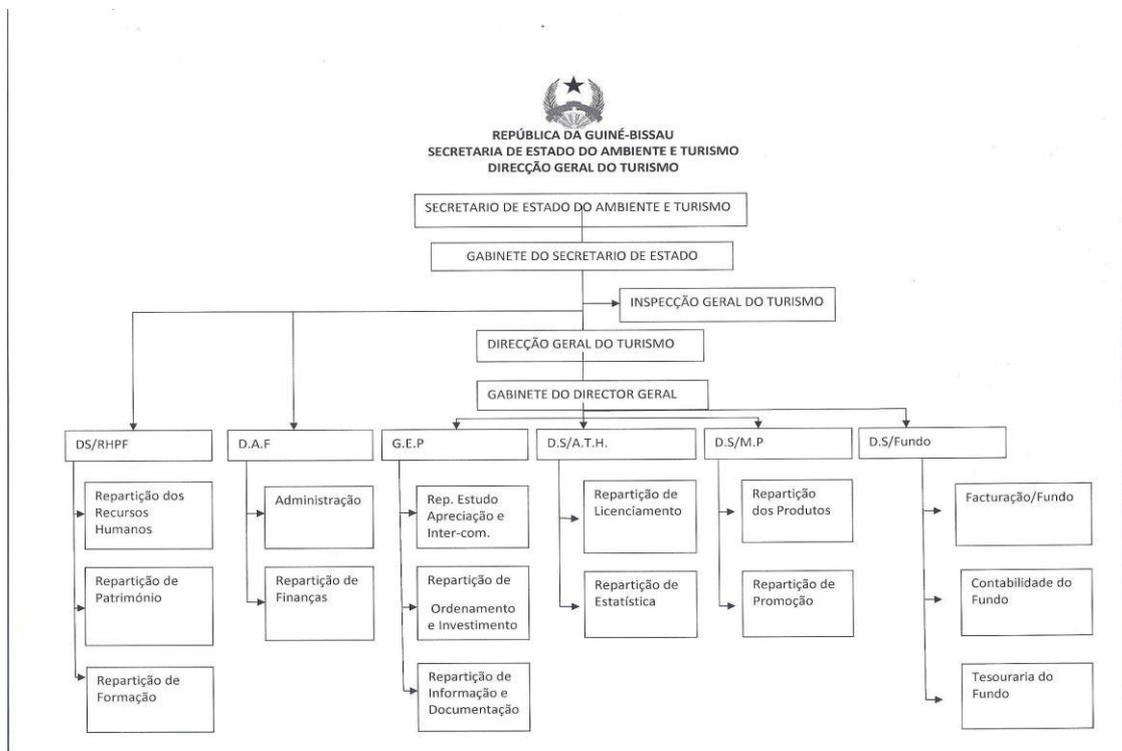
Dessa forma, o turismo tem tido baixa demanda e participação na arrecadação do governo, no que se refere ao pagamento de taxas de impostos e licenças do setor privado, requerendo, assim, maior investimento para reverter a situação atual que o setor do turismo se depara.

Se as ondas de instabilidades persistir na Guiné-Bissau, poderá correr o risco de ser inserida e considerada um destino perigoso para o turismo, devido aos conflitos políticos e militares, como já é visto por alguns países, ainda que possua um baixo índice de violência.

As instituições públicas da Guiné Bissau sofrem alterações dos nomes, de acordo com as mudanças do governo. O que era denominado Ministério de Comércio, Indústria, Turismo e Artesanato no governo anterior foi substituído por Secretaria de Estado do Turismo e Artesanato. Dentro desta secretaria estão: Inspeção Geral do Turismo e Direção Geral do Turismo, que são encarregados de organizar o turismo nacional como se pode ver na Figura 2 a seguir.

Como já mencionado anteriormente, o poder público da Guiné Bissau é centralizado, porém, existe, nos dias atuais, apenas uma secretaria em todo país que trata da questão do turismo. Dentro dessa secretaria, está a Inspeção Geral do Turismo, que tem como função prestar o serviço operacional de apoio técnico à Direção Geral do Turismo, sobre todas as matérias relativas à inspeção e ao controle do exercício da atividade turística. Na Inspeção Geral estão inseridos os delegados do turismo nas regiões do país, que se encarregam de fazer cobranças e controlar os pagamentos das taxas turísticas e imposto do turismo.

Figura 2 – Organograma da gestão pública do turismo na Guiné-Bissau



Fonte: Guiné-Bissau, MINTUR (2011).

A Direção de Serviços dos Recursos Humanos, Patrimônio e Formação (DS/RHPF) possui três órgãos dos respectivos serviços: Repartição dos Recursos Humanos; de Patrimônio; e de Formação. A Direção Administrativa e Finanças (DAF) também é uma direção com função administrativa e financeira, que dispõe de dois órgãos: administração e repartição de finanças.

Segundo a Lei Orgânica, em seu artigo 15, por setor:

1. A Direção Geral do Turismo (DGT) é um órgão de concepção operacional da Secretaria de Estado do Turismo, no âmbito da formulação e execução de medidas indicativas da estratégia político-econômica de desenvolvimento e promoção nos fluxos turísticos de livre iniciativa privada, a partir de uma base adaptada pelo governo para:

- a. Atuar em parceria com agentes públicos e privados do setor, orientando os produtos para os mercados e segmentos alvos;
- b. Promover a Guiné Bissau no seu todo, como um destino turístico, apoiando ativamente a presença dos agentes econômicos do setor no mercado externo;
- c. Articular as ações com os parceiros institucionais da Secretaria do Estado do Turismo - SET;
- d. Patrocinar eventos culturais, desportivos e negócios, assim como as respectivas contrapartidas, promovendo a inserção pontual da campanha internacional de publicidade na empresa especializada.

De acordo com o artigo 16 da Lei Orgânica,

1. Compete ao Diretor Geral do Gabinete:

- a. Planear e orientar as atividades de serviços que integram a direção-geral, em conformidade com os objetivos orgânicos e legislação aplicável;
- b. Apresentar anualmente propostas do orçamento, de acordo com o programa aprovado;
- c. Apresentar ao secretário de estado, até ao fim do fevereiro, relatório das atividades da direção-geral do ano transato;
- d. Transmitir e fazer aplicar as ordens necessárias ao perfeito cumprimento das determinações do governo;
- e. Emitir as ordens de serviços com as instruções necessárias ao bom funcionamento de serviços;
- f. Decidir, no âmbito da sua competência, sobre tudo o que respeite às atribuições do Diretor-Geral e submeter ao Despacho do Secretário de Estado, os assuntos que de tal carecem;

- g. Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam delegadas por entidade competente, para tal e em conformidade com as disposições legais em vigor;
- h. Fazer observações pelos serviços turísticos e atividades conexas à legislação aplicável;
- i. Dar pareceres e esclarecimentos acerca de todos os assuntos sobre os quais for consultado pelo governo através do Secretário de Estado.

A G.E.P é um gabinete de estudo e projeto que subordina a DGT, tendo, assim, as repartições (estudo, apreciação e inter-com; ordenamento e investimento e informação e documentação). A D.S/A.T.H. é também uma direção de serviços, das atividades turísticas e hoteleiras. Dentro dela estão as duas repartições (de licenciamentos e estatística).

A D.S/MP é uma direção de serviços de *marketing* e promoção que tem como função promover e divulgar a Guiné Bissau. Essa direção conta com duas repartições (produtos e de promoção). Por fim, a D.S/Fundo que também é uma direção de serviços de fundo do turismo, com responsabilidade em três áreas (fatura/fundo do turismo; contabilidade do fundo e tesouraria do fundo). Esse fundo é criado para fomentar, auxiliar, coordenar e estimular as iniciativas, tanto privadas quanto públicas, e atividades diretamente relacionadas ao turismo, isto é, teoricamente serve como um banco de investimento, a fim de estimular o desenvolvimento turístico do país.

Pode-se afirmar que, atualmente, não existe o Ministério do Turismo na Guiné Bissau, como demonstra o organograma, apenas a secretaria, de forma que o organograma não possui nenhum órgão que se encarregue de políticas nacionais e internacionais de turismo. Seguindo o exemplo do modelo do Ministério do Turismo brasileiro referente às atribuições da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo,

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo auxilia na formulação, na elaboração e no monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões, gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação (BRASIL, 2011 *online*)

O mesmo organograma não dispõe de um órgão que se responsabilize por criar planos e programas de desenvolvimento do turismo nacional com clareza.

Para Beni (2003),

Entende-se por órgão nacional de turismo a organização estruturada pelo o estado, com responsabilidade em matérias de turismo em nível nacional, e cujo propósito principal é otimizar o crescimento do turismo para maximizar deste modo sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social de um país (BENI, 2003, p. 182).

E, ainda, segundo Beni (2007),

Cabe, assim, o governo, através dos seus órgãos e entidades com atuação específicas no setor, coordenar todos os planos e programas oficiais com os da iniciativa privada, garantindo um desenvolvimento uniforme e orgânico à atividade turística nacional (BENI, 2007, p. 104).

A Guiné-Bissau precisa se articular e concretizar as ações voltadas para o desenvolvimento do turismo interno. Dado o valor da importância que o turismo hoje possui nos diversos países do mundo, em relação ao desenvolvimento, à economia, como também os impactos negativos que acarreta na cultura e no meio ambiente, é de suma importância que se tenha a mais alta instituição do turismo no país, no caso o Ministério do Turismo, que já existiu em outros governos, em vez da Secretaria do Turismo que, atualmente, é a maior instituição do turismo no país, o qual não possui departamentos e nem conselhos regionais que atendem questões e necessidades turísticas tanto regional quanto municipal.

Por outro lado, há necessidade de permanência desse ministério, mesmo com troca de governos, e criação das Secretarias do Turismo nas diferentes regiões do país, compostos por órgãos com objetivos e responsabilidades de levar a melhoria para população, com base na exploração dos seus recursos turísticos de forma sustentável. Claro este último só seria possível com descentralização do poder que, até então, é centralizado.

De acordo com o Ministério do Turismo do Brasil, é da responsabilidade da Secretaria do Turismo,

[...] subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e ao fortalecimento do turismo nacional. Também estabelece e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios nesses programas [...] (BRASIL, 2010 *online*).

Todos esses órgãos trabalham com poderes descentralizados, de forma que estes vão buscar satisfazer o interesse público, direcionado ao bem comum.

A Direção Geral do Turismo trabalha apenas com delegados nas regiões e setores que são responsáveis por cobrar taxas, impostos e outros serviços ligados direta ou indiretamente ao Turismo.

Até então não existem instalações com equipamentos nas regiões que visam executar as ações de políticas do turismo dirigidas pelo estado, com vistas a atender às necessidades de toda sociedade, com uma boa estratégia do governo de fazer planejamento de política do turismo, que é fundamental para alcançar o desenvolvimento turístico econômico e sustentável, utilizando do privilégio ambiental e cultural para implementar turismo comunitário, como é o caso de Cabo Verde, vizinho regional.

Cabo Verde, sendo da mesma região que Guiné-Bissau, ambos localizados na parte ocidental do país, considerados países irmãos, relação antiga ligada ao laço histórico da independência colonial, mas que, em relação ao turismo, suas realidades seguem rumos diferentes, sendo mais avançado e destacado em termo do desenvolvimento e política do turismo. Já vem implementando TBC em algumas comunidades locais enquanto que a Guiné-Bissau até hoje tem dificuldade de implementar a política do turismo nacional e muito menos implementar e concretizar o TBC nas comunidades tradicionais que sofrem com impactos negativos do turismo convencional.

Essa breve comparação serve para demonstrar e entender que, apesar do turismo de Cabo Verde ter se destacado mais do que o da Guiné-Bissau, em termos da política e estrutura turística, todos estão expostos aos problemas ambientais, culturais e socioeconômicos impostos pelo turismo convencional, embora, em Cabo Verde, apostou-se em turismo de massa com construções de resorts, possuindo

[...] indústria representativa do turístico em termo econômico com prevalência do turismo com foco no segmento de sol e praia [...], em Cabo Verde os efeitos menos virtuosos das atividades têm emergido rapidamente, deixando algumas marcas: a instabilidade e a insegurança têm aumentado; a prostituição, incluindo a juvenil, tem sido potenciada; o consumo de drogas, associado ao tráfico interno e internacional tem marcando presença; a viciação da relação entre turistas e as comunidades alimentando dependências a partir da dádiva, em nome da troca por uma fotografia uma conversa ou passeio (OZORIO; DE LIMA, 2019, p. 39).

Esses fatos são importantes e exigem a inserção de projetos de TBC para minimizar os efeitos negativos que o turismo de massa causa, particularmente nas comunidades tradicionais. Esse formato convencional de promoção turística acaba por atribuir uma valoração negativa, por ser percebido o seu pouco cuidado com o ambiente, contribuindo com

a depredação, culturalmente eurocêntrico, podendo ser promotor de aculturação, ainda mais parcial, e pouco equitativo no que se refere às relações econômicas estabelecidas.

2.5 REGIÃO BOLAMA-BIJAGÓS E O PAPEL DO IBAP NA CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NACIONAIS LOCAIS

Localizada no litoral do país, entre 11° e 12° de latitude norte, numa zona de delta de 10.270 km², esta região conhecida oficialmente como Arquipélago Bolama-Bijagós (cf. Figura 5), constituída por um total de 88 ilhas e ilhéus, localizados na parte insular da Guiné-Bissau, é ocupada pela etnia denominada Bijagó, por isso, a região é denominada Bolama-Bijagó, e possui 34.000 habitantes, contando com a população majoritária da etnia Bijagós, entre 80% ou 90% da mesma (POLET, 2011). O arquipélago tem a singularidade de ser o único com 88 ilhas e ilhéus na África Ocidental.

Figura 3 – As mulheres e meninas bijagós com representação do costume tradicional



Fonte: <https://coracaoafricano2532014.wordpress.com/2015/01/20/os-bijagos-de-guine-bissau-sera-uma-sociedade-matriarcal/>

Figura 4 – Meninas Bijagós com vestimenta cotidiana tradicional



Fonte: https://www.didinho.org/Arquivo/galeria_nacional1.htm

Bolama-Bijagós é uma das oito regiões³⁵ administrativas do país³⁶ (cf. Figura 5); foi a capital colonial dos portugueses e também a primeira capital do país até 1941. É conhecida pelos seus prédios coloniais, embora estejam arruinados. A região ainda possui rica cultura diversificada e preservada, recursos naturais ainda inexplorados e valores históricos locais, o que poderiam ser aproveitados e transformados em atrativos turísticos para desenvolver o TBC nas diversas cidades dessa região, incluindo a Bubaque.

³⁵ A denominação de Regiões na Guiné-Bissau é o equivalente aos Estados no Brasil.

³⁶ A Guiné-Bissau é administrativamente dividida pelas 8 regiões, dos quais a região de Bolama-Bijagós faz parte de uma delas.

Figura 5 – Divisão administrativa de Região de Bolama-Bijagó



Fonte: <http://www.kasa-afrikana.com/index.php?page=archipel>

Além disso, é considerado o lugar mais rico no território nacional, devido aos seus recursos naturais importantes, como: haliêuticos (peixes, frutos do mar), faunísticos e florísticos. Também se encontram excelentes praias intactas e grande diversidade de animais marítimos.

Figura 6 – Instalação do Hotel Orango em um parque nacional da Ilha Orango na região Bolama-Bijagó



Fonte: Guiné Bissau, Arquipélago dos Bijagós (africa-turismo.com)

O turismo chegou nessa região e se expandiu para algumas localidades, com destaque para os dois setores (municípios) de ilha, a de Bubaque e a de Rubane, oferecendo serviços do segmento majoritário da região, que é a da pesca desportiva, promovidos por diversos empreendimentos estrangeiros instalados nessas ilhas (OZORIO; DE LIMA, 2019).

Essas são as principais ilhas que recebem a maioria dos turistas que visitam a região, motivo pelo qual merecem atenção do Estado, que, antes de tudo, precisa, através dos seus representantes regionais, no caso, delegados eficientes, capazes de administrar o setor de turismo no local que foram destinados, traçar caminhos para seguir as políticas nacionais e regionais, baseadas nos planos, programas e projetos de turismo que visam minimizar a pobreza nas regiões; aumentar as oportunidades de emprego com legislações sindicais e trabalhistas que garantam os direitos dos trabalhadores; melhorar a infraestrutura e o saneamento básico; promover o TBC; e qualificar agentes do turismo para atender à demanda

dessa modalidade de turismo, que preza pela conservação e preservação dos recursos naturais e culturais. Conforme Wearing e Neil (2001),

O governo é o único órgão que pode oferecer planejamento e administração em longo prazo, como proteção legal e jurídica das reservas naturais para o benefício das futuras gerações [...] A política governamental, por ser capaz de fazer cumprir a regulamentações ambientais, define os padrões gerais da indústria, e, portanto, pode ajudar a reduzir ao mínimo os impactos negativos e, conseqüentemente, detém um papel importante a desempenhar na promoção das práticas sustentáveis do ecoturismo (WEARING; NEIL, 2001, p. 38).

Como os autores bem explicam, o governo tem toda autoridade de determinar normas para controlar as áreas protegidas pelo estado. Por outro lado, essas medidas não só ajudarão a combater os efeitos negativos que podem ser causados nas áreas ambientais restritas, mas também a direcionar um turismo responsável, de qualidade, seguro e econômico nas diferentes ilhas que fazem parte da região de Bolama-Bijagós.

Em seu trabalho, Polet (2011) aponta a realidade do resultado do turismo na região Bolama-Bijagó que, segundo o autor,

Constata-se neste estudo que o resultado do turismo “realmente existe” no Arquipélago é evidente: o balanço é globalmente negativo tanto para população como para o ambiente. Esta constatação é partilhada pelos atores governamentais e não governamentais que estão mais envolvidos na gestão das áreas protegidas e nas Reservas de biosfera: IBAP, CAIA, UICN, Tiniquna, ONG Ação para o Desenvolvimento (POLET, 2011, p. 77).

Embora seja a principal região e a que mais contribui com uma boa parcela da economia do país, tanto no turismo quanto na pesca industrial e artesanal, ainda, assim, as populações das suas comunidades vivem carentes e sem programas e projetos de governo para melhoria dos serviços públicos a curto e longo prazo; e as situações continuam intensificando não somente no saneamento básico, mas também na educação, saúde, energia, água potável, infraestrutura local, segurança etc. Tais situações podem ser melhoradas através de implantação do TBC. É obvio que o governo deve ser o primeiro a se interessar pelo turismo, e preparar as cidades para os visitantes e comunidade local. Com um turismo de qualidade, bem organizado, essa região poderá ser classificada como um polo turístico do país, desde que o poder público solucione os seguintes problemas sérios existentes nesse local: a) infraestrutura em geral; b) transportes (aéreo, marítimo, terrestre); c) energia urbana e semiurbana; d) saúde pública (água, limpeza pública e segurança); e) educação básica e superior; d) comunicação.

Entende-se que, na comunidade, há existência de um patrimônio comunitário consolidado, que pode contribuir para a construção de uma sociedade democrática, socialmente justa e culturalmente conservacionista em relação ao turismo, uma vez que esse patrimônio (material e imaterial) comunitário é constituído pelos conhecimentos e práticas diárias, as tradições e a constituição do território. É a expressão do estilo de vida e da organização social, o conjunto de manifestação e representação, enfim, as diversas expressões do sujeito coletivo.

Nesse sentido, vale salientar que o Estado da Guiné-Bissau, por meio das suas políticas públicas estabelecidas pelo IBAP, voltadas para as áreas protegidas, se preocupa com o bem-estar da comunidade residente nesses lugares, enfatizando que a conservação deve ser em favor da própria comunidade. Com base nisso, foi criado o conceito de conservação, gestão e proteção do meio ambiente local, fundamentado no conceito de que a biodiversidade guineense deve ser conservada de forma sustentável em prol do desenvolvimento econômico sustentável para benefício do presente e futuras gerações, o que implica na qualificação desses espaços como áreas protegidas para a população.

Para completar esse modo de gerenciamento do IBAP nas áreas protegidas, faz-se necessário que o órgão máximo de turismo nacional leve adiante as tarefas da sua atribuição, elaborando um plano maior do turismo nacional, regional e municipal, que ainda não existe, para organizar o turismo de maneira sustentável.

Atualmente, para a conservação e preservação da biodiversidade e desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável, promovendo a gestão do saber tradicional, o Estado da Guiné-Bissau, por meio de suas políticas públicas, instituiu o Decreto Lei nº 5-A/2011- (Lei Quadro das Áreas Protegidas) e levou adiante acordos e tratados internacionais, assinados durante a Conferência Rio 92, Conversão de Biodiversidade, com o objetivo do uso racional dos recursos naturais, no intuito de garantir a sustentabilidade ambiental e preservação desse patrimônio no presente e para as futuras gerações (CARDOSO, 2015).

Assim, para controlar e minimizar os possíveis efeitos negativos que podem vir a causar danos ao meio ambiente e garantir a conservação da biodiversidade no arquipélago, o Estado da Guiné-Bissau, por meio das entidades nacionais, como o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP, 2003), em parceria com a entidade internacional, a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN³⁷, 2004), e outras

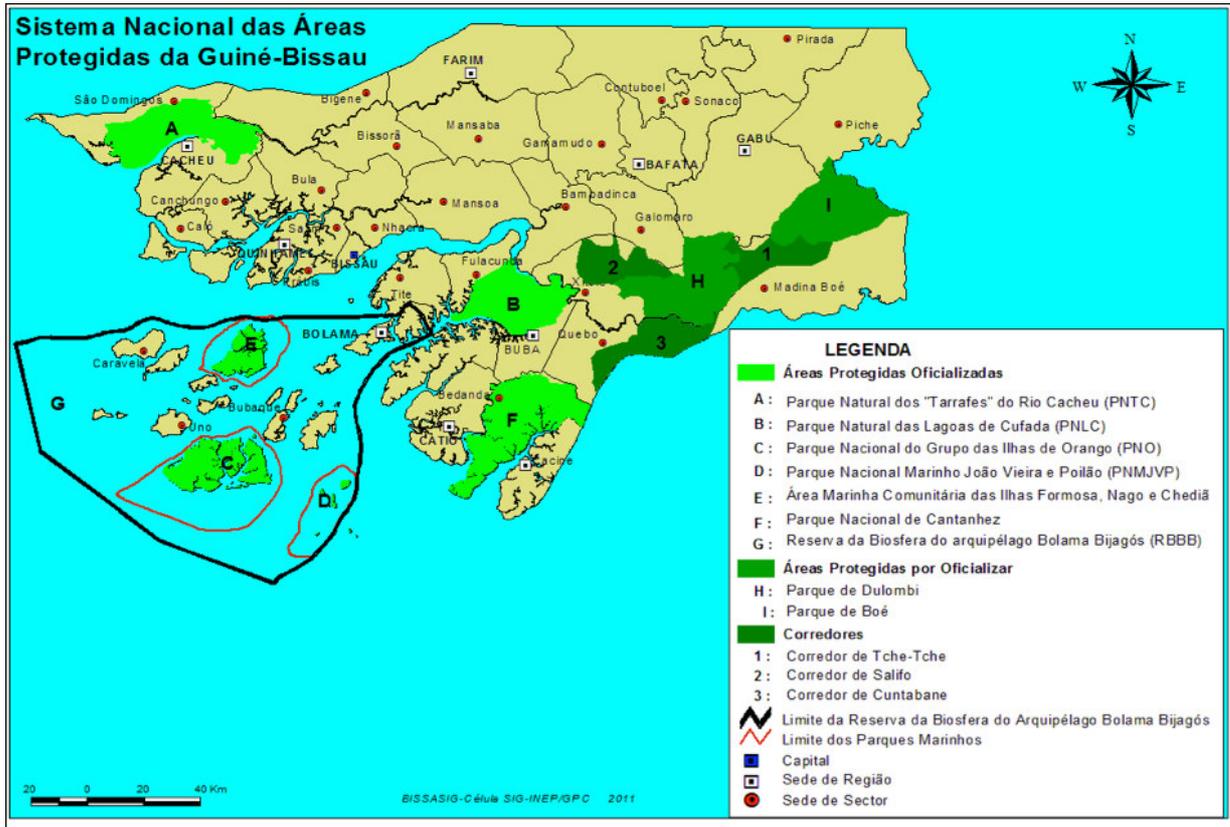
³⁷ UICN é União Internacional para a Conservação da Natureza.

organizações não governamentais nacionais e internacionais, optaram por uma cogestão e pela proteção integrada das zonas costeiras, com apoio técnico e científico de UICN, incorporando os conhecimentos e práticas costumeiras tradicionais de conservação e de gestão dos recursos naturais (CARDOSO, 2015). Isso significa que eles irão trabalhar em conjunto por uma gestão participativa nas áreas protegidas.

Diante das potencialidades culturais e naturais que o país dispõe, por meio do Decreto nº 5-A/2011 (Lei Quadro das Áreas protegidas) mencionado anteriormente, que também definem o tipo de áreas protegidas, o processo para sua criação, gestão e funcionamento é administrada pelo IBAP (IBAP, 2014). Esse é o mais significativo mecanismo de legislação socioambiental guineense, que estabelece a Rede Nacional das Áreas Protegidas de Conservação da Biodiversidade, ligada com a concepção estatal guineense de conservação e preservação e o uso racional dos recursos naturais, de modo a assegurar a sustentabilidade ambiental do patrimônio de forma permanente.

Hoje o país dispõe de uma rede de áreas protegidas (cf. Figura 7) que abrangem todo território nacional, os quais são denominados como: Parques Nacionais Marinhos, Parques Nacionais Costeiros, Área Marinha Comunitária e uma Reserva Biosfera Arquipélago Bolama-Bijagó (RBABB).

Figura 7 – Mapa do Sistema Nacional das Áreas protegidas da Guiné-Bissau



Fonte: IBAP (2014).

No entanto, a região de Bolama, conhecida popularmente como Arquipélago dos Bijagós, é uma região que abriga uma das importantes áreas protegidas da Guiné-Bissau, classificada pela UNESCO como Reserva da Biodiversidade, em 1996. E é considerada a segunda área mais importante da África Ocidental para as aves aquáticas migratórias (OZORIO; DE LIMA, 2019). Esse território abriga, assim, dois parques nacionais.

No território terrestre do arquipélago Bolama-Bijagós, é possível encontrar grande diversidade de aves, fauna, mamíferos emblemáticos de grande e médio porte, como: elefante-africano; hipopótamo; elande, chipanzé; leopardo e leão (MTA; IBAP, 2018).

Com base nisso, o IBAP procura promover a cooperação local de gestão e cogestão entre população tradicional e as áreas protegidas, e utilização social, econômica, cultural e política da biodiversidade dessas áreas. O objetivo principal seria o de resguardar o modo de vida dos bijagós, compartilhando e distribuindo os benefícios econômicos provenientes dos seus conhecimentos tradicionais de forma justa (CARDOSO, 2015).

Para Cardoso (2015),

[...] a atuação do IBAP pode ser avaliada como positivo levando em consideração os seguintes resultados na gestão compartilhada no arquipélago: desmantelamento dos acampamentos de pesca artesanal ilegal que se encontram nas áreas protegidas do arquipélago; realização de encontros regulares e programáticos de concertação participativa em todos os níveis (Conselho Administrativo do IBAP, reunião de conselho de gestão para cada área protegida, reunião de Comitês de Fundos para iniciativas de Desenvolvimento Ambiental Local, reunião de concentração com diferentes grupos socioprofissionais, tais como população tradicional, pescadores, operadores turísticos, caçadores entre outros); elaboração de documento de Planificação e de Gestão (Lei Quadro das Áreas Protegidas, Planificação Estratégia e Operacional do IBAP, Plano de Regulamentos internos dos Parques no arquipélagos [...], Planos de Gestão da Reserva de Biosfera e a Lista Indicativa e dossiê de classificação do arquipélago dos Bijagós como Sítio de Patrimônio Natural Mundial); Avaliação de eficácia de gestão de todos os parques e do sistema nacional das áreas protegidas; planos de desenvolvimentos das tabancas (Vilas) dos interior dos parques habitados; estudos, investigação e inventário sobre a viabilidade do turismo no Arquipélago dos Bijagós, socioecológica, recenseamento da população dos hipopótamos, inventários de plantas medicinais de Orango (plano de conservação das tartarugas marinhas e mangais) (CARDOSO, 2015, p. 238-239).

Não obstante, atualmente, participou da instituição do Plano Diretor Regional do Turismo Responsável na Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós com contribuição dos técnicos e diretores das instituições públicas ligadas diretamente no processo, nomeadamente Ministério de Administração Territorial, Secretaria de Estado de Turismo (SET), Secretaria de Estado do Ambiente, Direção Geral de Cadastro e Geografia, Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), ONGs parceiras do IBAP que trabalham nas AMPs, autoridades políticas e tradicionais, atores da sociedade civil que participaram nos ateliers de consulta e validação (GUINÉ-BISSAU, 2020). Este Plano é nada menos do que documento orientador da política da atividade turística para RBABB, com que utiliza de estratégias, objetivos específicos, ações que direcionam as estratégias para o desenvolvimento do turismo responsável com potencial para contribuir no processo do desenvolvimento sustentável da região (GUINÉ-BISSAU, 2020).

Esse Plano, além de ser um mecanismo orientador da política do turismo do Governo da Guiné-Bissau, na RBABB, propõe uma visão de turismo alinhada aos objetivos da criação da RBABB e que valorize a conservação dos ecossistemas, uma vez que se refere ao recurso natural, do qual o turismo faz o seu uso. Ainda, reforçando valores culturais e costumes locais, levando em conta a importância da participação da comunidade, em geral, na promoção e desenvolvimento econômico e distribuição de renda de forma mais justa e efetiva (GUINÉ-BISSAU, 2020).

Além disso, o plano foi constituído estrategicamente na base dos problemas e potencialidades encontrados nas comunidades, pois, nada mais justo que a própria comunidade seja inserida na metodologia de elaboração do mesmo, uma vez que a mesma é

quem sofre com os problemas provenientes das práticas turísticas e residentes da área de abrangência da RBABB. A participação da comunidade local, reunida com os demais representantes de órgãos públicos (SET, UICN, Secretaria de cultura, ONGs, dentre outros), (GUINÉ-BISSAU, 2020), como se pode ver na Figura 8, envolvidos diretamente com turismo do país e da região, com a finalidade de debater e validar de forma coletiva o Plano, de modo a recolher as informações dos participantes para o aprimoramento do mesmo. Dando a oportunidade da comunidade expor sua visão crítica e a favor do turismo local, demonstra certos avanços na execução de um dos princípios mais importantes do TBC, pois dá direito à comunidade na tomada de decisão relativa ao desenho turístico pretendido. Ainda que o TBC não se encontre em curso, essa inserção da comunidade local nesse debate (cf. Figura 7), já sinaliza um bom começo para se pensar num futuro de implantação dos projetos do TBC na região, para o bem-estar da comunidade e dos seus habitantes.

Figura 8 – Encontro entre atores principais da Região Bolama-Bijagós para viabilização do turismo responsável



Fonte: Plano Diretor (2020).

Por se tratar de uma organização do Estado incumbida de gerenciar, conservar e proteger o meio ambiente do todo território guineense e suas biodiversidades, o IBAP usou da sua autonomia de políticas, de ações, para criar as áreas protegidas do país. Assim, importa salientar que a Reserva Biosfera Arquipélago Bolama-Bijagó hoje conta com três áreas

marinhas protegidas de conservação da biodiversidade, designadas pelo Parque Nacional das Ilhas do Orango (PNO); Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão (PNMJVP); e a Área Marinha Protegida comunitária das ilhas de formosa Nago e Cheiã-Urock, as quais são abordadas detalhadamente a seguir.

2.5.1 Parque Nacional do Grupo de Ilhas do Orango (PNO)

Criado em 1997 e, mais tarde, oficializado pelo Decreto 11/2000, possui área total de 584,79 km², composta pelas cinco (5) ilhas principais (Orango Grande, Canogo, Meneque, Orangozinho e Imbonee, assim como diversas ilhéus), possuindo um total de superfície de 158.235 ha, com população total de 3369 habitantes, distribuídas por treze (13) tabancas (aldeias), abrigando os seguintes animais: hipopótamos (cf. Figura 9), os cinco tipos de tartarugas marinhas. Ainda nele, os turistas vivenciam uma natureza intacta, respeitando, assim, as regras criadas pelos coordenadores das áreas com objetivos de trabalhar com a sustentabilidade do meio natural. Nesse parque, os turistas podem encontrar também outros animais, como: delfins grandes, de tipo *tursiofos tircatus* e *Sousa*, citados acima, e crocodilos.

Há também nesse parque um pequeno empreendimento turístico, destinado ao serviço de ecoturismo, com 16 funcionários (IBAP, 2014).

O Parque apresenta alguns problemas que representam desafios a serem superados e, apesar das fiscalizações marítimas bem-sucedidas, a pesca ilegal continua a representar um problema grave e prioritário, como a captura acidental de espécies (manatins, tartarugas e tubarão etc.), emeadas em arte de pesca; a caça ilegal; a potencial exploração petrolífera *off shore*; e o abate de árvores para construção de embarcações (IBAP, 2014).

Figura 9 – Hipopótamos no Parque Nacional do Grupo de Ilhas do Orango (PNO)



Fonte: <http://www.didinho.org/TURISMO.htm>

2.5.2 Parque Nacional de Marinho de João Vieira - Poilão (PMN/JVP)

Criado pelo Estado da Guiné-Bissau, como Dom a Terra (Gift to the Earth), no âmbito da campanha mundial promovida (WWF), através do Decreto N° 6-A/2000, com superfície total de 49.500 ha, constituída pelas quatro ilhas principais (João Vieira, Cavalos, Meio e Poilão), alguns ilhéus e bancos de areia.

Tradicionalmente as ilhas de PMN/JVP não possui população humana residente e são destinadas apenas para utilização de atividades agrícolas e a realização de cerimônias sagradas pelas comunidades que não decorrem em atividades extrativas. Por outro lado, o parque é utilizado para praticar a pesca desportiva, uma das modalidades do turismo.

No entanto, esse parque também apresenta alguns problemas que representam desafios prioritários de conservação. Além de existir atualmente uma pequena estrutura hoteleira permanente na ilha de João Vieira, fato que desrespeita o costume conservador e tradicional local, também se verifica a captura ilegal dos animais; a queimada e derrubada de árvores para agricultura; a crescente presença humana e a pressão para uso dos recursos; os conflitos entre os comunitários e operadores turísticos que pretendem se instalar nas ilhas.

Contudo, de acordo com o IBAP (2017), os turistas são totalmente controlados pelos próprios agentes, no que se refere ao acesso ao parque e às atividades que são realizadas no local, mediante pagamento de algumas taxas. Os turistas visitam esse parque com o objetivo de realizar um turismo de observação dos animais mamíferos marinhos, em que se destaca: o delfim (*tursiops truncatus*) e o Delfim Sousa (*Sousa teuzii*), manatim (*trinchachuas senegalesis*) e hipopótamos.

2.5.3 Área marinha comunitária protegida das ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok)

Como os dois parques mencionados anteriormente, esta área protegida também se situa nos arquipélagos dos Bijagós. Criada em 12 de agosto de 2005, por meio do Decreto Lei nº 8, pelo processo da criação e de gestão da ONG Tiniguena, na qual o IBAP tem voluntariamente delegado a maior parte das funções, enquanto gestor de SNAP. Essa Área Marinha Protegida Comunitária possui superfície total de 54.500 ha que engloba as três (3) ilhas principais (Formosa, Nagô e Chediã) e diversas ilhéus que contam com 2928 habitantes, distribuídos por 33 tabancas (aldeias).

Essa Área Protegida possui patrimônio ambiental da região muito importante, como “[...] ecossistemas marinhos poucos profundos, muito ricos em peixes e em moluscos, verdadeiras zonas de reprodução e crescimento para recursos de importância econômica e ecológica assinalável [...]” (IBAP, 2014, p. 65). Não obstante, também possui mamíferos marinhos ameaçados, como os manatins *Trichechus* e golfinhos-corcundas *Sousa Teuszii*, possivelmente, em população ainda densa (IBAP, 2014).

Entretanto, a denominada “coroa de Urok”, que faz parte dessa área protegida, abriga uma parte importante das 700.000 limícolas migradoras que invernam no arquipélago dos bijagós. Essa área protegida também não ficou de fora dos desafios e problemas provenientes de ações humanas para sua conservação, tais como: exploração comercial de recursos de bivalves; capturas de animais ameaçadas (tubarão, tartaruga etc.); potencial exploração petrolífera *off shore*; caça ilegal; queimada e abate de grandes árvores; como também o aumento expansivo de instalação de empreendimentos hoteleiros.

Figura 10 – Área Marinha protegida comunitária das Ilhas Urok



Fonte: IBAP (2014).

Diante disso, a ONG Tiniguena, de forma particular, criou e conduziu uma dinâmica de desenvolvimento local, baseada num modelo da gestão comunitária participativa (OZORIO; DE LIMA, 2019) que, nas palavras dos autores da gestão participativa das ilhas Urok,

[...] busca promover o desenvolvimento sustentável da AMPC e a apropriação pelas comunidades locais da gestão do seu território. Para isso, as Áreas protegidas possuem uma estrutura complexo de governação e gestão participativa onde têm assentos os representantes da população, os parceiros de desenvolvimento e representantes de instituição do estado de forma de forma a propiciar a plena participação (OZORIO; DE LIMA, 2019, p. 62).

Observa-se que, antes mesmo da criação da AMPC, o modelo participativo com foco no uso sustentável dos recursos naturais e culturais vinha sendo experimentado e está em funcionamento, desde então, com alguns pequenos ajustes ao longo dos anos (OZORIO; DE LIMA, 2019). Esse esforço de pensar o turismo com outras perspectivas e todas as práticas econômicas que envolvem o rendimento econômica é louvável, uma vez que o intuito é pensar no bem-estar da comunidade, da população local, e na sustentabilidade dos recursos. Já

é um bom passo para se chegar a um turismo de base comunitária propriamente dito com projetos financiados em curto, médio e longo prazo, alicerçado com recursos humanos qualificados e capacitados para atender à demanda que o TBC exige. Assim, entende-se que foi pensando nessa lógica que se deu a iniciativa que concretizou na AMPC Urok, graças aos atores-chave (comunidades locais, ONGs e Estado Central), como descrito no relato:

Muito trabalho de concentração e mediação com as três ilhas foi necessário, “discutimos” fizemos sensibilização através da rádio, através das reuniões, trabalho de porta - a - porta nas três ilhas e foi construído o documento de gestão da Área Marinha Protegida [Plano de Gestão Urok] com as pessoas. Então, os homens grandes das ilhas – hoje Comitê de Gestão – quiseram que a Tiniguena os acompanhasse até Bissau para ser recebidos por quatro ministros e pelo primeiro-ministro. Foi a primeira vez que nesta Costa de África que as comunidades apresentaram este tipo de documento, explicaram o objetivo da criação de Área Marinha Protegida de gestão comunitária, onde a população quer ter o direito, responsabilidade e a força de gestão do recurso destas áreas (OLIVEIRA *et al.*, 2009 *apud* OZORIO; DE LIMA, 2019).

Essa união entre os atores-chave para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade tradicional, cuja vida da sua população tem ligação intrínseca com o sagrado, faz nascer sinergia para juntos controlar e proteger o que há de melhor da comunidade, para que não possam ser ameaçadas ou extintas pelas ações humanas, de modo particular, pelas práticas turísticas e os seus efeitos causadores.

Por ser o povo bijagó de religião animista, mantêm as relações de ordem espiritual no ambiente em que vive, acreditando que, em muitos lugares naturais (ilhas, areias, praias, matos, florestas, árvores, rios, mar), habitam os seres sobrenaturais, ou devotados e apropriados, considerados sítios sagrados para diversas ações rituais, servindo de lugares cruciais para a vida social, como também para sobrevivência da própria cultura, recursos e ecossistemas. O fato de serem sagrados, faz com que estejam protegidos tradicionalmente das depredações originárias de ação humana (OZORIO; DE LIMA, 2019).

Entretanto, segundo Polet (2011), em razão da falta de ordenamento e controle das práticas turísticas, esses espaços sagrados sofrem frequentemente pressão dos operadores turísticos, que avançam sobre essas zonas, representando grandes ameaças aos alicerces da região. Ainda, para Ozorio e De Lima (2019), a atividade turística tem sido predadora em diferentes áreas do arquipélago, com invasão, comercialização, destruição e desrespeito às zonas consideradas sagradas pelos Bijagós. Com relação a isso, mencionam-se os seguintes problemas vivenciados, decorrentes das atividades turísticas: fotografias sem permissão, principalmente nos lugares sagrados; vendas de terras; desrespeito às regras de AMPC; lixos e

poluição; conflitos e intrigas entre tabancas (aldeias) ou com agentes turísticos; fluxos descontrolados de turistas e embarcações tirando a tranquilidade do lugar, dentre outros.

Contudo, no AMPC Urok existe o empreendimento Orango Parque Hotel, doado pela fundação MAVA, para implantar um projeto de ecoturismo com o intuito de preservar os hipopótamos da ilha, envolver a comunidade local nas práticas turísticas, empregar mão de obra, fortalecer a parceria com IBAP etc. (OZORIO; DE LIMA, 2019). Entretanto, apesar dessa iniciativa de inserir a comunidade em algumas etapas da atividade turística que visa a sustentabilidade, esse projeto ainda engatinha com dificuldades, tanto financeiras quanto de recursos humanos qualificados para atender os turistas internacionais em relação aos idiomas. Mesmo com essas dificuldades, destaca-se dentre os empreendimentos, ao seguir os princípios do ecoturismo, apesar deste encontrar desafios financeiros para se manter de forma autônoma.

Figura 11 – Presença de aves na área marinha comunitária protegida das ilhas Urok



Fonte: http://www.didinho.org/galeria_nacional1.htm

Reconhecidamente, possui potencial turístico considerável da AMPC Urok, derivado de características paisagísticas, recursos faunísticos e florísticos, além da cultura local, importantes atrativos que, possivelmente, podem vir a viabilizar a implantação de iniciativas do TBC, que possam melhorar de forma sustentável a comunidade e a vida dos moradores.

3 CARACTERIZAÇÃO E PROPOSTAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA ILHA DE BUBAQUE

Neste último capítulo do presente estudo, será feita a caracterização da Ilha de Bubaque, como também serão abordadas as propostas para construção do turismo de base comunitária para a mesma, de acordo com seus potenciais turísticos locais, patrimônio natural e cultural, infraestrutura local e demandas turísticas. Assim, compõe-se de quatro partes: a primeira, refere-se à contextualização da ilha de Bubaque e turismo local; na segunda, é apresentada uma síntese das potencialidades e atrativos turísticos e das condições existentes da infraestrutura da ilha de Bubaque; e, na terceira, registra-se uma proposta pautada nos estudos feitos até a presente data para que a ilha de Bubaque se torne um destino do turismo de base comunitária.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ILHA DE BUBAQUE E TURISMO LOCAL

Bubaque é setor³⁸ (município) localizado na região de Bolama-Bijagós (cf. Figura 12), zona costeira da Bissau, África Ocidental. Possui uma área de 42 km² com um total de 11.300 habitantes, de acordo com a Associação Afetos com Letras (2018,). Esse município é uma das ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós, reconhecido oficialmente como a Reserva da Biosfera pela UNESCO, em 1996, e pelo governo Guineense como área protegida, não só pelas suas características naturais, como também pelo modo de vida dos bijagós culturalmente (cf. Figura 14), seus costumes tradicionais e o caráter sagrado de alguns locais das ilhas. O resultado do bom estado de conservação e preservação do meio ambiente e da biodiversidade existente até hoje, nesse arquipélago, é devido aos saberes tradicionais do povo bijagós, uma vez que “[...] dos seus saberes e práticas costumeiras de uso e apropriação dos recursos genéticos depende a conservação da natureza, dos recursos naturais, de subsistência e a preservação da biodiversidade [...]” (CARDOSO, 2015, p. 141).

³⁸ Setor, em Guiné-Bissau, corresponde à divisão política dos municípios no Brasil.

Figura 12 – Localização geográfica da Ilha de Bubaque no Arquipélago Bolama-Bijagó



Fonte: <http://www.kasa-afrikana.com/index.php?page=archipel>

Isso demonstra que, para salvar a biosfera dessa região, precisa-se primeiramente salvar e valorizar a identidade sociocultural tradicional dos bijagós. Assim, a tradição de valorização e preservação e uso sustentável dessa natureza tende a manter seguro e intacto o meio ambiente e a cultura local, uma vez que a etnia Bijagós é conhecida e reconhecida como detentora de uma tradição ancestral forte e presente nas suas manifestações cotidianas (CARDOSO, 2015), o que comprova a sua capacidade de lidar com a natureza, como relata Semedo (2016),

Importa dizer que essa rica biodiversidade soma-se à engenhosidade artística de mãos hábeis, que produzem um conjunto diversificado de objetos artesanais utilizados na agricultura, na pesca, nos ritos cerimoniais, nos atos culturais, lúdicos e decorativos, nas vestimentas e nos artefactos de apoio às atividades domésticas (SEMEDO, 2016, p. 8).

Os Bijagós destacam-se como os mais notáveis entalhadores da Guiné-Bissau em relação a outros grupos étnicos, por produzirem uma escultura mais completa ao revelar um espírito livre e aberto. “Todos eles parecem possuir uma aptidão inata para esta atividade, que requer uma formação longa e paciente sob a orientação do pai ou de outro familiar próximo [...]” (SEMEDO, 2016, p. 8).

Figura 13 – Cidade da Ilha de Bubaque – vista aérea



Fonte: http://www.didinho.org/galeria_nacional1.htm Acesso em: 19 jan. 2019.

Figura 14 – Vista da chegada via marítima a Bubaque



Fonte: <https://saiporai.com/tag/bubaque/>.

O turismo da ilha de Bubaque tem várias vantagens para progredir de maneira sustentável em prol do benefício da população local, assim como também pode dar visibilidade e promover, nacional e internacionalmente, o ecoturismo de base comunitária e o turismo da pesca, sendo os segmentos de visitação mais fortes da região, uma vez que se encontra numa posição de ênfase pelos recursos (naturais e culturais), clima tropical, parques naturais, casarões coloniais e, ainda, privilegiado por fazer parte do arquipélago dos Bijagós, reconhecido como patrimônio da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), em 1996 (CARDOSO, 2013, p.7-8).

Figura 15 – Representação cultural dos homens bijagós de Bubaque



Fonte: <https://meusroteiros.com/arquipelago-de-bijagos-guine-bissau-africa/>

Perante as potencialidades existentes e o título do patrimônio da Biosfera, dado à região na qual a ilha faz parte, a população local ainda se encontra numa situação precária, no que diz respeito à educação, saúde, emprego, água potável, dentre outros, embora reúna condições para ter um desenvolvimento local para benefício de todos.

De acordo com Perez e Carrillo (2000 *apud* IRVING, 2009), o desenvolvimento local corresponde a um novo enfoque do desenvolvimento, baseado em recursos endógenos (humanos, naturais, de infraestrutura), portanto, afirmam que é,

[...] aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos que existem em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento econômico, criar emprego, renda e riqueza, sobretudo, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade local (PEREZ; CARRILLO, 2000 *apud* IRVING, 2009, p. 122-113).

Os recursos que a ilha de Bubaque possui podem ser aproveitados como grandes atrativos turísticos locais, capazes de oferecer um rápido desenvolvimento socioeconômico, estimulando, assim, o turismo local para que possa contribuir positivamente para a melhoria de vida do seu povo e para a construção de infraestruturas básicas locais e turísticas, isto é, com base em uma boa política pública, que vise a sustentabilidade dos recursos e que garanta a participação da comunidade e assegure o bem estar permanente da coletividade em termos turísticos e sociais.

Figura 16 – Hotel Ponta Anchaca na Ilha de Rubane, município de Bubaque no Arquipélago de Bolama-Bijagós



Fonte: <http://www.pontaanchaca.com/HO-index.html>

Corroborando essa alegação, Lage e Milone (2000, p. 26) afirmam que “[...] o turismo é uma atividade socioeconômica, pois gera a produção de bens e serviços para o homem visando à satisfação de diversas necessidades básicas e secundárias [...]”.

Sendo Bubaque um município carente, alguns dos seus moradores encontraram no turismo uma opção para desenvolver suas atividades lucrativas, embora difíceis. Para que essas atividades econômicas ganhem um novo formato, deixando de ser lucrativa somente para uma minoria e passe a ser em favor de toda a comunidade, de forma justa e solidária em termos econômicos, e participativa, é imprescindível atualmente implantar o projeto de experiência do TBC. Assim, a comunidade não só deve, e pode, como também tem direito e autonomia de escolher que tipo de turismo pode ser desenvolvido, de acordo com seu estilo de vida, assim como de decidir novos desenhos territoriais para os quais está apta a abrigar.

Falar do turismo no Arquipélago Bolama-Bijagós é falar de um lugar abençoado pela natureza extraordinária, com paisagem que atrai os investidores para desenvolver atividades turísticas. No entanto, essa é a realidade atual nesse lugar, de forma que as presenças, tanto dos operadores turísticos quanto do setor das imobiliárias, estão afetando negativamente a vida dos habitantes tradicionais; o que vem causando desentendimento entre as comunidades e estes setores. Situação que vem implicando em conflitos entre moradores da própria comunidade, principalmente da ilha de Bubaque, sendo que uma minoria, por interesses individuais, concorda com a presença desses setores (turístico e imobiliário), enquanto que a maioria está contra, lutando pelo respeito e a valorização dos seus costumes, tradições e biodiversidade que sempre cuidou e protegeu de modo coletivo e harmonioso.

Figura 17 – Embarcações com turistas de pesca esportiva em Bubaque



Fonte: <http://www.kasa-afrikana.com/index.php?page=photos&idAlbum=52>

Figura 18 – Captura de peixe durante a prática de pesca esportiva na Ilha de Bubaque



Fonte: <http://www.kasa-afrikana.com/index.php?page=photos&idAlbum=52>

Outra alteração negativa notável e sentida pelos bijagós motivados pelo turismo é a concessão de terra aos estrangeiros, particularmente daquelas que são zonas de cultivos dos nativos, como já relatado neste trabalho, para construção dos seus empreendimentos turísticos. Em troca, os empreendedores dão telhados de zincos para alguns bijagós para construção de suas casas, que, geralmente, são cobertas de palha e oferecem empregos aos jovens que são parte das famílias dos donos dessas terras. Essas promessas enganosas são para motivar e induzir os donos das terras a ceder seus terrenos rurais com maior facilidade, o que prejudica e prejudicará suas vidas, interferindo, assim, negativamente na subsistência dos donos após a negociação e poderá lhes deixar sem terras para cultivar.

Se tudo continuar da forma como está atualmente, o prejuízo será maior para as futuras gerações que, por fim, ficarão sem espaços para cultivar seus arrozais para suas subsistências.

A alínea 2, do artigo 22, da Lei da Terra Nº 5/9 diz que os contratos administrativos de concessão rural vigorarão pelo prazo máximo de 90 anos, automaticamente renovado se não for denunciado, com antecedência mínima de três anos. Esse prazo e os espaços que geralmente são concedidos serão suficientes para prejudicar a vida das pessoas, se não tomarem providências para reformular o artigo acima citado. Deveria partir do governo a iniciativa para solucionar os pedidos de socorro que algumas pessoas da cidade estão fazendo sobre a concessão da terra, pois a tendência aponta que podem perder tudo a favor de turismo. Infelizmente, a realidade será a extinção do valor patrimonial de grande importância que foi passado de geração a geração e que está sendo substituído pelos excessos de empreendimentos turísticos que provocam grande descaracterização da identidade local.

A concessão de um espaço aos estrangeiros requer a concordância do governo e das comunidades locais na tomada da decisão. As comunidades locais têm direito de negociar, direta e livremente, a transmissão dos seus direitos de uso privativo de que sejam titulares com os concessionários, isso quer dizer que têm poderes de decisão para decidir o rumo das suas terras. No entanto, a presença e a pretensão dos estrangeiros, aparentemente “ricos”, como é percebido pelos residentes, principais responsáveis como chefes de famílias e chefes tradicionais das aldeias que, em sua maioria, são analfabetos, iludem os moradores locais que ficam sem chance de se defender, devido às promessas maquiadas e manipuladoras.

Após a concessão da terra aos estrangeiros, os espaços concedidos, que eram públicos, passam a ser privatizados com limitação de acessos da comunidade durante o prazo de contratação, ainda correndo risco de ser revendido para outra pessoa.

Para Coriolano (2009), com relação ao setor imobiliário e da apropriação do espaço nas comunidades tradicionais, afirma que,

[...] como o turismo globalizado voltado para megaempreendimentos chegou aos países dito em desenvolvimento sem levar em considerações as ocupações anteriores, não ofereceu oportunidades e vantagens às comunidades litorâneas, pois não a incluem em seus projetos, criando em alguns delas reações negativas ao turismo dito global, que passou a ser visto como ameaça ao seu modo de vida (CORIOLANO, 2009, p. 282).

Na realidade, até os países subdesenvolvidos, como o caso da Guiné-Bissau, se deparam com tais situações. No caso do arquipélago dos bijagós, percebem-se os riscos associados às crescentes procuras pelas Ilhas Bijagós para o desenvolvimento do turismo os quais têm afetado a cultura local, como relata Polet (2011),

A cultura dos bijagós não só é instrumentalizada mas também destruída pelos operadores turísticos” por um lado, a ênfase dada às “tradições autênticas das populações locais” (sem consulta a estas últimas) visa seduzir o turista ocidental que busca a autenticidade e, por outro lado, estas mesmas tradições são corrompidas assim que os chefes locais são incitados a vender os espaços mais sagrados das suas comunidades. A lógica de apropriação dos espaços pelos turistas, guiado pelos “sonhos” e “sede” de “descobertas” é dificilmente compatível com a dos locais, ritmadas à sacralização do território. A desapropriação territorial e cultural que se lhe segue abala por longo tempo as estruturas internas da sociedade bijagó e mina a sua capacidade de gerir coletivamente a mudança social em curso (POLET, 2011, p. 61).

Assim, o “[...] turismo tal como ele se desenvolve nos bijagós, não corresponde aos objetivos da Reserva de Biosfera [...]” (POLET, 2011, p. 69). Para Semedo (2015), as atividades turísticas são portadoras de elevados níveis de agressão à tradição bijagós e as consequências disso têm sido percebidas na contribuição significativa para a desvirtuação da cosmogonia bijagós, que se manifestava mediante princípios de solidariedade e coesão social. E não só, “[...] da mesma forma, as regras de gestão das Áreas protegidas são regularmente infringidas [...]” (POLET, 2011, p. 69) pelos operadores turísticos.

Figura 19 – Apresentação cultural das mulheres da etnia Bijagó de Bubaque



Fonte: <http://africa-turismo.com/guine-bissau/bijagos.htm>

A sensação de perda da cultura e da identidade local, por mais que se encontre na fase inicial, é perceptível aos seus moradores, que consideram, na maior parte, como impacto negativo, como vem relatando um dos moradores do arquipélago no trabalho realizado por Galhano (1971) que destaca,

[...] o nível das suas esculturas acompanhou, porém, o declínio da sua propriedade e o começo da desagregação da sua cultura. Os abandonos forçados das guerras e da rapina, epidemias desastrosas e o contato agressivo com o mundo ocidental começaram a abrir brechas na sua forte estrutura social. Hoje as figuras que o bijagó esculpe, são em grande parte para vender ao europeu, e o seu valor estético baixou consideravelmente [...] (GALHANO, 1971, p. 11).

O ponto crítico resultante das interferências do turismo está na decadência e no desaparecimento de muitas atividades econômicas tradicionais, também relatado por Coriolano (2009), para atender às demandas das atividades turísticas, como a substituição de atividades ligadas a hotéis, pousadas, restaurantes e hotéis, e, de certa forma, a questão econômica influencia na descaracterização da identidade local.

Figura 20 – Casas tradicionais de Bubaque nos Vilarejos



Fonte: <https://saiporai.com/tag/bubaque/>

A ilha de Bubaque está inserida nessa questão em relação às atividades turísticas, de modo que isso está tendo consequências na vida cotidiana dos seus moradores que antes viviam da pesca, agricultura de subsistência e do artesanato. Aos poucos vão abandonando esses trabalhos tradicionais pelo turismo e, conseqüentemente, pela concessão de terras aos estrangeiros, em sua maior parte franceses. Essas atividades imobiliárias ligadas ao turismo e lazer está ganhando espaço de forma rápida e vem sendo motivo de preocupações e críticas, tanto pelos moradores como pelas ONGs que lutam pela preservação e conservação do patrimônio material e imaterial local para o bem-estar das comunidades.

Nesse cenário, todos os anos, a Ilha de Bubaque recebe visitantes nacionais e internacionais em massa, com intuito de participar da comemoração do maior evento musical do país “Festival de Bubaque”³⁹, que dura três dias, com objetivo de destacar o Arquipélago, reconhecer, valorizar e preservar o patrimônio local. Percebe-se que as intenções do evento são boas, mas não corresponde com as necessidades e a capacidade dessas comunidades de lidar com tal evento desse nível que, de forma geral, impulsiona a mudança social e econômica, sobretudo promovendo a Guiné-Bissau e o Arquipélago dos Bijagós, apresentando ao mundo e vendendo o que país tem do melhor, nomeadamente as potencialidades naturais e culturais do país, em particular as das ilhas Bijagós.

³⁹ O Festival foi criado pela Associação Cobiana, com intenção de reconhecer, respeitar e destacar o Arquipélago de Bijagós como uma reserva mundialmente importante da biodiversidade e da cultura humana e é um veículo para produtores, visitantes e pessoas de Bijagós preservarem e promoverem esses aspectos únicos e preciosos do Arquipélago (<http://www.cobiana.org/current>).

A criação desse projeto demonstra que existe vontade grande de ajudar o povo Bijagós a se desenvolver socialmente e que isso solucionaria a precariedade ou procura minimizar o alto nível de pobreza nesses lugares. Todavia, o principal desenvolvimento pretendido acaba sendo meramente econômico, que vai além das necessidades e alcance das ilhas e dos seus moradores, ou seja, eles acabam sendo produtos desse evento que acaba beneficiando os grupos interessados e concentrando a renda nas mãos dos investidores atraídos pelo potencial das ilhas, colocando o patrimônio em risco por meio de promoção. Esses eventos divulgam, ou seja, colocam à “venda” a qualquer custo, atraindo investidores estrangeiros e ilude os moradores com promessas de melhorias que nunca chegam. O evento maior desse porte, sem desenhos seguros e sem participação de forma integrada da comunidade em todas as etapas, desde serviços e produtos do turismo, oferece um risco maior, tanto de capacidade de carga que essas Áreas Protegidas terão que aguentar anualmente, sendo que a tendência do número de visitantes é aumentar com o tempo, como também vai contra os princípios e modos de vida locais.

Diante disso, os interesses virados para essas ilhas, principalmente de Bubaque, exige atenção redobrada por parte do Estado para salvaguardar os focos de atenção e atração em prol das ilhas e dos seus habitantes.

Ao falar das ilhas Bijagós, a ideia predominante entre as pessoas, e até no domínio das políticas públicas, é de um lugar com uma função específica, sendo fixo e propício para desenvolvimento do turismo (SEMEDO, 2015). O autor ainda enfatiza que,

[...] o pior é que ninguém recorda e muito menos procuram compreender que atrás das 88 ilhas e ilhéus encantadoras e encravadas nas margens do atlântico estão os valores ancestrais seculares da tradição bijagós que têm contribuído para a conservação do rico ecossistema circundante [...] (SEMEDO, 2015, p. 82).

Durante várias décadas, vêm sendo implantadas as políticas públicas no sentido de estabelecer uma base sólida e eficaz para uma sociedade socialmente justa, para obtenção de diversos objetivos da coletividade. No entanto, a cidade de Bubaque não ficou de fora dessa necessidade para organizar o turismo de forma econômica, social e sustentável em benefícios dos seus moradores.

A etnia Bijagós é conhecida pela lealdade, gentileza, honestidade, respeito pelo outro e, sobretudo, pelos mais velhos. Este grupo étnico é uma referência na Guiné-Bissau.

Segundo Cardoso (2013),

A etnia Bijagó produz e reproduz, historicamente, as suas práticas costumeiras de administração tradicional política, que se refletem no seu modo e estilo de vida coletiva de forma, relativamente isolado do continente. Com base nessa cooperação social e relações próprias com a natureza, eles se diferenciam, sob o ponto de vista sociocultural, socioambiental e sociopolítico, das outras etnias guineenses, desempenhando, assim, um papel fundamental na sustentabilidade ambiental de áreas hoje consideradas protegidas do arquipélago, pois, não tem como dissociar o homem bijagó do meio ambiente (CARDOSO, 2013, p. 11).

Na sociedade Bijagós, ainda prevalece uma grande quantidade de ritos de cerimônias tradicionais, relacionados em grande parte ao meio ambiente e à cultura, visto que estes merecem atenção do Estado para sua preservação e conservação, uma vez que o turismo faz o seu uso.

Entretanto, com a presença do turismo na cidade de Bubaque, têm aparecido vários problemas, como os assaltos, que se tornaram frequentes, os quais esse povo desconhecia; conflitos de interesse entre os empreendedores e os habitantes de algumas ilhas em relação à proibição de circulação em alguns lugares sagrados pelos bijagós, espaços que são considerados pela comunidade como sagrados e que, de acordo com a cultura local, não deve ter presença de seres humanos. O exemplo disso é a instalação de empreendimentos turísticos internacionais nas praias de reprodução das tartarugas, a exemplo da Ilha de João Vieira, que possui um pequeno empreendimento turístico francês. Outro problema social relaciona-se com a prostituição e o tráfico de drogas (OZORIO; DE LIMA, 2019) decorrentes das práticas turísticas praticadas e, de modo particular, a exploração sexual dos turistas se verifica, principalmente com a camada juvenil, tanto de fora quanto os residentes. Sem deixar de mencionar a pesca de algumas espécies vulneráveis, tanto esportivas, voltadas ao turismo, quanto comerciais de nativos e pescadores dos países vizinhos. Uma importante repercussão social dessas transformações pode ser observada também pela inserção da mão de obra precária local, fazendo com que essas pessoas abandonem seus trabalhos artesanais e culturais que faziam antes para trabalhar nos empreendimentos.

Dessa forma, o setor turístico tem contribuído para surgimento de problemas nas ilhas de Bubaque,

Em Bubaque, pólo de atração para os jovens de Arquipélago insatisfeitos com a vida nas aldeias, a presença dos turistas combina com a fraca capacidade de absorção do setor turístico contribuindo para o desenvolvimento de comportamento desviantes tais como o roubo, a mendicância, a prostituição, o tráfico de drogas [...] (PLOLET, 2011, p. 60).

Esses efeitos perversos se encontram relativamente em nível limitado, mas poderão progredir ao longo do tempo com o aumento dos turistas (POLET, 2011). Pensando nessa lógica e na população com tradição e costumes ainda preservados e ameaçados pelo turismo, faz-se necessário criar uma política pública de TBC que determine ações bem definidas estrategicamente para implementar e decidir com seriedade as decisões tomadas com participação dos moradores na formulação dos roteiros turísticos para acabar ou minimizar esses problemas e traçar ações para enfrentar os desafios posteriores que sempre haverá, isto é, para salvaguardar o patrimônio natural e cultural local, cuidando, automaticamente, do bem estar da comunidade tradicional.

Além do mais, como a Ilha de Bubaque é considerada a cidade do arquipélago, a mais destacada em termos econômicos e turísticos, ou seja, a mais “desenvolvida” em relação às demais ilhas, no que concerne à circulação de divisas, que influencia algumas mudanças de comportamentos, principalmente na camada juvenil; pois alguns acabam não seguindo as tradições, como manda a cultura local, em nome da “modernidade”, e, para piorar, a ilha é usada como rota de tráfico de drogas para a Europa, fato que vem repercutindo em uma imagem negativa do local.

O atual cenário turístico de Bubaque vem sendo motivo de preocupação dos moradores, no que diz respeito a essas alterações no meio ambiente e no comportamento social local, tudo em prol do “desenvolvimento econômico”, que segundo os autores, Araújo e Gelbcke, (2008),

O desenvolvimento econômico contribui para degradação da biosfera e e degeneração psicossocial em termos efetivos, mentais e morais. O processo de mercantilização capitalista implica valores monetários a todas as coisas e relações. A questão é que essa dinâmica não é capaz de conciliar a necessidade do desenvolvimento econômico com as necessidades dos indivíduos e do planeta. Ou seja, a mercantilização das esferas da vida é incompatível com a ética necessária para superar as crises (ARAÚJO; GELBCKE, 2008, p. 363).

No entanto, no maior centro turístico do arquipélago, a ilha de Bubaque, o turismo aparentemente revela que não beneficia a população local, mas apenas o setor privado que trabalha direta ou indiretamente com turismo, o que foi confirmado durante a pesquisa nos depoimentos dos seus moradores (DJASSI, 2012). Essa preocupação explica a exposição dos habitantes da cidade com relação às ameaças que as atividades turísticas representam em relação ao meio ambiente e à cultura local, preservado durante muitos anos e passado de

geração a geração, motivo de apelação da comunidade em proteger seus recursos valiosos herdados dos seus ancestrais.

O visível abandono das infraestruturas, principalmente dos casarões coloniais (cf. Figura 21); da degradação da pista de aterrissagem, colocando a vida dos turistas em risco que até hoje funciona com voos de Bissau⁴⁰ para Bubaque; abandono de praias que estão sendo consumidas pelas erosões e a falta de meios de transporte regular, demonstra o quanto é indispensável a formulação de políticas de turismo, focadas na capacidade por sanar os conflitos atuais gerados por essa atividade.

Figura 21 – Casarões do período colonial arruinados



Fonte: https://saiporai.com/2016/06/12/guine-bissau-e-o-arquipelago-dos-bijagos/img_9729/#main

Para Castro e Falcão (2004, p. 53), a política “[...] compreende um conjunto de esforços empreendidos pelas pessoas que objetivam participar do poder ou influenciar a distribuição do poder [...]”. A necessidade de formulação de políticas de turismo e planejamento turístico de qualidade são meios encontrados para reduzir os impactos negativos advindos das práticas turísticas. Assim, leva a entender claramente a importância do desenvolvimento de políticas públicas, eficazes, capazes de fomentar e promover as atividades turísticas, de forma sustentável, por meio das diretrizes políticas e operacionais integrais.

⁴⁰ Bissau é o nome da capital da Guiné-Bissau.

Segundo Ozga (*apud* MACEDO; ARAÚJO, 2009),

[...] as políticas públicas constituem um terreno de contestação, um campo de negociação e de lutas entre os diferentes grupos envolvidos, não se restringe apenas às ações governamentais, adotada para a consecução de determinados objetivos. (OZGA *apud* MACEDO; ARAÚJO, 2009, p. 52).

Assim, entende-se que, para alcance de políticas públicas, é necessário a iniciativa tanto de lutas de grupos envolvidos quanto da vontade do Estado em estabelecer as normas necessária para atingir os objetivos. No caso da Guiné-Bissau, não faltou a vontade e luta das ONGs e associações da comunidade de Bubaque em implementar um turismo que respeite e valorize o meio ambiente e a cultura local, ao mesmo tempo em que seja rentável economicamente para a comunidade, diminuindo, assim, a pobreza, por ser um dos seus objetivos.

A falta de políticas públicas eficientes pode afetar negativamente todos os cidadãos, independentemente do nível da escolaridade, sexo, raça, região ou nível social, uma vez que tem como função principal promover o bem-estar da sociedade.

De acordo com Cruz (2000), uma política pública de turismo pode ser percebida como um conjunto de finalidades, diretrizes e estratégias instituídas e ou ações definidas, no domínio do poder público, em benefício do objetivo geral de alcançar e, ou da continuação ao pleno desenvolvimento da atividade turística numa determinada região.

No caso da Guiné-Bissau, é necessário que tenha políticas públicas seguras e de qualidade que possam contribuir de forma positiva, em detrimento do que vem sendo visível na realidade da sociedade guineense, situação alarmante e preocupante num país que dispõe de potencial natural e cultural, que pode transformar vidas de várias pessoas e direcionar a economia do país, acelerando para o nível positivo e significativo na base de uso sustentável.

Para Dias (2003, p. 121), a política pública de turismo é como “[...] o conjunto de ações executadas pelo estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade [...]”. Como o autor bem explica, o estado tem toda autoridade de determinar normas para controlar as áreas protegidas pelo estado, mas não de forma contrária, como tem sido observado que o governo da Guiné-Bissau pouco investe e se interessa pelo turismo do país e muito menos das ilhas, principalmente Bubaque. Esta última é a que mais recebe turistas e tem tudo para se desenvolver, em virtude do seu potencial ainda intacto, com setor privado funcionando sem preocupação com o bem-estar da comunidade e com o crescimento local.

Assim, com turismo desorganizado no arquipélago e inclusive na ilha de Bubaque, 33 Polet (2011), em seu trabalho, aponta os impactos gerados pelo turismo: a) pressão fundiária que enfraquece a soberania dos nativos sobre os territórios, ameaçando os espaços sagrados ou produtivos dos bijagós; b) inúmeros conflitos no seio das comunidades e, também entre os operadores e habitantes; c) ausência de mão de obra local na gestão da atividade turística; d) baixa taxa de emprego direto, não obstante precária; e) concentração de renda; f) perda de união social; g) estímulo para folclore para atender à demanda de entretenimento para os turistas por “autenticidade” ; h) gestão inadequada do lixo; i) enfraquecimento das regras comunitárias de gestão de recursos naturais, entre outros.

Haja vista que a prática turística está na fase embrionária, medidas eficientes de planejamento estratégico, ordenamento e controle que orientem o desenvolvimento duradouro precisam ser implementadas com urgência com o objetivo de garantir o uso sustentável local e a inserção da comunidade local na tomada de decisão e gestão das atividades turísticas em todos os processos, caso contrário, corre-se o risco de eternizar-se um modelo de turismo devastador, concentrador, promotor de desigualdades e de impactos socioambientais. Neste caso, a política de turismo é indispensável para seu avanço e a sua melhoria numa determinada localidade, por isso, deve sempre trabalhar com ações da conscientização por meio das políticas públicas ligadas aos agentes das instituições públicas, setores privados e comunidade envolvida.

O turismo de Bubaque tende a piorar, se o panorama atual continuar com esse abandono total e visível por parte do setor público, que afeta negativamente o desenvolvimento turístico sustentável.

O TBC seria um turismo organizado em perfeita combinação com o estilo de vida de todo o arquipélago, em específico, dos Bijagós de Bubaque, uma vez que este é voltado para a defesa da população local e vai se alinhando com oferta de produtos, serviços e passeios diferenciados, diversão, de acordo com os valores dos moradores, priorizando valores culturais, rústicos e não luxuosos, baseados na sustentabilidade. Dessa maneira, pretende-se encontrar meios inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, voltado para troca de experiências e não somente do consumo, fortalecendo, assim, a valorização cultural e de amizade.

Nesse sentido, Coriolano (2009) destaca que “[...] no Turismo de Base Comunitária, a estratégia busca o desenvolvimento para comunidades, e que este desenvolvimento não é aquele ligado apenas para dimensão econômica, mas sim social [...]”. Dessa maneira, o desenvolvimento na comunidade se apresenta como uma prática importante em relação a

vários motivos, especificamente, as possibilidades de criação e estruturação de novos roteiros e destinos turísticos de pequena dimensão, capazes de contribuir como uma opção complementar de geração de divisas.

O desenvolvimento local corresponde a um novo enfoque do desenvolvimento, baseado em recursos endógenos (humanos, naturais, de infraestrutura), “[...] capaz de estimular e fomentar o seu crescimento econômico, criar emprego, renda, riqueza, e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade local [...]” (PEREZ; CARILLO, 2000 *apud* IRVING, 2009, p. 112-113).

Assim, para Mitraud (2003 *apud* PERALTA, 2012, p. 06), “[...] o turismo comunitário ou turismo de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão [...]”.

Pode-se ariscar afirmando que o manejo e cuidado com os recursos naturais são as maiores qualidades dos Bijagós porque o compromisso, a responsabilidade e a capacidade de conservação, tanto da natureza quanto da tradição e costumes, nascem, crescem, vivem e morrem com os indivíduos bijagós, ou seja, estão enraizados, valorizados e são ensinados de geração em geração.

No entanto, o TBC, tanto para o Arquipélago Bolama-Bijagós, quanto para, especificamente, a Ilha de Bubaque, traria mais controle e conservação dos costumes, resgatando, assim, a cultura e, por fim, minimizando a pobreza local. Para isso, é indispensável que tenha um planejamento, no sentido de alcançar e implantar um turismo de base comunitária baseado no estilo de vida da comunidade. Faz-se necessário também trabalhar em conjunto, unindo a sinergia entre Estado, Organizações Não Governamentais, que lutem pela mesma causa, e comunidade local, como também dos operadores locais para concretizar essa proposta.

De acordo com Gee e Fayos-Solá (2003),

O planejamento [...] envolve várias partes, com diferentes perspectivas, inclusive órgãos governamentais, investidores e empresários privados. Além disso, os governadores esforçam-se cada vez mais para atingir a participação pública, através do envolvimento de comunidades locais ou de seus representantes no planejamento. (GEE; FAYOS-SOLÁ, 2003, p. 213).

O planejamento auxilia e facilita as ações do governo e do setor privado em qualquer que seja o aspecto, com a inserção da responsabilidade da comunidade nos cuidados da cidade, proporcionando, assim, uma estrutura com base em instrumentos e normas legais, a fim de alcançar os resultados esperados de uma política pública.

As políticas públicas do turismo, na Ilha de Bubaque, não se viabilizam devido às sucessivas crises políticas, institucionais, administrativas e golpes militares em que o país está mergulhado, desde a sua independência até o período presente. Fatos que dificultam o normal funcionamento das instituições, conseqüentemente, a não execução e avanços nas políticas públicas em diferentes áreas sociais. Há ausência de um quadro normativo e legal de infraestrutura, de recursos humanos qualificados, de estabilidade política para desenvolvimento de projetos de curto e longo prazo.

Atualmente, tanto as ONGs quanto as associações nacionais e internacionais trabalham na perspectiva de um turismo solidário, alternativo, integrado, ecológico, sustentável e familiar para o arquipélago dos Bijagós, principalmente para Ilha de Bubaque, que é o principal destino turístico da região, por meio da mobilização, com o objetivo de promover um turismo voltado pela valorização social e ambiental, ou seja, o que indica, em sentido geral, que seria um turismo de base comunitária.

3.2 SÍNTESE DOS POTENCIAIS E ATRATIVOS TURÍSTICOS DA ILHA DE BUBAQUE E AS CONDIÇÕES EXISTENTES DA INFRAESTRUTURA LOCAL

Para que a atividade turística ocorra, é necessário que tenha oferta e demanda para acontecer. Dessa maneira, uma parte é constituída pela oferta de serviços e produtos turísticos, e a outra, a demanda de turistas. Portanto, outras atividades já existentes numa localidade turística são incorporadas pelo turismo, assim, essas atividades podem ser denominadas de produção associada ao turismo, definida pelo Ministério do Turismo como,

Qualquer produção artesanal industrial, ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor aos produtos turísticos. São as riquezas, os valores e os sabores (...). É o *design*, estilismo, tecnologia: moderno e o tradicional. É ressaltar o diferencial do produto turístico para incrementar suas atividades (BRASIL, 2011-m, p. 13).

Em relação a esses produtos, “[...] seus processos produtivos [...] são partes integrantes da economia local, para adequá-los ao mercado e ao processo de comercialização, do turismo, tornando-os componentes da atividade dos destinos, qualificando e diversificando a oferta turística [...]” (BRASIL, 2011-m, p.13).

O artesanato e produção agropecuária são alguns exemplos de produtos que podem ser desenvolvidos e aprimorados para ser associados ao turismo. (...) as atividades e os segmentos econômicos considerados produtos associados são muitos, podendo

até mesmo apresentar caráter intangível (como a “sabedoria popular”) e a temporal (como uma festa religioso). Deste modo, as manifestações culturais também são consideradas um produto associado ao turismo, pois ilustram a tradição popular e a identidade de uma determinada localidade ou região (BRASIL, 2011-m, p.13).

Nesse sentido, a ilha de Bubaque dispõe de diversas atividades que podem ser oferecidas aos visitantes, para isso, as comunidades necessitam de amplos conhecimentos a respeito das experiências turísticas, a fim de usá-los para conferir criatividade aos seus produtos. No entanto, o turismo de base comunitária é uma possibilidade que permite a comunidade de impedir as possíveis surpresas, como efeitos negativos de decisões ou ações externas que podem vir a interferir nos interesses dos nativos.

Para isso, o primeiro passo para o desenvolvimento turístico local passa pela concordância e o entendimento do turismo por parte da comunidade, como também das suas potencialidades e atrativos.

Nesse caso, seria a melhor possibilidade para Ilha de Bubaque, visto que os bijagós “[...] conceitualizam o sagrado na sua relação com a natureza como algo que cobre toda a esfera da sociedade, e que sobretudo é preexistente à vida das pessoas [...]” (SARAIVA, 2015, p. 12). Além do mais, os rituais e cerimônias tradicionais e religiosos estão relacionados, em sua maior parte, à vida selvagem.

Sendo assim, destaca-se as potencialidades e atrativos do patrimônio ambiental da Ilha de Bubaque, conforme consta no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Resumo do Patrimônio Ambiental da Ilha de Bubaque

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Flora	
Fauna	Avifauna, Hipopótamos etc
Entrada-Parque	Entrada - Parque - Parque Nacional das Ilhas do Orango (PNO) - Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão (PNMJVP) e a Área Marinha Protegida comunitária das ilhas de formosa Nago e Cheiã-Urock
Praias	Bruce Escadinha

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como sempre, nas atividades turísticas, procurou-se um caminho histórico que envolve a região e, especialmente, a Ilha de Bubaque para aprofundar as suas características como uma comunidade tradicional.

A enorme riqueza do arquipélago dos Bijagós não se limita aos recursos naturais, pois se expandiu ao imenso patrimônio histórico material e imaterial, arquitetônico e cultural existente na região (SEMEDO, 2016).

Bijagó é, ainda, uma etnia que, atualmente, se preocupa com a preservação da sua identidade cultural, dessa forma, as artes e artesanatos da Ilha de Bubaque (Quadro 2) apresentam possibilidade de serem potencializados e, alguns, vendidos aos turistas, exceto aqueles com significado simbólico forte e sagrado da tradição local e que são restritamente para uso da tradição local. Assim, a organização da síntese está apresentada no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Resumo do Patrimônio Cultural Material da Ilha de Bubaque

CATEGORIAS		SUBCATEGORIAS
Artesanato	Utilitário	Saia Bijaó; Saia de Defunto; Cinta (banda di barriga) Canpa de remo; Casa; Chifre de vaca e outros.
	Lúdico	Pis Berga; Barco; Pis serra; Cabeça de vaca a (mugut); Tubarão e outros.
	Sagrado	Kassique; Erandy; Nepat; Bumbulum (éboro e ébonkabonka); Tambores; (iangaram e n'ghato) (Bengala (Enchia); Darga de Kabaro.
Arquitetônica	Casa	Formato circular e/ou quadrangular com apenas uma entrada, sem saída na traseira, o dono entra e sai pela mesma porta.
Edifícios coloniais		Casarões, onde funcionavam antigas instituições no período colonial portuguesa, neles está guardada a memória da presença da colônia portuguesa.
Museu		Museu “Padre Biasutti”, aberto desde 2009 com exposição ao público, possui diversas peças sobre a cultura e o cotidiano dos bijagós, nele há itens que representa a união entre arte e o sagrado. Nesses museus, pode-se encontrar as peças como máscaras, usadas em rituais de danças e outros tipos de adornos colecionados ao com passar dos anos pelo Padre Luigi Scantamburlo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da SEMEDO (2016).

Por meio do disposto no material teórico que derivou na revisão de literatura de fontes secundárias, somada com à verificação *in loco* (em trabalho de campo realizado em 2012), foi possível sintetizar, no Quadro 3 seguinte, o patrimônio cultural, imaterial, da Ilha de Bubaque.

Não tem como se falar da etnia bijagós sem associá-la com os rituais, cerimônias tradicionais e religiosas. Apesar das ligeiras distinções dentre as ilhas, ainda prevalece a produção e reprodução dos saberes da tradição ancestral religiosa e cultural bijagó que ainda é

intensamente marcante nas suas manifestações cotidianas. As manifestações sociorreligiosas do homem bijagó têm uma profunda ligação com mecanismos de gestão e acesso aos recursos (terra, floresta e mar) (SEMEDO, 2016).

Quadro 3 – Resumo do Patrimônio Histórico Cultural Imaterial da Ilha de Bubaque
(continua)

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	
Manifestações Religiosas Bijagós (animista)	Vestimenta	Saia Bijagó; blusa, Saia de defunto; Banda de barriga (cinta); Búzios e outros.
	Instrumentos	Tambor; <i>Bumbulum</i> e cabaças etc.
	Imaginário	Peças, máscaras de adornos e outros
	Edificação	Na Terra, Floresta e Mar; Sítios Sagrados; Ilhas; Praias; Matas; Pontas de Fanado (iniciação); Balobas; Caminhos; Casa - tem significado sagrado, simbólico-transcendental que vivos os vivos aos seus mortos. É um lugar espiritual, um patrimônio cultural familiar e um sítio arqueológico familiar secular.
	Outros objetos	Bandeiras.
Formas de expressão		Língua Bijagó; Ritos espirituais e de iniciação; <i>Toka – tchur</i> (um festejo em homenagem a uma pessoa após sua morte); Dança - força, beleza e <i>performance</i> (homens e mulheres).
		Dança - imitação, admiração, interação com as forças da natureza; Dança - imitação de qualquer tipo de animais e o meio de transporte; Cantiga – no caso bijagó consegue agregar um conjunto de manifestações para transmitir o sentimento de alegria ou tristeza espirituais e naturais para declarar admiração ou repúdio de um acontecimento social na comunidade.
Celebrações		Festival de Bubaque, maior festival de músicas da Guiné-Bissau, com duração de três dias no arquipélago dos bijagós que acontece todos os anos no fim de semana de pascoa na cidade de Bubaque; 01 de maio, dia Internacional dos Trabalhadores, a ilha de Bubaque recebe muitos visitantes nacionais oriundos da capital do país (Bissau).

Quadro 3 – Resumo do Patrimônio Histórico Cultural Imaterial da Ilha de Bubaque
(conclusão)

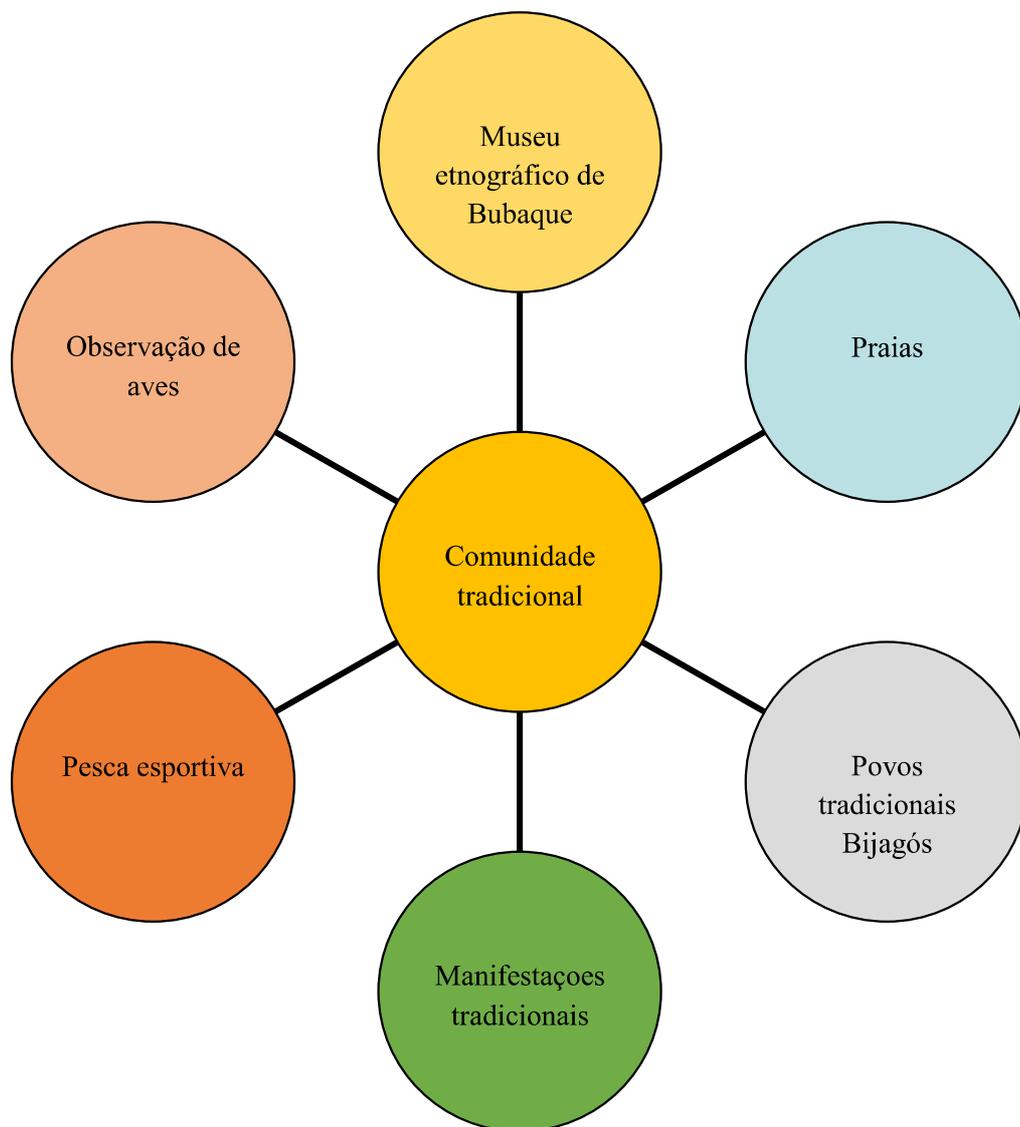
CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	
Formas de expressão		Crioulo, língua falada na Guiné-Bissau (músicas e danças); Exibição folclórica, língua étnica bijagó (músicas e danças); Músicas nacionais de todos os estilos nacionais com bandas musicais renomados do país (Cobiana e Mamadjombo); Músicas internacionais com músicos internacionais.
Músicas		Língua (bijagó)
Danças		Danças típicas bijagós, Kunderé e outros.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da SEMEDO (2016).

Esses dados podem contribuir muito para o aumento do conhecimento dos gestores da comunidade, como também dos gestores do governo central, caso almejem ao Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

Perante o exposto nesta pesquisa, a Ilha de Bubaque define-se como cidade cultural, visto que, a partir da mesma, derivaram-se outras potencialidades turísticas (Figura 22) que constituem os seus limites geográficos e as relações efetivas dos bijagós de Bubaque com lugar. *A priori*, compõem as demais potencialidades os saberes e valores culturais tradicionais do homem bijagó se construíram, cujos fundamentos se baseiam a partir de uma ação racional de gestão tradicional e uso racional dos recursos que visam garantir meio de subsistência e de empoderamento sociocultural local. No entanto, apresenta-se uma classificação que pode acarretar um possível inventário mais preciso das instituições que o compõem.

Figura 22 – Potencial Turístico da Ilha de Bubaque



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em resumo, os potenciais turísticos existentes na Ilha de Bubaque estão presentes em sua diversidade ambiental e cultural, motivo porque há também diversidade de produtos a serem ofertados aos turistas. Tal diversidade estabelece estratégias que poderá atender diversas motivações de viagens. Contudo, existem outros dados a se considerar, como a questão da infraestrutura, conforme pode ser observado na próxima parte deste estudo.

O principal acesso à Ilha de Bubaque se dá pela via marítima, já que possui o principal porto para desembarque (cf. Figura 23) dos visitantes e moradores e demais ilhas da região. Além disso, é também a única que possui pista de pouso de aeronaves que fazem voos partindo do principal aeroporto do capital do país (Bissau) para cidade de Bubaque. Tais fatos são importantes, visto que Bubaque poderá receber turistas nacionais e internacionais, devido

à sua importância histórica, cultural e ambiental, dependendo de uma boa estratégia de *marketing*.

Figura 23 – Infraestrutura do porto de Bubaque, vista de chegada



Fonte: <https://www.odemocratagb.com/?p=32051>

Visivelmente, o atual estado do porto se encontra numa situação precária, sem a mínima condição ou estrutura adequada de espaços cobertos para recepção das pessoas e, muito menos, sinalização e posto de informações turísticas para orientar os visitantes.

Figura 24 – Movimento massivo no porto de Bubaque com chegada do navio



Fonte: <https://saiporai.com/sobre-o-blog/>.

De acordo com o Plano Diretor Regional do Turismo Responsável para a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós, a mesma foi criada em virtude da região apresentar potencial turístico, exuberante beleza faunística e florística, como também fluxos de turistas e visitantes na região. Isso requer implementação de melhorias, com o objetivo de criar infraestrutura de apoio ao turismo ecológico, pesca esportiva, levando em consideração a elaboração de planos e projetos. Dessa forma, visa-se à conservação das características ecológicas do espaço, enquanto patrimônio cultural e natural, de forma sustentável.

Apesar da elaboração do Plano Diretor Regional do Turismo Responsável para a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós ter sido criado recentemente, em 2020, até o período deste estudo, não foi constatada nenhuma ação programada, já que é uma estratégia relevante para o fortalecimento da atividade turística em Bubaque e na região para desenvolvimento do turismo responsável.

Figura 25 – Dia da feira de Bubaque com exposições dos produtos locais



Fonte: <https://saiporai.com/sobre-o-blog/>

A Ilha de Bubaque apresenta escassez em relação aos equipamentos e serviços turísticos locais e os que existem necessitam de melhorias de infraestrutura e qualificação. Isso se deve à ausência de produtos turísticos⁴¹, ou seja, as atividades realizadas ainda não estão bem organizadas e nem sendo comercializados por agências de turismo. Assim, a utilização de serviços, como hospedagens, transporte e alimentação se desenvolvem num ritmo lento.

⁴¹ Produtos turísticos refere-se a um conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos que viabilizam o destino: transporte, recreação, agenciamento, entretenimento, eventos, alimentação e recepção em um ou mais municípios ofertados de forma organizada.

Figura 26 – A principal via terrestre de acesso à praia de Bruce em Bubaque



Fonte: <https://saiporai.com/sobre-o-blog/>

Essa via não só dá acesso à maior e principal praia, como também a alguns hotéis localizados à beira da mesma praia.

Na cidade de Bubaque, existem pontos positivos e negativos (Quadro 5) em relação à oferta turística e serviços públicos, de modo que as fragilidades expostas podem afetar a experiência turística. Essas informações foram coletadas nas documentações e também nas pesquisas realizadas *in loco*, em 2012.

No entanto, a praia de Bruce, sendo a maior e a principal praia da cidade, também se caracteriza por ser um dos principais atrativos locais, ainda que seu acesso seja complexo. Essa praia fica a 18 km da ilha, possui uma extensão de areia branca e de água serena, com palmeiras e um denso mato perto do mar. Para ter acesso tanto à praia quanto aos hotéis, os turistas precisam improvisar uma moto ou veículos que façam esse tráfego, uma vez que não existem transportes regulares para esse fim.

Figura 27 – Praia Bruce localizada na Ilha de Bubaque



Fonte: Própria autora (2012).

Observa-se que ainda que exista potencial turístico em Bubaque, a atividade ainda se apresenta em um ritmo lento. Mesmo assim, na estação da seca, a cidade recebe turistas que, em sua grande maioria, procuram a pesca como atividade esportiva, bem como a observação de aves no banco d'areia da praia e o banho de praia.

Vale destacar que Bubaque recebe turistas com diferentes motivações de viagens, dentre os quais existem os que se interessam em fazer troca de experiências, aprender e vivenciar a cultura local nas tabancas (aldeias), como se pode observar na Figura 28 seguinte, que revela a vontade de um turista em viver a experiência real do modo de vida local. Essa experiência autêntica entre turista e morador se apresenta como o principal atrativo e, em relação à ilha, esta pode ser aperfeiçoada por meio da implementação do TBC para atender a esse público com preocupação socioambiental em busca de tal experiência.

Na Ilha de Bubaque, há também diversidades de produtos alimentícios, como comidas e bebidas típicas. Dentre as bebidas, destaca-se o vinho de palma, que é uma das bebidas locais tipicamente tradicional,⁴² e se apresenta como um dos atrativos alimentares que os visitantes consomem para se deliciar do sabor local.

⁴² Vinho de palma, ou melhor, vinho palmo, como é conhecido tradicionalmente na linguagem crioulo, se encontra também em vários cantos do país, é extraído diretamente da seiva da palmeira. Logo que é retirado da palmeira, ainda é doce, podendo ser inicialmente tomado e, com o tempo, vai apresentando teor de álcool.

Figura 28 – Turistas vivenciando o modo de vida local



Fonte: <https://www.booking.com/hotel/gw/bubaque-island-bubaque.pt-br.html?activeTab=photosGallery>

Figura 29 – Extração e consumo de vinho tradicional de palma diretamente da palmeira

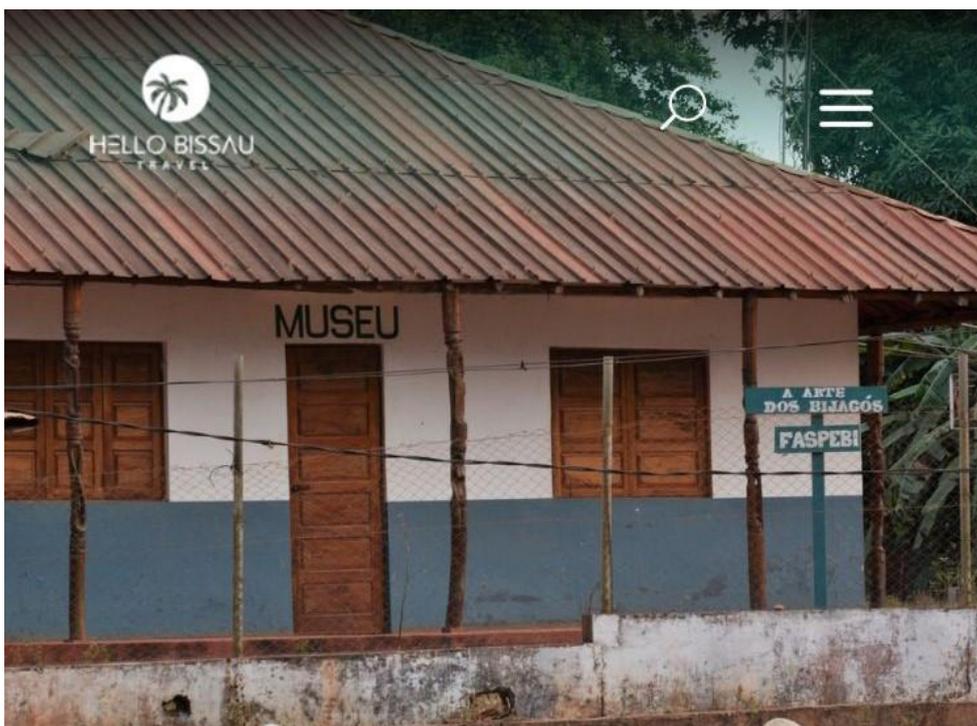


Fonte: <https://meusroteiros.com/arquipelago-de-bijagos-guine-bissau-africa/>

Não obstante, a comunidade também possui um museu etnográfico para visita dos visitantes e para preservação da memória da cultura e tradição local.

Entretanto, com a criação de políticas pública com as devidas estratégias do TBC, o museu pode passar a receber turistas com mais frequência, trazendo, assim, um retorno significativo para a comunidade e para a melhoria da estrutura do local e do acervo.

Figura 30 – Museu etnográfico de Bubaque



Fonte: <https://www.hellobissau.co/visit/museums/bubaque-museum/>

Figura 31 – Interior do acervo do museu etnográfico de Bubaque



Fonte: Fonte: <https://www.hellobissau.co/visit/museums/bubaque-museum/>

A análise foi ajustada segundo as orientações das ações e medidas do Plano Diretor do Turismo Responsável para Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós, na Guiné-Bissau, um modelo que orienta o desenvolvimento do Turismo Responsável em consonância com o ordenamento territorial da RBABB, incluindo a cartografia dos sítios de interesse ecológico, científico e sagrado para fortalecimento das potencialidades, assegurando a salvaguarda integral dos ecossistemas e a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Figura 32 – Empreendimento turístico Dakosta Island Beach na praia Bruce



Fonte: <https://br.trip.com/hotels/bubaque-hotel-detail-9825452/dakosta-island-beach-camp/>

Figura 33 – Fachadas de acesso de hospedagem e restaurante turístico na praia de Bruce



Fonte: <https://meusroteiros.com/praiado-bruce-bubaque-guine-bissau/>

Bubaque apresenta atrativos, potenciais e respectiva infraestrutura que são fatores suficientes para atrair turistas a visitar os aspectos culturais, ambientais e históricos. Nesse intuito, estabelece-se, em diversos segmentos, como o turismo cultural, ecoturismo, turismo científico, pesca desportiva, entre outros. A Bubaque conta com uma estação da seca, com um clima favorável e tropical do país, que é um fator motivador para atrair os turistas europeus a conhecer ou retornar à ilha, mas poderá ser trabalhado em diversos produtos do ano para fortalecer tanto turismo internacional quanto nacional.

Quadro 4 – Resumo da análise geral do destino turístico de Bubaque

(continua)

Categorias	Pontos positivos	Pontos negativos
Atrativos potenciais	Comunidade tradicional de Bubaque – Bijagós de Bubaque	Aumento de apropriação imobiliária e descaracterização da comunidade tradicional
		Conflitos internos entre pessoas da comunidade provocada pela atividade turística
	Faz parte da Reserva da Biosfera e das Áreas protegidas de Bolama-Bijagós pela Unesco	Ocupação dos espaços sagrados pelo turismo
	Centro de logística e distribuição dos turistas para demais ilhas	Prostituição
	Diversidade de atrativos culturais	Imagem negativa do país no exterior
	Potencial para pesquisas científicas	
	Importância da região no cenário nacional e internacional	Falta de dados estáticos de demanda turística local
	Diversidade de atrativos naturais	
	Museu etnográfico de Bubaque	
	Paisagens exuberantes	
Categorias	Pontos positivos	Pontos negativos
Serviços Turísticos	Existência de meios de hospedagem e restaurantes	Ausência de equipamentos turísticos
		Ausência de mão de obra qualificada
		Não existe sistema eletrônico com função de cartão de crédito ou débito e nem caixas eletrônicas de bancos
Outras infraestruturas	Há energia elétrica	Rota de tráfico de droga para Europa
	Há água potável	Insuficiência de coleta de lixo
	Sala de espera de embarque na pista da decolagem e pouso	Não há rede de esgoto
	Rádio comunitária de Bubaque	Sistema de saúde precária
		Fornecimento limitado de energia e água potável
		Aumento de outras religiões que denigrem crenças animistas predominantes na região
		Abastecimento de água potável limitada
		Infraestrutura precária de sala de espera de embarque

Quadro 4 – Resumo da análise geral do destino turístico de Bubaque

(conclusão)

Categorias	Pontos positivos	Pontos negativos
Acesso	Entrada da visitação externa para Parque Nacional das Ilhas do Orango (PNO), Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão (PNMJVP) e a Área Marinha Protegida comunitária das ilhas de formosa Nago e Cheiã-Urock.	Ausência de sinalização e posto de informação turística
	Acesso fluvial	Falta de asfalto nas estradas e ruas
	Acesso aéreo	Não há transporte público com tráfego regular para aldeias e praias
		Falta de pavimentação da pista de decolagem e pouso de aeronaves
Política pública e planeamento	Boas condições favoráveis para atrair recursos financeiros	Síte do Ministério do Turismo inativo
	Elaboração de uma política nacional de ecoturismo	Fragilidade das legislações do turismo responsável
	Ampla rede de parcerias institucionais e internacionais no âmbito da conservação	Baixo nível de desenvolvimento do turismo nacional
	Plano Diretor Regional do Turismo Responsável para a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós, Guiné-Bissau	Falta de plano diretor do turismo para a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós
	Presença do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas no apoio ao ecoturismo	Falta de política nacional do turismo
	Interesse da comunidade no turismo sustentável	Não existem instalações e nem instância de governança regional do turismo, tendo apenas um agente encarregado de fazer cobranças das taxas
	Forte presença e relação das ONG's com comunidades como Tiniguena, dentre outras	Inestabilidade política, militar e econômica do país

Fonte: Elaborada pela autora com base em Ozorio e De Lima (2019).

3.3 PROPOSTA PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA DE BUBAQUE

A pergunta que direcionou esta dissertação foi: Qual tipo de turismo praticado no arquipélago Bolama Bijagó, no caso, da Ilha de Bubaque, e quais são os recursos naturais e culturais capazes de promover o turismo de base comunitária com a participação integral e efetiva da comunidade? Até aqui, a pesquisa realizada revelou que o turismo praticado na Ilha de Bubaque é convencional, desorganizado e predatório, e que existem, sim, património ambiental e cultural, e a comunidade tradicional Bijagós.

Apesar de todos esses potenciais, a taxa de visitação a Bubaque é extremamente baixa, visto que o segmento majoritário na região é da pesca esportiva. Assim, as Ilhas de Bubaque e de Rubane são as que mais abrigam os empreendimentos turísticos que desenvolvem esse segmento. Isso faz com que Bubaque fique numa posição excepcional, recebendo, com isso, a visitação do público internacional, como também domésticos, oriundos de Bissau (capital). Estes últimos procuram a ilha para passar fins de semana, sendo residentes guineenses com maior poder aquisitivo e estrangeiros que vivem e trabalham no país (OZORIO; DE LIMA, 2019).

No entanto, a sua posição geográfica e logística torna-se um fator social e dinâmico importante de circulação das pessoas, uma vez que isso faz da cidade uma rota principal de quase todos os visitantes que chegam ao arquipélago à procura de serviços, atrativos diferentes ofertados nas demais ilhas da proximidade, como para visitas das AMPs que recebem pescadores esportivos e ecoturistas interessados na observação de fauna e na cultura bijagó. Há também o Parque Nacional do Orango que proporciona como principal atração os hipopótamos marinhos, além de roteiros culturais nas tamancas (aldeias) e, por fim, o Parque Nacional João Vieira e Poilão, cujo chamariz é a desova de tartarugas marinhas, a presença de aves aquáticas, como também a possibilidade de se avistar o raro papagaio cinzento de Timeh (OZORIO; DE LIMA, 2019).

Mediante o aumento de viagens turísticas e o acesso rápido às informações por meios da tecnologia, os turistas, hoje em dia, buscam informações, organizam suas viagens, recolhendo dados dos destinos para incluir em seus roteiros, no intuito de conhecer, se aproximar e vivenciar experiências diferentes da cultura local. Além disso, a Bubaque passa a ser um centro de informação aos turistas que faz dela singular e relevante nesse aspecto. Ou seja, a maior parte dos turistas que quer viajar para os principais pontos turísticos do arquipélago Bolama-Bijagó, obrigatoriamente, passa pela cidade, e isso é uma vantagem dentre as demais ilhas.

Assim, entende-se que o patrimônio cultural existente na comunidade local pesquisada deve estar representado e integrado à comunidade, podendo ser um promotor do turismo e do desenvolvimento local.

A inclusão da comunidade na gestão e nos postos de trabalhos que possam ser criados mediante políticas e projetos fará muita diferença, visto que isso poderá evitar a evasão dos moradores; a expansão imobiliária; a descaracterização da comunidade tradicional e a erosão cultural dos moradores locais, principalmente jovens, para outras localidades, no caso Bissau (capital do país).

O comprovado patrimônio existente pode estimular o turismo regional e principalmente local para impulsionar o Turismo de Base Comunitária, podendo ser por meio da criação de laboratórios de formação que visem empoderar os bijagós de Bubaque (idosos, adultos, jovens e crianças), a se caracterizem como um espaço, para comunidade como também um espaço turístico para visitantes.

A finalidade da criação de laboratórios é para atuar como educação formal e não formal, por meio dos projetos que possam promover o protagonismo, a valorização da cultura e do meio ambiente, a renda e atrair os turistas para Bubaque.

Nesse aspecto, a Bubaque reúne o patrimônio ambiental, histórico, cultural (material e imaterial) que poderá fomentar o turismo. Mediante o exposto, sugerem-se algumas diretrizes para desenvolver o Turismo de Base Comunitária em Bubaque.

As diretrizes é um guia de ação a ser seguida que permite pôr em prática a proposta apresentada, bem como a regulamentação ou a orientação para aplicação das estratégias. Para tanto, a construção dos arranjos sugeridos propõe um entendimento da atividade de Turismo de Base Comunitária como forma de promoção do desenvolvimento sustentável.

Quadro 5 – Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária em Bubaque

(continua)

Diretrizes	Ações
Criação de Conselhos do Turismo Municipal	Os Conselhos serão instâncias de governança que subordinarão a Secretaria de Estado do Turismo e Artesanato, que criarão as ações ligadas à gestão e planejamento do turismo de Bubaque para melhor desenvolvimento da atividade turística. Assim, também, outros conselhos poderão ter suas instâncias, como cultura, saúde, educação, meio ambiente, dentre outros.
Criação da Política Regional do Turismo de base comunitária na região de Bolama-Bijagó	Ficará instituída a política pública de turismo de base comunitária a ser realizada nas áreas de interesse turístico da região de Bolama-Bijagó. Esta lei política englobará as demais ilhas do arquipélago, criando as normas para realização do TBC, especialmente para o município de Bubaque, com o intuito de empoderar essa comunidade, fazendo valer o uso sustentável dos recursos naturais, salvaguardar a cultura local, visando, assim, o bem estar comum com base no princípio da economia solidária.
Implantação dos Postos de Informações e Recepção na capital do país (aeroporto de Bissau) e no município de Bubaque	Visa a Produção de material informativo turístico e publicitário, tanto do país quanto da Ilha de Bubaque sobre os atrativos comunitários, como também materiais de educação ambiental para conscientização e preservação dos recursos naturais e culturais.

Quadro 5 – Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária em Bubaque

(conclusão)

Diretrizes	Ações
Promoção e Conservação dos recursos naturais	Serve para ajudar manter o patrimônio ambiental protegido, assim gerando renda direta para comunidade e promovendo o bem estar das populações envolvidas.
Implantação da Sinalização Turística em Bubaque	A sinalização turística é utilizada para informar os usuários acerca da existência de atrativos turísticos a ser caracterizado ou identificado como atrativos naturais, culturais ou de lazer, dentre outros; sobre percursos de acesso, a distância para se chegar, mediante comunicação feita por meio de conjunto de placas de sinalização fixadas sucessivamente com mensagens escritas, ordenadas, pictogramas e setas direcionais.
Elaboração de Plano de Turismo Comunitário	Este deve ser orientado pelos profissionais da área em curto prazo, médio e longo prazo para melhor diagnóstico e planejamento das atividades turísticas em parceria com a iniciativa privada.
Desenvolvimento de um trabalho de TBC pela pesquisadora na comunidade com o apoio dos Órgãos Competentes do Turismo	Dando continuidade e sentido ao presente estudo na prática, a autora da presente pesquisa desenvolverá um trabalho de TBC junto à comunidade. Nesse sentido, sendo a Ilha de Bubaque, caracterizada como comunidade tradicional, cabe à própria fazer o seu mapeamento. Com isso, faz se necessário colocar em prática a implementação e execução das referidas propostas listadas neste estudo, e, assim, criar uma política pública voltada pelo TBC para que esta seja seguida e ajustada pela pesquisadora ao elaborar o referido trabalho. Evidencia que os governos centrais, estaduais, e municipais juntem sinergia para apoiar taticamente a comunidade, isto é, para que seja capaz de ser gestora e beneficiária da atividade turística através do financiamento para projetos locais e elaboração do produto turístico. Assim, Bubaque precisará de apoio à promoção e divulgação, como também adequação e reestruturação de infraestrutura de acesso, serviços básicos (saúde, coleta de lixo, iluminação, dentre outros).
Criação dos Projetos Piloto: Turismo de base comunitária e da agência de turismo comunitária de Bubaque	Para o turismo de base comunitária, será planejada a participação efetiva e integrada da comunidade nas atividades turísticas; elaboração de roteiros vinculados com estilo de vida local; a forma de distribuição dos benefícios para comunidade de modo coletivo e justo, entre outros. Com isso, a agência de turismo comunitária terá papel importante na estruturação desses roteiros que funcionará de forma integral com outras comunidades, a fim de criar parcerias para arranjo de roteiros integrados; organizando e comercializando os produtos turísticos compostos pela coletividade. Operará também em parceria com agências de turismo de outros lugares nacionais e internacionais. Dessa maneira, a agência receptiva comunitária passará a recepcionar turistas que chegam à Ilha de Bubaque.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a pesquisa realizada na comunidade tradicional da Ilha de Bubaque, nota-se algumas mudanças nas últimas décadas em relação aos avanços do capitalismo que vem se instalando na ilha. Essas mudanças podem ser percebidas nos meios de transportes (navio) que facilita o acesso à capital do país de forma mais segura, na iluminação, no comércio convencional, na circulação de divisas e logísticas, na emigração de habitantes para capital do país (Bissau), alguns por motivo de estudos, outros à procura de melhor condição de vida. Do mesmo modo, a ilha de Bubaque tem recebido outros bijagós oriundos das outras aldeias das demais ilhas, na sua maioria jovens, com o intuito de estudar, dentre outros motivos.

Além do mais, Bubaque teve algumas obras de investimentos públicos em algumas infraestruturas de estrada, rede de energia elétrica, centro de saúde, água potável, rede de telefonia móvel, porto principal de embarque e desembarque, aos quais se somaram outros investimentos privados, hotéis, pousadas, restaurantes, igrejas com evangelização religiosas. Os meios de comunicação mais avançado foram ganhando espaço que, até então, eram ocupados pelos rádios, bem como pela televisão, aparelho celular, internet e computadores. É importante frisar que os rádios ainda continuam sendo usados em algumas aldeias, uma vez que a comunidade possui sua própria emissora de rádio, facilitando, assim, o acesso às notícias da região e do mundo afora.

Por outro lado, faz-se perceber essas mudanças também em relação às substituições dos curandeiros tradicionais, conhecidos popularmente por Djambacuz, com suas medicinas de cura tipicamente tradicionais, pelos médicos e enfermeiros com a medicina moderna. Finalmente, o capitalismo e a modernidade já se instalaram na Ilha de Bubaque, trazendo consigo as transformações e ressignificações da cultura, ponto negativo e positivo que constitui a comunidade.

Contudo, pode-se concluir que Bubaque é uma comunidade tradicional, visto que ainda prevalecem os costumes de estilo de vida local, os notáveis períodos de plantio e colheita, rituais religiosos, suas histórias, festas tradicionais, sua relação com a natureza, seus saberes tradicionais bijagós que acabam fortalecendo sua ligação de pertencimento com o lugar.

Também percebe-se que, apesar da existência de diversos problemas provenientes das práticas turísticas, ainda há alguns estabelecimentos turísticos, principalmente dos empreendedores dos nativos, construídos de acordo com os padrões característicos das casas tradicionalmente bijagós, com representação da ancestralidade bijagó e costumes locais, tanto

no seu exterior quanto no interior, lembrando, assim, a importância de continuar a respeitar “os mais velhos bijagós” e de preservar os costumes locais. Para isso, esses estabelecimentos aproveitam e usam matérias naturais para transformar as cadeiras, mesas, bancos, dentre outros, dando lugar ao rústico, dispensando o luxo e, dessa forma, fazendo o uso sustentável e adotando o ecoturismo.

Assim, como já havia sido mencionada no decorrer do texto, a etnia bijagó possui uma cultura forte de grande relevância, ligada principalmente aos recursos florestais e marinhos, para garantir a realização de cerimônias religiosas, práticas culturais, atividades econômicas e domésticas, como também para preservação e segurança alimentar.

O presente estudo revelou que o turismo praticado na Ilha de Bubaque é um turismo convencional, desordenado e predatório, com exclusão da comunidade local, conseqüentemente, não leva em conta o bem-estar social, econômico, ambiental e cultural dos bijagós de Bubaque. Além do mais, a comunidade possui recursos naturais e culturais capazes de promover o turismo de base comunitária com inserção efetiva da comunidade.

Em relação aos impactos do turismo na comunidade, estes se apresentam mais de forma negativa do que positiva. Os aspectos negativos mais visíveis se resumem à expansão do setor imobiliário; ao meio ambiente; à cultura local, no que se refere ao desinteresse por parte dos jovens em relação à continuidade dos costumes tradicionais, mergulhando aos poucos nas práticas modernas; à concentração de renda pelo setor privado; à apropriação dos espaços comuns e sagrados pelos setores turísticos; à descaracterização comunitária; às mudanças no comportamento social, especialmente na camada juvenil, que praticam atos que jamais teriam sido praticados antes, embora relativamente limitados (violências, assaltos, prostituição e drogas); aos conflitos e intrigas entre pessoas da comunidade; dentre outros. No que tange aos impactos positivos do turismo, estes se mostram quase imperceptíveis, tanto para comunidade quanto para seus habitantes em relação aos benefícios gerados, apesar disso, há uma minoria que se beneficia trabalhando direta ou indiretamente no setor turístico. Esse cenário é muito preocupante e faz valer, ainda mais, a proposta do TBC para beneficiar a coletividade e não apenas uma parte da comunidade.

Atualmente os empreendimentos turísticos majoritários da Ilha de Bubaque são dos estrangeiros, especificamente dos franceses, que estão dominando o negócio do setor hoteleiro e a pesca esportiva mais do que os próprios nativos.

Com a presente pesquisa, percebe-se que, praticamente, há ausência do estado na Ilha de Bubaque, o que pode ser comprovada pela falta de políticas públicas do turismo municipal

que seja bem coordenada para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, como também para a construção e manutenção da infraestrutura local.

Entende-se que, tudo isso, é devido à situação atual que a Guiné-Bissau se encontra nas últimas décadas. Situação essa que pode ser verificada na conjuntura política militar, principal fato que assola o país, atingindo, assim, as instituições públicas e, conseqüentemente, a maior instituição do turismo do país, causando crise no normal funcionamento desta e no progresso do turismo nacional bem articulado para as regiões e municípios.

Essa situação se deve ao reflexo da formação do primeiro Estado Pós-Colonial da Guiné-Bissau, construído à base de uma luta por via armada para conquista da independência nacional. E esse passado, até hoje, assombra e ameaça a estabilidade do país, causando sucessivos golpes militares, crises institucionais, impactando, conseqüentemente, no desenvolvimento do país em termos econômicos, sociais, políticos e, de forma direta, o turismo em todo país.

Posto isso, verifica-se que cabe apenas ao Estado solucionar a causa dos problemas atuais da comunidade que busca lidar com tantas dificuldades provenientes das atividades turísticas e da falta de política, por se tratar do principal gestor do bem público, fazendo-se necessário, assim, assumir seu papel de regulador de normas e interesses, criando meios efetivos que gerem iniciativas de consolidação do bem estar de todos com responsabilidade e de forma igualitária, e implementando o TBC para melhor equilibrar e mediar a atual situação da comunidade de Bubaque em relação ao fator socioambiental.

Avaliando o resultado do presente estudo, a comunidade tradicional de Bubaque possui as potencialidades a serem incrementadas através do turismo por meio de um conjunto diversificado de recursos potenciais, constituídos por seu patrimônio ambiental, histórico e cultural (material e imaterial).

Nesse propósito, a proposta de desenvolvimento de turismo de base comunitária se apresenta como uma alternativa adequada para comunidade tradicional de Bubaque, por se tratar de uma nova modalidade de turismo que requer no protagonismo a comunidade receptora, com a democratização das ações e benefícios de forma solidária e justa, e, com isso, alcançar o desenvolvimento para o bem de todos.

Essa combinação, ou seja, essa proposta vem atraindo os turistas com consciência ambiental, que buscam vivenciar essa experiência de modo autêntico em relação ao lugar e cultura local. Da mesma forma, os projetos voltados para o TBC vêm crescendo, contudo, no

ritmo lento, no continente africano e no mundo. Ainda assim, Bubaque reúne potencial para se apostar em desenvolver projetos para o TBC.

Partindo dessa ideia, propõe-se, na Comunidade Tradicional de Bubaque, uma mudança no cenário atual de modo rápido, buscando, com isso, incrementar, de forma expansiva, mais informações e conhecimentos por meio da capacitação, qualificação e educação ambiental dos bijagós de Bubaque, com o intuito de empoderá-los para lidar com os desafios que o capitalismo e a modernidade os impuseram, a fim de manter a autenticidade do seu maior patrimônio cultural e ambiental.

Embora este estudo tenha listado todo o potencial existente, a comunidade de Bubaque, por enquanto, não está preparada para realizar o turismo, visto que necessita de qualificação de produtos turísticos a serem colocados no mercado, e apresenta falta de infraestrutura e, dentre as que existem, alguns apresentam problemas. Sabe-se que a infraestrutura é importante para incremento do turismo (limpeza, iluminação pública, segurança, dentre outros).

Assim, sugere-se, a seguir, algumas diretrizes que permitem o início de uma organização comunitária para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Bubaque: a criação de Conselho do Turismo Regional; a criação da Política Regional do Turismo de Base Comunitária na região de Bolama-Bijagó; a implantação dos Postos de Informações e Recepção na capital do país (Bissau) e no município de Bubaque; a implantação da Sinalização Turística; a elaboração do Plano de Turismo Comunitário; o desenvolvimento de um Trabalho de TBC pela pesquisadora, na comunidade, com apoio dos Órgãos Competentes do Turismo; a criação do Projeto Piloto: Agência de Turismo de Base Comunitária de Bubaque.

Finaliza-se, assim, algumas considerações sobre o turismo de base comunitária e suas táticas para inclusão no mercado. Todavia, a promoção, divulgação e formação permanentes deverão ser indispensáveis para o sucesso do destino turístico para atrair turistas com preocupação social e ambiental, uma vez que ações estratégicas bem-sucedidas poderão determinar a capacidade de Bubaque ser atraída como destino turístico.

Todavia, a promoção e a comercialização de roteiros, produtos e serviços do TBC devem ser planejadas e desenvolvidas de forma integral e regionalizada, levando em consideração suas especificidades e limitações quanto ao número de turistas a serem recebidos, a fim de valorizar o atendimento personalizado, caracteristicamente familiar.

Para que a Ilha de Bubaque se torne um exemplo de TBC, deve se tratar a questão turística com sabedoria e profissionalismo pelo estado, setor privado e comunidade local,

criando laços de parcerias que tragam retornos impactantes e positivos para a comunidade geral, em diversos aspectos.

Portanto, considera-se que o estudo feito é uma fonte de referência para o planejamento turístico pela comunidade e pelos gestores do turismo, uma vez que foram apresentadas potencialidades patrimoniais (ambiental, histórico, cultural, material e imaterial) da comunidade da Ilha de Bubaque, localizada na região de Bolama-Bijagó.

REFERÊNCIAS

AFETOS COM LETRAS, Ongd. **Guia Turístico: à descoberta da Guiné-Bissau**. 2. ed. Coimbra: Gráfica Ediliber, 2018.

AMPAGATUBÓ, José. **Pressupostos e Significado do Golpe de Estado de 1998-1999 na Guiné-Bissau**. Universidade lusófona de humanidades e tecnologias – ULHT, 2008.

ARAUJO, G. P. de; GELBCKE, D. L. Turismo Comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 10, n. 3, p. 357-378, set/dez. 2008. Disponível em: www.univali.br/revistaturism. Acesso em: 01 ago. 2020.

AUGEL, Moena Parent. **O desafio do escombro: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

AZEVEDO, Licínio; RODRIGUES, Maria da Paz. **Diário da libertação: a Guiné Bissau da nova África**. São Paulo: Versus, 1977.

BANCO MUNDIAL. Guiné-Bissau: **Memorando econômico do país**, 2011.

BANCO MUNDIAL. Guiné-Bissau: **Aspectos gerais**.2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>. Acesso em 30 de nov 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Editais de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008** - Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas com foco na Produção Associada**. 2011. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Manual_Producao_Associada.pdf. Acesso em: 16 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. 2011. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/secretaria_programas/. Acesso em 12 de fev. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br>. Acesso em 20 de fevereiro 2011.

BRASIL. Ministério do Turista. **Dinâmica e Diversidade de Turismo de Base Comunitária. Desafio para Formulação de Política**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural de turismo**. 12. ed. São Paulo: revista atualizada editora SENAC, 2007.

BENI, M. C. A política do Turismo. *In: Como aprender turismo como ensinar*. 3. ed. São Paulo: Senac, 2003, pp.177-280.

BENI, M. C. **Globalização do Turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Alpeph, 2011.

BEZERRA, D. M. F.; ALEXANDRE, L. M. M. **Planejamento e Gestão em Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

BRIONES, Z. B. H; Yousay R. M. S; Valdez, S. 2017. *Enhancing Community Based Tourism Programs of Gaward Kalinga Enchanted Farm Towards Sustainable Tourism Development*. *Journal of economic development, management, it finance and Market*, 9 (1): 51-60.

BRITO, B. R. Turismo em meio insular africano: análise comparativa de impactos. **Centro de Estudos Africanos** – ISCTE-IULPORTUGAL. *Ambientalmente sustentable*. xullo, dez. 2010, v. 1, nº. 9-10, pp. 157-177. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301732041_Turismo_em_meio_insular_africano_analise_comparativa_de_impactos_RecursoseInstrumentos_ambientalmente_sustentable_xullo-decembro_2010_ano_V_vol_I_num_9-10_paxinas_. Acesso em: 20 out. 2021.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 3, nº. 1, p. 97-116, 2012.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R.; DELMARO, M. “Turismo para quem? Sobre caminho de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil”. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhar e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.76-91.

CABRAL, A. **Mensagem-relatório do camarada Amílcar Cabral aos quadros, combatentes e militantes do Partido**. Conacry: P.A.I.G.C., 1970, p.7, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-verde).

CABRAL, A. **Guiné-Bissau**: Nação africana forjada na luta. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974.

CABRAL, A. A prática revolucionária. In: ANDRADE, Mário de (org.). **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**. Unidade e luta II. Seara Nova: Comitê Executivo de Luta do PAIGC, 1977, v. II.

CABRAL, A. **Unidade e luta**: a arma da teoria. Lisboa: Seara Nova, 1977.

CABRAL, A. **Documentário**: Coleção África minha. Lisboa: Edições Cotovia, 2008.

CABRAL, L. **Crônica da libertação**. Lisboa: O Jornal, 1984.

CANDÉ MONTEIRO, A. O. **Guiné-Bissau**: da luta armada à construção do Estado-nação-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). 2013. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Bahia, 2013.

CARDOSO, A. **Administração Política e Saber Bijagós**: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. 2013. Revista Brasileira de administração política. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15576>. Acesso em: 27 set. 2018.

CARDOSO, A. **Gestão e Conservação da Biodiversidade da Sócio e Biodiversidade da Bijagós**. 2015. Tese (Doutorado), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19662/1/Cardoso,%20Augusto.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau**: um parto difícil. In *lusotopie transitions libérales em Afrique lusophone*. Paris: Karthala, 1995. pp. 259-283.

CASTRO, C. A. P. de; FALCÃO, L. P. **Ciência política**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2004.

COOPER, C. **Turismo**: Princípio e práticas. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2007.

CORDEIRO, R. S. Guiné-Bissau (1973-2005): **uma análise sobre a relação civil-militar no processo de transição política**. 2008. Disponível em: <http://didinho.org/GUINEBISSAUMAANALISESOBREARELACAOCIVILMILITAR.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

CORIOLO, L. N. M.T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTOHOLO, R; SANZOLO, D. G, BURSZTYN, I. (org). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. pp. 277-287.

CRUZ, R. C. A. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DAVIDSON, B. **A política da luta armada**: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal. Lisboa: Editorial Caminho, 1976.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil. (Atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003/2007) de 29-4-2003). São Paulo: Atlas, 2003.

DIXEY, L. Entrevista ao Instituto Virtual de Turismo. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=11623&cat=%C2%A0&ws=0>. Acesso em: 23 fev. 2021.

DJASSI, C. **Os Desafios para a Gestão Público-Privada do Turismo na Ilha de Bubaque, Região de Bolama, Guiné-Bissau**. São Luís, 2012.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FUNDAÇÃO MARIO SOARES. **Amílcar Cabral**: sou um sim plesaficano. Lisboa: Fundação Mario Soares, 2000.

GALHANO, F. **Esculturas e Objetos decorados da Guiné-Portuguesa**: no museu de etnologia do Ultramar. Junta de Investigações do Ultramar: Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1971.

GEE, Ch. Y.; FAYOS-SOLÁ, Eduino. **Turismo Internacional**: má perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2003.

GIAMPICCOLI, A.; MTAPURI, Oliver. Conceptualising the Role of Local Government in Community- Based Tourism Development in the South Coast, Kwazulu-Nanat South Africa. **Journal for New Generation Sciences**, v.17, n. 2, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340624486_Conceptualising_the_role_of_local_government_in_communitybased_tourism_development_in_the_South_Coast_KwaZulu-Natal_South_Africa. Acesso em: 16 maio 2022.

GIAMPICCOLI, A.; SAAYMAN, M. Community-Based Tourism, responsabletourismo, and infrastructure development and poverty. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 6, n.2, 2017. Disponível em: http://www.ajhtl.com/uploads/7/1/6/3/7163688/article_19_vol_6_2_2017.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAESSER, D. **Gestão de Crises na Indústria do Turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

GOELDNER, C.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. Turismo: princípios, prática e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, P. G. Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G. C e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973). *In*: **Organização do Estado e relações internacionais**. Itália: L'Harmattan, 2010.

GOMES, P. A importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) na luta pela libertação da Guiné-Bissau. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 3, n. 6, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. São Paul: Avercamp, 2005.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República de Guiné-Bissau**. 1991.

GUINÉ-BISSAU. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Diretor do Turismo Responsável para a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagó**, Guiné-Bissau, 2020.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Administração Territorial. **Relatório da Missão da Comissão Internacional efetuada ao setor de Bubaque**. Inspeção geral, 2010.

GUINÉ-BISSAU. **Arquipélago dos Bijagós**. Bissau, 19 maio 2006. Disponível em: <http://www.rituais.com>. Acesso em: 14 jun. 2011.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Economia do Plano e Integração Regional. **Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP II**. República da Guiné Bissau, jun. 2011, versão final.

GUINÉ-BISSAU. **Relatório Final**: Implementação do Programa de Ação de Istambul na Guiné-Bissau 2011-2020. Bissau, 2020.

GUINÉ-BISSAU. Decreto nº 2/2005: Criação de Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) e dos estatutos.

GUINÉ-BISSAU. Lei da terra nº5/98 de 23 de abril.

GUINÉ-BISSAU. Lei orgânica por sector capítulo V dos serviços operativos secção I (Direção Geral do Turismo) Artigo 15º (natureza e competência).

INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIAS – IBAP. **Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a conservação da Biodiversidade**. Bissau, 2014.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhar e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.108-121.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrimo o Outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. *In*: ARRUDA, A. (org.). **Representando a Alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

KI-ZERBO, J. **História da África negra I e II**. Paris: Europa-América, 1972.

KOSTA, E. C. **Estado de Direito**. O paradigma zero: entre lipoaspiração e dispensabilidade. Coimbra: Almedina, 2007.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (org.). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES, C. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.

MACQUEEN, N. **A descolonização da África portuguesa**: a revolução metropolitana e a dissolução do império. Men Martins: Inquérito, 1998.

MACEDO, E.; ARAÚJO, F. M. B. Notas para uma agenda de pesquisa sobre as arenas burocráticas nas políticas curriculares. **Currículo sem fronteiras**, v.9 n.2, pp. 51-67, jun/dez. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Elizabeth_Macedo/publication/228632892_Notas_para_uma_agenda_de_pesquisa_sobre_as_arenas_burocraticas_nas_politicas_curriculares/links/5ad7e68f0f7e9b28593accaf/Notas-para-uma-agenda-de-pesquisa-sobre-as-arenas-burocraticas-nas-politicas-curriculares.pdf. Acesso em: 7 jun. 2020.

MALDONADO, C. **Pautas Metodológicas para El análisis de experiencias de turismo comunitário**. Organización internacional Del trabajo, 2005.

MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau**: por uma mudança de mentalidade. Dissertação (Mestrado), Universidade de Coimbra, Coimbra 2010. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/14471/1/Democracia%20na%20Guin%C3%A9-Bissau.pdf>>. Acesso em 30 set 2019.

MENDY, P. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva. *In*: LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África**: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MENDY, P. A Relevância do pensamento de Cheik Anta Diop na África Lusófona: o caso da Guiné-Bissau. **Revista de estudos guineenses**, Soronda, I, (II), 1997. Nova série 1328. Disponível em: <http://www.inepbissau.org/LinkClick.aspx?fileticket=kYMDinhOh1o%3d&tabid=61&mid=403>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MITRAUD, S. **Manual do ecoturismo de Base comunitária**: ferramenta para um planejamento responsável. Brasília: WWF- Brasil, 2003.

MORIN, E.; KERN, A. B **Terra Pátio**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MTA & IBAP. **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Guiné-Bissau**. Bissau, 2018, 28 pp.

OMT. WTO. World Tourism Organization. **UNWTO NEWS**. Magazine of the World Tourism Organization. Year XXII, Issue 2008. Disponível em: <http://www.unwto.org/media/mag/en/mag.php?op=1>. Acesso em: 10 abr. 2010.

OMT. **Organização Mundial do Turismo**: Introdução ao Turismo. Madrid, 2001.

OURIQUE, H. R. **A produção do Turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

OZORIO, Z. R.; DE LIMA, D. V. **Turismo responsável nas Ilhas Urok , Gioné-Bissau**, - estudo de caso. Instituto Marquês de Vallê Flor (IMVF) e Tiniguena. Lisboa. 2019. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2019/07/estudoturismourok.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PAIGC. **História da Guiné e ilhas de Cabo Verde**. Porto: Ed. Afrontamento, 1974.

PANOSSO NETTO, A.; PIERI, V. S. G. **O lugar do Turismo no Sistema Internacional**. Rio de Janeiro: Cenegri-edições, 2013.

PERALTA, N. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 7, n.1, Rio de Janeiro ABR, 2012.

PEREZ, B.; CARRILLO, E. **Desarrollo local**: Manual de uso. Madrid: Esic, 2000.

PIERI, V. S. G. **Fluxos turísticos internacionais**: uma proposta metodológica de análise sobre os (novos) destinos. *Turismo em análise*, v. 25, n. 3, dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/87678/92325>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PIERI, V. S. G.; PANOSSO NETTO, A. **Turismo internacional**: fluxos, destinos e integração regional. Boavista: Editora da UFRR, 2015, 210 pp. Disponível em: http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_internacional_pieri_panosso.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

PINTO, B. C. **Transição Democrática e Crises institucionais na Guiné-Bissau (1994-2012)**: os desafios da Consolidação Democrática. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PINTO, A. C. **O fim do império português**. Lisboa, Livro Horizonte, 2001.

POLET, F. **Dinâmicas e Impactos da Expansão do Turismo no Arquipélago dos Bijagós Guiné-Bissau**. Centre Tricontinental Belgica: IMVF e Tiniguena. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/6471000/DIN%C3%82MICAS_E_IMPACTOS_DA_EXPANS%C3%83O_DO_TURISMO_NO_ARQUIP%C3%89LAGO_DOS_BIJAG%C3%93S_G_U_I_N_%C3%89_B_I_S_S_A_U. Acesso em: 25 set. 2020.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUDEBECK, L. Há dez anos atrás. **Soronda**: revista de estudos guineenses, Bissau, v. 1, n. 19, pp. 126-129, 1995.

RUDEBECK, L. **Buscar a felicidade**. Democratização na Guiné-Bissau. Bissau: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, 1997.

SAID, Ab. R.; ABREU, A. **A Economia Local da Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas Urok: Dinâmicas, Constrangimentos e Potencialidades**. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/35110745/Said_e_Abreu_2011_A_Economia_Local_da_%C3%81rea_Marina_Protegida_Comunit%C3%A1ria_de_Urok_Lisboa_e_Bissau_IMVF_e_Tiniguena. Acesso em: 26 jul. 2020.

SARAIVA, C. **Os Sítios Sagrados no Arquipélago dos Bijagós**. 2015. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/2337958/sitios_sagrados_2_.pdf. Acesso em: 07 jun. 2020.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. C. A. **Geosup** – espaço e tempo, São Paulo, n. 29, especial, pp. 171-188, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Araujo/Downloads/74213-Texto%20do%20artigo-99766-1-10-20140210%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Araujo/Downloads/74213-Texto%20do%20artigo-99766-1-10-20140210%20(1).pdf). Acesso em: 13 abr. 2021.

SANTOS, B. S. **Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento, 2005. Coleção Biblioteca de Ciências Sociais/Sociologia, Epistemologia/54.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad de Myrna T. Rego Viana. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SEMEDO, R. J. **Inventário sobre Artesanato, Dança e Cantiga Bijagó**. República de Guiné Bissau: Ed. IMVF, 2016.

SEMEDO, R. J. **O Estado da Guiné-Bissau e os Desafios Político-Institucionais**. Tensões Mundiais, v.7, n. 13, 2011.

SILVA, A. E. D. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1997.

SILVA, A. E. D. **Guiné-Bissau**: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. Cadernos de Estudos Africanos, 2006.

SILVEIRA, M. L. **Da fetichização dos lugares a produção local do turismo**. In: RODRIGUES, Adyr A. B (org). Turismo, modernidade, globalização. São Paulo: Ucitec, 1997, pp. 36-45.

SILVÉRIO, V. R. **Síntese da coleção História Geral da África**: século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TRIGO, L.G.G. **A importância do turismo no mundo de hoje**. In TRIGO, L.G.G et al. Aprendiz de lazer e turismo. Brasília: Mtur/IAP/AVP/USP, 2007.

UICN. **Le plan d'action de Durban**. Versão revista, mar. 2004.

URANO, D. G.; SIQUEIRA, F. S. **Turismo comunitário**: uma análise teórica para se pensar o turismo através da organização popular. In: ANPTUR, 12, 2015. **Anais [...]**, 2015. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/87.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021

VILLEN, P. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo: entre a harmonia e a contradição**. São Paulo: Expresso Popular, 2013.

WEARING, S.; NEIL, J. **Impactos, potencialidades e possibilidades**. Sao Paulo: Monole, 2001.

WORD ECONOMIC FORUM. **The tourism and travel competitiveness**. Switzerland: Report Geneva, 2017.